

# FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA



ANO 104 ★ Nº 34.774

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2024

R\$ 6,90

## Plano de Educação cumpre só 4 de 20 metas

Lançado em 2014, o Plano Nacional de Educação chega ao fim de vigência com 4 de suas 20 metas, que abrangiam da pré-escola à universidade, ao menos parcialmente atingidas. O desempenho pressiona o governo Lula (PT), que deverá agora redigir um novo projeto para os próximos dez anos, lidando com demandas antigas e novas. **Cotidiano B1**

## Custo do Gripen faz FAB avaliar compra do F-16

O custo de aquisição de novas unidades do caça sueco Gripen, além de necessidade da recomposição rápida de frota, fazem a FAB estudar a compra de aviões americanos usados F-16. Isso contraria discurso de privilegiar a transferência tecnológica. **Política A6**

## ENTREVISTA DA 2ª Nancy Fraser Feminismo pode ser de esquerda ou neoliberal

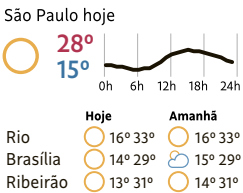
Filósofa e professora da New School, Nancy Fraser lança “Destinos do Feminismo” que reúne série de textos que exploram a questão de gênero a partir de abordagens que vão da economia à psicanálise. **A12**

## Marcia Castro Urgente deve ser proteger crianças

O projeto que equipara aborto de vítima de estupro a homicídio é desumano e irresponsável. Demonstra a total desconexão entre as demandas sociais da população e o Legislativo, que deveria ser a casa do povo. **Cotidiano B3**

**Falas de diretor da PF sobre casos viram praxe**  
O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, tornou comuns entrevistas e declarações sobre investigações sigilosas em curso. Especialistas criticam, e polícia diz que ele só fala sobre temas já públicos. **Política A4**

## ATMOSFERA



Bruno Santos/Folhapress

## BRIGADISTAS COMBATEM QUEIMADAS EM ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO NO PANTANAL

Agentes do Ibama se deslocam por 7 horas para controlar fogo no município de Corumbá (MS); cenas de destruição remetem a desastres de 2020 **Ambiente B4**

## Ilustrada C1

## Uma vida bandida

O longa “Bandida: A Número Um”, de João Wainer, chega aos cinemas nesta quinta-feira (20) com Maria Bomani no papel de Rebecca, que após morte do namorado se torna a primeira mulher a comandar o tráfico em favela do Rio.

## Folhainvest p.5

Spaving, expediente de gastar mais para economizar, pode gerar endividamento

## Esporte B5

Flávia Saraiva é candidata a medalha na ginástica, após superar lesões sérias



Maria Bomani, em cena do filme “Bandida: A Número Um”  
Karyme França/Divulgação

# Produtividade trava, e nível brasileiro é 1/4 do americano

De 2010 a 2023, agro evitou um resultado ainda pior, que ameaça o crescimento com o declínio da população ativa

Fator central para o crescimento de nações com tendência de diminuição de sua população economicamente ativa, caso do Brasil, a produtividade patina no país. De 2010 a 2023, o crescimento do quesito foi marginal, 0,3% ao ano, um resultado que foi salvo pelo desempenho superior do agronegócio (5,8%) em relação a outros setores.

O maior deles, o de serviços, viu sua produtividade por hora trabalhada cair 0,3% anualmente na série. Nos anos 1980, um trabalhador brasileiro alcançava em média 46% daquilo que o americano produzia. Agora, ele produz 25,6%. Assim, um brasileiro demora uma hora para entregar produto ou serviço que, nos EUA, é realizado em 15 minutos.

É um nível que remonta à década de 1950. Para especialistas, o foco do governo em políticas de reindustrialização deveria ser movido para medidas visando o aumento na eficiência produtiva, em especial no setor de serviços. Além de maquinário e tecnologia, é apontado como gargalo o ambiente geral de negócios. **Mercado p. 1**



Felipe Iruatá/Folhapress

## MARCHA DA MACONHA PROTESTA CONTRA PAUTA CONSERVADORA

Participantes da Marcha da Maconha fazem manifestação em favor da descriminalização do entorpecente na avenida Paulista, em São Paulo, em evento que teve atos contra propostas como a PEC das Drogas e o PL Antiaborto por Estupro. **Cotidiano B2**

## Governo pressiona empresas sobre lixo de produtos

## SÉRIES FOLHA

ALÉM DO LIXO  
O Ministério do Meio Ambiente quer detalhar as responsabilidades de empresas no processo de destinação adequada do lixo gerado após o consumo de produtos. O secretário Adalberto Maluf diz que quer organizar dados e coibir fraudes. **Mercado p. 2**

## EDITORIAIS A2

**Plano de saúde precisa de regulação melhor**  
Sobre crise do setor e necessidade de normas que protejam clientes e também contenham custos.

**Lixo protelado**  
Acerca de deficiência do país na coleta de resíduos.



# Plano de saúde precisa de regulação melhor

Crise do setor reflete falhas das normas que permitem tanto a rescisão unilateral de contratos quanto custos exagerados e judicialização

Quando um seguro contra inundações é contratado, não se cogita a possibilidade de que, no meio de uma enchente, a companhia cancele a apólice. Contudo algo similar tem sido feito por planos de saúde. Empresas rescindiram unilateralmente contratos de usuários considerados custosos —como portadores de transtorno do espectro autista e pacientes oncológicos em tratamento. Espanta também que, em princípio, a legislação autoriza essa procedimento. A saúde privada é um setor em que boa regulação se faz fundamental, dado que as operadoras primeiro recolhem os valores dos clientes e só mais tarde precisam desembolsar os custeios. Isso significa que elas têm enorme incentivo a prometer mundos e fundos para conquistar consumidores e, na hora do sinistro, procurar justificativas para glosar o pagamento. O Brasil falha nessa seara —como evidencia a atual crise dos planos nos últimos anos, com redução de receitas e da rede credenciada. Usuários de planos nas modalidades empresarial ou por adesão (a maioria) não têm garantias de que não terão a cobertura cancelada quando mais precisam. Se, em relação a essa questão, os reguladores se mostraram excessivamente favoráveis às operadoras, em outras as normas extrapolam na proteção dos usuários, dificultando a tarefa de gerir as car

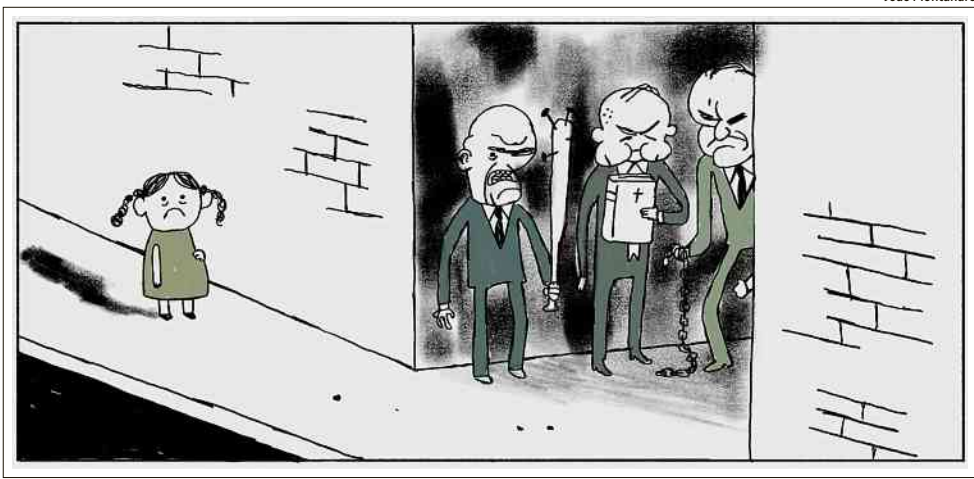
teiras com base no cálculo atuarial —que é a essência desse serviço. Qualquer rede de saúde, pública ou privada, deve ser baseada em análise racional de custos e benefícios com base em evidências. Se há dois tratamentos para uma doença que apresentam resultados similares, mas com substanciais diferenças de preço, a opção deve ser pelo mais em conta. É assim que funcionam os melhores sistemas do mundo, como o britânico. Lá, os tratamentos custeados estão claramente definidos e só muito excepcionalmente algo que não conste da lista oficial acaba tendo cobertura. Sem isso, deixa-se de operar com riscos, que são calculáveis, para trabalhar com incertezas, que não são. No Brasil, tentou-se fazer algo similar com o chamado rol taxativo de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Mas, tão logo a Justiça reconheceu a validade desse instrumento, o Congresso aprovou lei que o tornou meramente indicativo. Qualquer usuário que queira um tratamento alternativo, mesmo sem base científica ou que tenha custo excessivo, tem grande chance de obtê-lo, ainda que por via judicial, onerando os demais. Sem regulação equilibrada, que proteja o consumidor mas permita uma gestão racional por parte das operadoras, nenhum sistema de saúde para em pé.

# Lixo protelado

Já passa da hora de o Brasil implantar, de fato, políticas para tratamento de resíduos e reciclagem

O poder público brasileiro, nas três esferas de governo, não pode mais protelar políticas para o tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU), o que conhecemos por como lixo. O problema, abordado em série de reportagens da **Folha**, gera impactos tanto no meio ambiente e na saúde como na economia. O país produz por ano cerca de 80 milhões de toneladas de RSU —o que enche quase 2.000 estádios do Maracanã— e projeções apontam alta de mais de 50% até 2050. Atualmente, cerca de 40% do lixo produzido tem destinação final inadequada, como terrenos sem proteção, córregos, rios e mares. Grande parte vai para o chamado lixão, que opera sem licença ambiental e sem os custos dos aterros sanitários. Estes protegem o solo de contaminações e têm potencial para recuperar o metano emitido pelos RSU para a produção de biogás e de energia elétrica —modelo de recuperação energética de resíduos que ainda engatinha no país. Desde 2014, o Brasil empurra o prazo para eliminar os lixões. Dez anos depois, ainda restam mais de 1.500 deles, inclusive em áreas de

proteção ambiental. O novo limite estipulado para a extinção da anomalia, agosto deste 2024, também não será cumprido. Ademais, apenas 4% dos resíduos recicláveis são reciclados. A média global é de 19%, e em países da Europa Ocidental, Austrália e Coreia do Sul chega a mais de 50%. Nestes, as indústrias que colocam no mercado produtos que geram resíduos são as responsáveis por recuperá-los para seu reaproveitamento em ciclos produtivos, por meio de reuso ou reciclagem. A prática, chamada de logística reversa, é lei no Brasil desde 2010, quando foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Hoje, funciona para produtos como pneus e embalagens de agrotóxicos, mas ainda patina para materiais mais comuns, como papel, plástico, vidro e metais. Se o tratamento dos resíduos é fundamental para a proteção do meio ambiente e da saúde pública, também gera oportunidades para o desenvolvimento de novos materiais, produtos e negócios sustentáveis capazes gerar desenvolvimento, trabalho e renda.



## Congresso abjeto

Lygia Maria

“Fui estuprada, estou grávida, mas vou esperar alguns meses para fazer um aborto”. Para os parlamentares brasileiros é assim que uma mulher que engravidou por violência sexual pensa. Só isso explica a crueldade do projeto de lei que pune o aborto após 22 semanas de gestação como homicídio —mesmo nos casos autorizados, como estupro. Mas outro fator esclarece melhor o disparate. O presidente da Câmara e aliados resolveram usar a vida de meninas e mulheres como moeda de troca contra o governo, que, por sua vez, lavou as mãos. A insensatez, portanto, ganha ares abjetos. O Código Penal permite o aborto no caso de estupro e não estipula limite temporal para a gestação. O Estado, assim, não pode obrigar a mulher a ter um filho do seu agressor —um princípio humanista básico. Se os deputados são contra a interrupção da gravidez após 22 semanas, devem examinar por que ela ocorre. Afinal, nenhuma mulher quer realizar um procedimento arriscado, quando poderia facilmente ter

acesso a um mais simples e seguro. O problema é que não é fácil. Há preconceito e excesso de burocracia; a rede de saúde é desigual e restrita. O Brasil tem 5.570 municípios e, em 2021, os 290 estabelecimentos que realizavam aborto legal estavam localizados em apenas 3,6% deles, de cordo com estudo da UFSC. Nem mesmo crianças violentadas têm pleno acesso ao serviço. Levantamento da **Folha** mostrou que, em 2021, das 1.556 internações relacionadas a abortos na faixa etária entre 10 e 14 anos, só 131 (8%) ocorreram por causas autorizadas, como estupro —o restante foram abortos espontâneos ou tentativas malsucedidas de interrupção da gestação. O fato de os deputados não se preocuparem em resolver os gargalos que dificultam e protelam o acesso ao aborto legal no país só comprova que a urgência, sem debate, dada ao projeto de lei não passa de politicagem rasteira e mesquinha. Para o Congresso Nacional, o direito de meninas e mulheres estupradas serve apenas como poder barganha.

## Como o diabo gosta

Ana Cristina Rosa

Um retrocesso civilizatório, uma violência contra as mulheres e uma demonstração explícita do perigo que é misturar política com fundamentalismo religioso. O projeto de lei de que restringe e criminaliza o aborto legal em casos de estupro é isso tudo e muito mais. Sintetiza o desprezo de uma sociedade machista, racista e patriarcal que desrespeita o feminino. Estuprar é “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (Código Penal). Sendo assim, toda pessoa está suscetível à violência sexual. Mas só as mulheres sofrem a dor de uma gravidez indesejada resultante de um crime. Em 2022, o Brasil bateu recorde de estupros. Foram 205 registros de crime sexual por dia, uma média mensal de 6,2 mil casos (Anuário Brasileiro de Segurança Pública). Considerando que a análise foi feita com base nas ocorrências registradas, é fácil inferir que a realidade seja ainda pior

e mais brutal dada a subnotificação. As principais vítimas de estupro no país são mulheres negras (Anuário). É provável que isso se deva ao fato de a cultura do estupro se encontrar enraizada na origem histórica da nossa miscigenação racial. Não é segredo que as escravizadas eram tratadas como objeto sexual e sistematicamente estupradas pelos senhores de escravos. Aliás, vem dessa época a exacerbada sexualização associada a corpos negros. No quesito idade, entre 10 e 13 anos as meninas e adolescentes integram a faixa etária mais vulnerável ao estupro por estas terras, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O mais absurdo é que a maioria dos agressores (cerca de 65%) é gente da própria família. A sociedade brasileira não pode admitir sob pretexto algum que o Parlamento engate a marcha a ré e retroceda para penalizar as vítimas de um crime bárbaro e medieval que, além do trauma psíquico, fere direitos fundamentais e agride a dignidade. Como o diabo gosta.

## Rainha sem pompa e circunstância

Ruy Castro

Todos conhecemos a lenda de que a fotografia rouba a alma do fotografado e achamos uma bobagem. Mas acabo de saber de alguém que, de tanto ser fotografada como uma pessoa com quem se parecia, teve não só sua alma roubada como o rosto e o corpo. Trata-se da atriz britânica Jeannette Charles, morta há dias (2.jun) em Londres, aos 96 anos. A pessoa com quem ela se parecia era a rainha Elizabeth II. A paixão de Jeanette sempre foi o teatro, mas quando Elizabeth foi coroada, em 1953, e se tornou o rosto do Reino Unido, ficou difícil para ela conseguir papéis. Era sócia da rainha, apenas um ano mais nova. Como iria fazer papéis românticos, em que tinha de beijar o galã, ou de vilã, esfaqueando alguém pelas costas? A plateia não entenderia —por que a rainha estaria fazendo aquilo? Jeanette teve de desistir. Trocou o palco pelos escritórios, tornou-se secretária e assim foi até os 45 anos. Em 1972, pensando presentear

seu marido com um retrato, posou para um pintor. Por sua incrível semelhança com Elizabeth, o quadro foi descoberto e proibido pela Royal Academy. A história chegou aos jornais e Jeannette começou a ser convidada para interpretar a rainha —em fotografias, filmes, TV, comerciais e aparições ao vivo. Aprendeu a falar como ela, estudou seus gestos e se tornou, para sempre, Elizabeth —sempre grave e digna. Daí ter recusado dois tremendos convites: posar para um anúncio de sutiã e para o pôster da Playboy. Elizabeth nunca quis conhecer Jeannette. Talvez achasse que ela queria roubar-lhe a alma. Mas foi o contrário. Jeannette é que perdeu a dela. Eu me pergunto se, ao se olhar ao espelho, ela se via ou se via Elizabeth. As duas envelheceram ao mesmo tempo, cada vez mais parecidas. Com a morte de Elizabeth em 2022, Jeannette pode ter achado que devia ir também. E foi. Mas seu enterro não teve cavalo de penacho nem pompa e circunstância.

## Coalizões e a economia

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Há certa confusão conceitual no debate sobre as consequências de nossos governos de coalizão para a economia e a governabilidade. Entre os cientistas políticos, a ênfase é posta na relação Executivo-Legislativo e a governabilidade. A questão de interesse é a capacidade do Executivo em aprovar sua agenda. Para os economistas, é a de promover o crescimento. Crises canônicas de governabilidade envolvem presidentes impondo unilateralmente suas agendas a um Legislativo recalcitrante, e deflagrando crises institucionais e intervenções militares. Os poderes constitucionais do Poder Executivo —reativos (ex. vetos) e proativos (ex. MPs, iniciativas exclusivas)— influenciam a relação Executivo-Legislativo. Idem para a distribuição de pastas ministeriais e execução de emendas. O manejo destes instrumentos permite ganhos de troca entre Legislativo e Executivo e pode assegurar governabilidade: ele determinará o grau de prevalência da agenda presidencial. Sim, a agenda é endógena: o Executivo escolhe o que submeter ao Congresso; pode inclusive garantir governabilidade renunciando a sua agenda. Mas governabilidade não é garantia de eficiência das políticas. A visão estereotipada é de Legislativo perdulário e Executivo racionalizador. É certo que o Executivo tem incentivos eleitorais mais potentes para se assegurar bens públicos nacionais (ex. crescimento; inflação baixa), enquanto os parlamentares da base têm incentivos para garantir bens públicos locais. Estes podem ou não internalizar os incentivos nacionais e locais; a variável central aqui será os partidos. A agenda do Executivo, no entanto, pode estar ancorada em crenças tecnicamente infundadas (ex. que estatais e gasto público garantem crescimento). E muito pior: ser abertamente oportunista e curto prazista em anos eleitorais. O enorme potencial de abuso político da política econômica tem implicações sobre o crescimento. Canes-Wrone e colegas em estudo recente, com painel de 57 países durante 40 anos, mostra que a existência de restrições ao Executivo na forma de instituições independentes (Judiciário, agências reguladoras, bancos centrais) mitigam o impacto da alternância de poder, em virtude da competição eleitoral, com impactos positivos sobre o fluxo de investimentos. Ademais, como mostrou Noorudin em Coalition Politics and Economic Development (2011), governos de coalizão têm maior capacidade de fazer compromissos críveis quanto às políticas a serem adotadas pois minimizam a volatilidade e abusos que podem decorrer de concentração de Poder no Executivo. Assim, as evidências sugerem que nossas patologias fiscais não derivam de termos governos de coalizão. Elas podem até ter sido minimizadas por elas.



# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br  
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## Lua de mel com o governo Lula precisa acabar

É chegada a hora de mais vigilância e escrutínio, inerentes às democracias

**Ciro Nogueira**

Senador da República (PP-PI), é ex-ministro da Casa Civil (governo Bolsonaro) e líder da minoria no Senado

A polarização política extrema, a visão do país e toda a contestação ao ex-presidente Jair Bolsonaro permitiram ao governo Lula obter a maior lua de mel política de qualquer governante na história recente.

Em nome da pacificação do país, setores relevantes da economia e da mídia ofereceram ao governo um ano e meio de salvo-conduto, quase nenhuma crítica, pouquíssimos e raríssimos questionamentos. Essa coalizão, todavia, precisa acabar: para o bem do governo e, sobretudo, para o bem do Brasil.

E falo aqui com as credenciais, muitas vezes questionadas, quando não atacadas, de um representante da oposição que apoiou inúmeras vezes as agendas do governo e nunca deixará de apoiar quando forem as melhores para o país. Portanto, estou despedido de qualquer rótulo que me associe a ódios ou intransigências.

Defendo uma oposição ao governo, não ao país. Uma oposição responsável. Até porque não poderia ser outra a minha posição depois de ter conhecido por dentro as dificuldades de governar como chefe da Casa Civil do ex-presidente Bolsonaro.

Escrevo este artigo não com o propósito de que os setores que toleraram ao extremo o governo Lula até agora façam uma guinada e passem a perseguir o presidente ou a dispensar a gestão a mesma contundência implacável que o ex-presidente Bolsonaro teve de enfrentar durante o seu mandato.

A questão é outra. Esse excesso de benevolência não tem ajudado o governo a acertar. Ao contrário: tem criado uma falsa e perniciosa

sensação de onipotência que vem levando-o a cometer erros na condução de inúmeras ações, relaxado que está por não temer questionamentos. E isso, a meu ver, tem resultado em uma gestão menos produtiva e eficiente do que poderia ser.

Brigar com Israel frontalmente; defender a invasão da Ucrânia e se postar contra a Otan; manter uma relação gelada com os Estados Unidos; sussurrar em relação aos abusos antidemocráticos de Maduro na Venezuela; enviar bombas ao Congresso que aumentam despesas como regra e não como exceção; enviar outras bombas que aumentam impostos porque os gastos estão fora de controle; criar insegurança jurídica com a edição de medidas provisórias extemporâneas; nomear um

[...]

Em nome da pacificação do país, setores relevantes da economia e da mídia ofereceram ao governo um ano e meio de salvo-conduto, quase nenhuma crítica, pouquíssimos e raríssimos questionamentos. Essa coalizão, todavia, precisa acabar: para o bem do governo e, sobretudo, do Brasil

candidato como resposta à tragédia do Rio Grande do Sul...

Essas são apenas algumas das várias decisões tomadas pelo governo Lula que foram sendo aceitas como o “novo normal”, quando na verdade poderiam e deveriam ter sido objeto de forte questionamento —não só da oposição, mas da sociedade como um todo. Sem contar as inúmeras declarações presidenciais que se distanciaram em muito do razoável e simplesmente foram admitidas e não contestadas.

Tudo isso, passado um ano e meio, criou um ambiente no núcleo do poder que parece ser do exercício inimitável do comando do país. Que tenha havido uma trégua alargada e generosa ao presidente e a seu governo por quaisquer critérios, o que a realidade vem demonstrando, na prática, é que é chegada a hora em que haja mais vigilância e escrutínio, como é normal na democracia.

Não quero nem proponho uma campanha sistemática de desestabilização do governo Lula. Mas, por outro lado, o excesso de receio em exercer o legítimo e democrático papel de questionamento e debate público sobre o governo também é uma forma de ajudar os governantes.

Anestesiar as críticas de erros reais pode até ser um gesto de boa vontade e um exercício sincero de colaborar para evitar turbulências. Mas o excesso de aplausos e de silêncio, está demonstrado, provoca cada vez mais falta de referenciais e cada vez menos senso de direção ao governo. É por isso que, com respeito, não para destruir e sim para colaborar agora de outra forma, a lua de mel precisa terminar.

# PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br  
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



A planta de processamento de reciclagem da Guarulhos Comércio de Sucatas, em Itaquaquecetuba (SP) Bruno Santos - 18.abr.24/ Folhapress

### Crise do lixo

“Reciclagem vive crise inédita no Brasil quase 14 anos após política nacional” (Economia, 15/6). A lei da reciclagem é muito boa, mas sua implantação e fiscalização é que são os gargalos. A adesão do brasileiro à coleta seletiva é razoável, mas nem todo lugar possui espaços adequados para isso, dependentes de políticas municipais que mudam a cada quatro anos. A valorização do resíduo deverá ser imposta por meio de incentivos fiscais para a economia circular, bem como punições adequadas para quem não separa e não recicla.

**Adilson Roberto Gonçalves** (Campinas, SP)

\*

A empresa que faz coleta para reciclagem ou destinação tem que ficar como osso e o filé. Se ficar só com o plástico é inviável. Se ficar só com alumínio, aço e vidro terá lucro. É preciso que uma operação cubra o custo da outra, com um trabalho em conjunto. O próprio serviço público de coleta deveria fazer todo o trabalho de forma integrada.

**Ernesto Pichler** (São Paulo, SP)

### Clima

“Repetição” (Candido Bracher, 15/6). Necessária, como sempre, a leitura do artigo de Candido Bracher. A crise climática, por exigir mudanças que pouco agregam à popularidade dos líderes globais pois suas ações não são sentidas no curto prazo —de que dependem suas carreiras políticas— e por isso facilmente rechaçadas pelos negociacionistas de plantão (e assustadoramente também por investidores supostamente esclarecidos como Warren Buffett), a única forma de causar alguma mudança é perseverar. E repetir, repetir, repetir... **Luiz Daniel de Campos**, (São Paulo, SP)

\*

Os grandes protagonistas das calamidades ambientais só vão trocar os lucros pela própria vida quando estiver caindo chuva ácida e derretendo seus guarda-chuvas, telhados ou qualquer coisa que esteja protegendo suas cabeças! Aí será muito tarde para todos os habitantes desse planeta...

**Gaya Becker** (Porto Alegre, RS)

\*

Cabe mostrar evidências de lucro com a economia verde e criar regulação e fiscalização eficazes contra qualquer atividade causadora da destruição do ambiente natural. E aí a cultura política e o comportamento dos eleitores e dos lobbies são parte da mudança.

**Bruno Freitas** (Feira de Santana, BA)

### Promessas da seleção

“De Neymar a Vini Jr., há esperança” (Juca Kfourir, 15/6). Sim! uma análise importante que mostra que no mercado do futebol, ainda há alguns que assumem projetos emancipatórios de solidariedade. Cabe ainda avançar em outras pautas que questionem outros pontos, por exemplo, o colonialismo esportivo.

**Agemir Bavaresco** (Porto Alegre, RS)

\*

Vinicius é. Neymar foi. Mas digo mais: Neymar foi o autor do gol de pênalti que nos deu a sonhada medalha de ouro no futebol em uma olimpíada. Mas não aguentou o ego. Mas quem aguentaria? **Mário Sérgio Mesquita Monsores** (Rio de Janeiro, RJ)

### Aborto e saúde pública

“A urgência deveria ser na proteção da criança” (Marcia Castro, 16/6). A indevida urgência do PL decorre da tentativa de imposição de uma moralidade rígida e é uma forma de opressão estatal sobre decisões profundamente pessoais e privadas. As mulheres que não têm acesso a abortos seguros e legais muitas vezes enfrentam graves consequências socioeconômicas. A criminalidade rigorosa do aborto força mulheres, especialmente as de baixa renda, a continuarem com gestações indesejadas, afetando negativamente sua educação, emprego e bem-estar econômico.

**Alexandre Marcos Pereira** (Ribeirão Preto, SP)

\*

A urgência deveria ser na proteção de qual criança? A que está no útero e prestes a nascer ou da criança vítima de estupro?

**Gustavo Figueiredo** (Goiânia, GO)

\*

“Lula diz ser contra o aborto, porém classifica de ‘insanidade’ PL Antiaborto por Estupro” (15/6). É necessário deixar que os eleitores votem diretamente sobre temas que atinjam o país. Os representantes eleitos estão mais preocupados com o que lhes beneficia tanto financeira quanto politicamente. Uma negociata absurda com temas tão relevantes quanto o aborto. Deveria ser tema para um referendo. Os debates seriam bem-vindos. Deixem as pessoas votarem diretamente no que mais lhes afeta.

**Selma Aguiar** (São Paulo, SP)

\*

Eu, igualmente, não sou favorável ao aborto e sou contra sua criminalização, sou a favor da ampliação das situações onde aplica-lo. Isso de “mas” e “porém” no título da matéria sugere uma falsa contradição. Entendo que os médicos são buscados para atender necessidades das pacientes e não as suas próprias. Há leis e ética médica em favor das pacientes, abrangendo a saúde pública, e não aos dogmas pessoais de pseudo profissionais.

**José Tarcísio Aguiar** (Curitiba, PR)

### Chico, 80

“Chico Buarque, desajeitado e tímido, explodiu a MPB antes dos 30; leia texto de 72” (Ilustríssima, 15/6). Quando gostávamos de análises de fôlego, e quando a imprensa se interessava em fazê-las. Hoje, temos que nos virar com essas colunas que mais parecem tweets espichados, raciocínios simplórios de tudo. Grande homenagem ao Chico, esta dos anos 1970.

**Rodrigo Correia do Amaral** (São Paulo, SP)

\*

“Chico Buarque chega aos 80 no auge musical, mas menos ídolo” (Sidiney Molina, 15/6). Grande Chico! Suas músicas acompanharam nossas vidas, tornando-as mais poéticas, mais engajadas com a situação do país.

**Anete Araujo Guedes** (Belo Horizonte, MG)

\*

Chico Buarque é uma jóia rara da MPB, um conhecedor da língua portuguesa e acima de tudo, um humanista. **Carlos Leston** (São Paulo, SP)



Pintou notificação

O avanço no Senado do projeto de lei 2.830/2019, que prevê que os empregados que não queiram pagar a contribuição assistencial aos sindicatos possam avisar oficialmente por qualquer meio, como WhatsApp ou e-mail, alarmou as centrais sindicais, que projetam duríssimo golpe em suas já combalidas finanças. Hoje, os trabalhadores informam presencialmente a recusa em pagar a taxa, e muitos reclamam de filas extensas e horários de atendimento restritos nos sindicatos.

**ATUALIZAÇÃO** O STF definiu em 2023 que a cobrança da contribuição é constitucional, desde que assegurado o direito de se negar a pagá-la. Autor da emenda que sugere a mudança, o senador Rogério Marinho (PL-RN) afirma que a corte não especificou de que maneira o direito deve ser exercido e defende que sua proposta é pela modernização.

**SEMAR** Sindicelistas afirmam que a proposta pode gerar massificação de pedidos de rejeição à taxa, estimulados por empresas que recorrem a práticas antissindicais. “O projeto quer sufocar o movimento sindical”, diz Ricardo Patah, presidente da UGT. O texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e será votado no plenário do Senado.

**AGENDA** Audiência pública no Senado nesta segunda (17), às 9h, discutirá o PL Antiaborto por Estupro, que tem o objetivo de equiparar a punição para o aborto por esse motivo à de homicídio simples, que pode chegar a 20 anos de prisão.

**MESA** O evento é organizado pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE) e contará com debatedores contrários ao direito ao aborto, como a deputada Chris Tonietto (PL-RJ) e a advogada Angela Gandra.

**DESUNIÃO** Vice-presidente do União Brasil, ACM Neto disse em encontro nacional do partido, no sábado (15), que o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, será eleito presidente do Brasil em 2026, e criticou gestões do PT na Bahia. O partido faz parte da base de Lula (PT), mas não tem acompanhado o governo em votações delicadas no Congresso.

Com **Guilherme Seto**, **Danielle Brant** e **Joelmir Tavares**

Cláudio



GRUPO FOLHA  
**FOLHA DE S.PAULO** ★★ ★  
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

**Redação São Paulo**  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222  
**Ombudsman** ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000  
**Atendimento ao assinante** (11) 3224-3090 | 0800-775-8080  
**Assine a Folha** assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado		Digital Premium
PLANO MENSAL	R\$ 29,90		R\$ 44,90
EDIÇÃO IMPRESSA	<b>Venda avulsa</b>		<b>Assinatura semestral*</b>
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
	R\$ 6,90	R\$ 9,90	R\$ 1.085,90
	DF, SC	R\$ 8	R\$ 1.374,90
	ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 8,50	R\$ 1.729,90
	AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 13	R\$ 1.868,90
	Outros estados	R\$ 13,50	R\$ 2.315,90
*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%			

**CIRCULAÇÃO FOLHA (verificado por PwC)**  
834.898 - Fechamento 2º Semestre de 2023  
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa. Veja os critérios em [folha.com.br/circulacao-verificada/](https://folha.com.br/circulacao-verificada/)

Declarações de diretor da PF sobre investigações em curso viram praxe sob Lula

Polícia diz que informações são de domínio público ou selecionadas de ‘forma responsável’; especialistas e delegados criticam conduta

José Marques e  
Matheus Teixeira

**BRASÍLIA** As entrevistas do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, sobre investigações em andamento e sob sigilo se tornaram frequentes no governo Lula (PT).

Em algumas situações, o chefe da corporação antecipa avaliações jurídicas sobre trabalhos ainda sem conclusão, dizendo já estar certo de que há provas ou apontando crimes em inquéritos que ainda estão em andamento. Em outro momento, anunciou estratégias da investigação, como supostas colaborações que estariam sendo negociadas —no caso conhecido como Abin paralela.

Normalmente, esses comentários tratam de inquéritos cujo resultado têm interesse direto do governo ou dos aliados do presidente. Já em situações que constriam a gestão federal, como o inquérito que mira o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), o diretor-geral é mais discreto.

Andrei foi chefe de segurança da campanha de Lula e uma escolha pessoal do presidente para comandar a PF, o que em outros governos foi alvo de críticas e questionamentos. Alguns dos casos tratados por Andrei são os da Abin paralela, da morte da vereadora Marielle Franco (PSOL), da venda de joias pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e das ameaças ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Procurada pela reportagem, a Polícia Federal respondeu por meio de nota que as informações compartilhadas pelo diretor-geral são de domínio público ou selecionadas de “forma responsável”.

Os comentários sobre inquéritos em tramitação destoa da prática de gestões anteriores na PF de diferentes governos, da esquerda à direita.

No passado, entrevistas sobre resultado de apurações que estão sob o comando de delegados, que têm autonomia funcional, já causaram problemas à chefia da PF.

Em 2018, Fernando Segovia foi substituído após entrevista à agência Reuters em que disse que havia tendência de que a corporação recomendasse arquivamento de investigação contra o então presidente Michel Temer (MDB) no chamado inquérito dos portos.

Segovia afirmou que as investigações não comprovaram que houve pagamentos de propinas, como se suspeitava. A época, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, intimou o diretor-geral a prestar esclarecimentos sobre as falas e disse que elas eram impróprias, pela possibilidade de significar interferência nos trabalhos em andamento.

Uma ala da corporação tem criticado a atuação de Andrei sob o argumento de que as declarações deixam a polícia mais exposta e prejudicam a imagem de autonomia em relação ao governo federal que a PF deve resguardar.

A gestão de Andrei foi também criticada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), sobre o que o alagoano considerou “vazamento” de informações das investigações relacionadas a gastos públicos com kits de robótica em escolas.

Delegados próximos, porém, defendem o diretor-ge-



O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues    Antonio Cruz - 3.abr.24/Agência Brasil

“As investigações tramitam em sigilo e, por isso, é fundamental que informações sobre elas não sejam indevidamente divulgadas

**Conrado Gontijo**  
doutor em direito penal e econômico pela USP

“O grande problema é que se está mitigando a possibilidade de essa pessoa exercer uma defesa plena

**Raquel Scalcon**  
professora de direito penal da FGV-SP

ral. Dizem que ele não se intromete no trabalho dos investigadores e que seu comportamento ajuda a corporação a vencer a guerra de narrativa contra aliados de Bolsonaro, que acusam uma parte da polícia de perseguição.

Advogados e professores de direito questionam a conduta do diretor e afirmam que as exposições contaminam os trabalhos dos policiais e podem deslegitimar as investigações.

Um dos exemplos recentes de falas do diretor-geral foram feitas em entrevista a jornalistas —a Folha também estava presente — no último dia 11, na qual ele disse que a polícia descobriu, em investigação que mira Bolsonaro, uma nova joia que foi negociada nos Estados Unidos. “Técnicamente falando, isso robustece a investigação”, disse o diretor, que estimou a conclusão do caso para este mês.

Na mesma ocasião, afirmou que investigadores negociam delações premiadas na apuração sobre a existência, no governo anterior, de uma Abin paralela —monitoramento ilegal de autoridades e rivais.

Em janeiro, Andrei afirmou à GloboNews que a Abin monitorou “30 mil pessoas clandestinamente” na gestão do ex-presidente. “Recuperamos dados de nuvem e, veja a gravidade, esses dados de monitoramento dos cidadãos brasileiros estavam sendo armazenados em nuvens em Israel.”

Também à GloboNews em janeiro, Andrei disse que em breve seriam revelados os responsáveis pelo plano de prender o ministro Alexandre de Moraes. No fim de maio, a Polícia Federal prendeu dois suspeitos de envolvimento em ameaças contra Moraes e seus familiares —um dos detidos é fuzileiro naval.

Após operação em julho do ano passado sobre a morte de Marielle, Andrei deu uma entrevista coletiva e detalhou informações até então inéditas sobre o caso. Disse que o alvo da operação, o ex-bombeiro Maxwell Corrêa, conhecido como Suel, atuava na vigilância e no monitoramento de Marielle, além de ter apoiado logisticamente as pessoas apontadas como envolvidas diretamente na morte da vereadora.

Especialistas consultados pela reportagem dizem que as declarações do diretor-geral podem ser prejudiciais às investigações e aos investigados.

“As investigações tramitam em sigilo e, por isso, é fundamental que informações sobre elas não sejam indevidamente divulgadas”, diz Conrado Gontijo, doutor em direito penal econômico pela USP.

Ele afirma ainda que o sigilo evita “alegações de eventual contaminação política no trabalho policial”.

A professora de direito penal da FGV-SP Raquel Scalcon diz que, como uma norma constitucional prevê que um investigado ou acusado deva ser tratado como inocente, “quando temos uma manifestação pública que trata o inquérito quase como uma confissão de culpa, é uma violação a essa regra”.

“O grande problema é que se está mitigando a possibilidade de essa pessoa exercer uma defesa plena”, afirma Scalcon.

Ela diz que, ainda que não tenha a gravidade de um vazamento, chama a atenção que a polícia entenda que isso seja legítimo, “tanto que está fazendo de forma aberta”.

Fernando Hideo Lacerda, professor de direito penal na Escola Paulista de Direito, afirma que os delegados devem zelar pelo sigilo das investigações e que a exposição de investigados antes do processo pode colocar a integridade das pessoas em risco.

Ele afirma, porém, que “há casos que despertam grande comoção na sociedade e justificam a divulgação de informações sobre o andamento e evolução das apurações”.

Em nota, a PF afirma que suas investigações “são pautadas nos pilares da qualidade da prova, autonomia investigativa e responsabilidade”.

“As informações compartilhadas pelo diretor-geral, porta-voz da instituição, são de domínio público (já divulgadas pela imprensa e objeto de questionamentos dos jornalistas) ou selecionadas de forma responsável, visando o interesse público e o direito à informação, sem comprometer o sigilo necessário para o sucesso das investigações”, diz o comunicado.



# BYD KING

O ★ NOVO ★ REI ★ DAS ★ RUAS.



235 cv de potência combinada



Autonomia de até 1.200 km



28 km por litro

SÓ HOJE:

R\$ **6 MIL**  
**DE BÔNUS**

ESCANEIE O QR CODE E GARANTA O SEU DESCONTO



BUILD YOUR DREAMS



# Apps transformaram encontros

Aplicativos devem servir para agregar, não para determinar quem somos

Deborah Bizarria

Economista pela UFPE, estudou economia comportamental na Warwick University (Reino Unido); evangélica e coordenadora de Políticas Públicas do Livres

Hoje, quase tudo pode ser encontrado e adquirido com alguns toques no smartphone e mesmo os relacionamentos não são exceção. É comum ouvir histórias de amigos em busca tanto de algo casual quanto de um relacionamento sério por meio da internet. Aplicativos como Tinder e Bumble mudaram consideravelmente a maneira como nos conectamos, gerando algumas facilidades e ao mesmo tempo seus próximos desafios. Afinal, quem nunca ouviu alguma história de encontro péssimo via apps?

Conhecer alguém online se tornou a maneira mais comum de casais heterossexuais se conhecerem, chegando a superar a mediação de amigos já em 2013 nos Estados Unidos,

de acordo com uma pesquisa de Michael Rosenfeld e outros autores. Família, colegas de trabalho e comunidades religiosas também têm perdido espaço como forma de criar casais. Essa mudança é impulsionada pela lógica de conveniência e amplo acesso oferecido pelos aplicativos de relacionamento.

A possibilidade de conhecer pessoas fora do círculo social imediato expande significativamente as opções, permitindo que indivíduos encontrem parceiros com valores e preferências que de outra forma não conheceriam. Contudo, essa conveniência traz novos desafios e insatisfações às dinâmicas de encontros.

Para quem está fora desse circuito, vale explicar que os

aplicativos de relacionamento funcionam de maneira semelhante aos aplicativos de compras online: filtram-se os perfis com base em características externas e fotos, sem contato real com a pessoa. Em geral, é possível selecionar pessoas pela idade, altura, onde mora, se fuma, se tem ou quer ter filhos e, claro, pela filiação ideológica ou partidária. Caso o perfil que apareça na tela agrade, é possível curtir; se não, rejeitar. Se ambos os perfis gostarem, surge o “match” e as pessoas podem interagir e marcar um encontro.

O uso desses filtros antes mesmo de conhecer a pessoa traz uma dificuldade, pois as primeiras impressões através de uma tela não trazem revelações determinantes sobre

as pessoas. Na vida real, é comum que mesmo pessoas que não completem o nosso checklist nos encantem a partir da conversa, do bom humor ou gestos, nuances que se perdem no mundo online.

Em particular, as mulheres são significativamente mais seletivas do que os homens nesses aplicativos, rejeitando a maioria dos perfis que veem. Em um experimento conduzido por Olga Roshchupkina e outros autores, os resultados mostraram que, em média, as mulheres curtem 30% dos perfis e 20% das respondentes, rejeitando mais de 80% dos perfis, gerando uma competição intensa entre os homens.

Segundo o estudo, enquanto apenas 1 perfil em 100 foi “curtido” por mais de 80%

das participantes, 38 perfis foram “discutidos” pelos mesmos 80%. Parece haver uma alta desigualdade no mundo dos apps de relacionamento: poucos homens concentram o engajamento de interessadas enquanto muitos não recebem atenção. Em outras palavras: se o Tinder fosse um país e as curtidas fossem a sua moeda, seria um país bem mais desigual do que o Brasil.

Embora não tenham encontrado regras universais para atração, há padrões de rejeição. Perfis sem fotos claras do rosto são frequentemente rejeitados, pois a ausência de uma imagem clara gera desconfiança. Igualmente, homens com fotos excessivamente editadas ou com expressões faciais estranhas enfrentam altas taxas de rejeição. Ainda, aqueles que são significativamente mais velhos ou mais jovens do que as parceiras em potencial recebem classificações mais baixas de atratividade.

Homens e mulheres enfrentam desafios diferentes: há homens que frequentemente se sentem desvalorizados e inse-

guos devido à alta taxa de rejeição, enquanto as mulheres lidam com abordagens indelicadas ou invasivas e a dificuldade de encontrar parceiros genuínos. A ênfase na atratividade física e outros critérios superficiais podem exacerbar problemas de autoestima e perpetuar padrões irrealis.

O uso de aplicativos para conhecer novas pessoas é um caminho sem volta. Para lidar com os possíveis problemas dessa ferramenta, é essencial lembrar que nosso valor como indivíduos, parceiros ou amigos não pode ser medido por um perfil online. Os aplicativos devem servir para agregar e não determinar quem somos.

Explorar hobbies, praticar esportes coletivos e participar de atividades cívicas continuam sendo formas de conexão mais satisfatórias, apesar de demandarem mais esforço. Afinal, qualquer relacionamento real exige dedicação, e nenhuma ferramenta tecnológica pode substituir isso. Reconhecer isso é fundamental para equilibrar as facilidades dos apps com a profundidade das relações humanas.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

# Brasil estuda comprar caças F-16 devido a preço do Gripen

## FAB diz que não há acordo; anúncio pode pressionar suecos em negociação

Igor Gielow

SÃO PAULO Insatisfeita com o que considera alto custo do programa dos caças Gripen, a FAB (Força Aérea Brasileira) divulgou que está estudando a aquisição de um lote usado de aeronaves americanas F-16, ao menos como tampão para a defesa do país.

“A análise, no entanto, não guarda relação com as capacidades do Gripen. Não estão sendo realizadas negociações com governos ou empresas, nem foram definidas quantidades ou versões. As únicas interações sobre o tema tiveram como objetivo o levantamento de dados”, disse a FAB, em nota divulgada na sexta-feira (14).

O texto nada fala sobre as motivações da FAB, que foram aferidas pela reportagem com integrantes da Força. Mas a confirmação do que era um rumor, encorpado por relato do site especializado britânico Jane’s na quarta (12), caiu como uma bomba nos meios militares.

Toda a filosofia do programa do Gripen, que inclui a produção nacional do caça da sueca Saab e transferência ampla de tecnologia para unificar a frota brasileira de aviões de combate, vai a xeque com a intenção.

O problema é de dinheiro e de cronograma, o que faz pessoas com conhecimento da situação no governo Lula (PT) sugerirem que o anúncio visa pressionar os suecos a melhorar as condições de uma negociação que está em curso desde o ano passado para a aquisição de mais Gripen.

Como a Folha revelou em setembro do ano passado, o governo quer promover um negócio casado no qual venderia alguns cargueiros Embraer KC-390 para a Suécia em troca de exercer uma opção de aumentar em 25%, por meio de aditivo, o contrato firmado em 2014 para a compra dos Gripen.

Numa conta aproximada, seria um gasto extra de talvez R\$ 5 bilhões por 14 aviões além da encomenda inicial de 36, 15 dos quais serão feitos na linha de montagem

## Os detalhes do F-16

Caça mais popular do mundo fez 1º voo em 1974

### F-16 E/F

Modelo mais recente, de 2015



**4.600** aviões produzidos

**3.100** ainda em uso

**20** número aproximado de aviões abatidos

**13 milhões** de missões

**19,5 milhões** de horas-voo

**135** encomendas

**6** novos clientes

**25** operadores no mundo

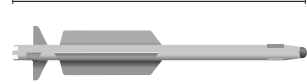
**1979** ano do início de operação

Fonte: Lockheed Martin

## Conheça os novos mísseis da FAB

### Iris-T

Comprimento: 2,94 m



**Alcance** 25 km

**Introdução:** 2005

**Tipo:** Míssil ar-ar de curto alcance

**Guiagem:** Infravermelho

**Propulsão:** Sólida

**Velocidade:** Mach 3

**Alcance:** 25 km

**Origem:** Alemanha e Itália

**Preço\*:** US\$ 430 mil

\*Preço é estimativa de mercado, não reflete a compra da FAB porque cada aquisição entra em um pacote diferente  
Fonte: Fabricantes

### Meteor

Comprimento: 3,7 m



**Alcance** 100-200 km

**Introdução:** 2016

**Tipo:** Míssil de combate além do campo da visão

**Guiagem:** Inercial, via datalink

e radar na fase terminal

**Propulsão:** Lançador sólido, ramjet em voo

**Velocidade:** Mach 4

**Alcance:** 100-200 km

**Origem:** França, Reino Unido,

Alemanha, Itália, Espanha e Suécia

**Preço\*:** US\$ 2,4 milhões

da Embraer, parceira da Saab, em Gavião Peixoto (SP).

O negócio em si custou 39,3 bilhões de coroas suecas, ou pouco mais de R\$ 20 bilhões se fossem pagos hoje. O valor é financiado por 25 anos pelo governo em Estocolmo, mas a FAB precisa pagar adiantado parcelas que

serão abatidas depois.

De 2019 a 2023, foram R\$ 7,7 bilhões em valores corrigidos, R\$ 1,2 bilhão só no ano passado. Como a Folha mostrou na semana passada, o cronograma de entrega das aeronaves fabricadas no Brasil parece inexequível, a contar o ritmo atual.

Segundo um oficial-general da FAB, a questão do preço está pesando. O F-16 é um avião que sobra em estoques mundo afora, tanto que foi o preferido pela Ucrânia em seu pedido de caças do Ocidente para reforçar as defesas aéreas do país contra a invasão russa.

Tanto é assim que o alque-

brado governo de Javier Milei na Argentina fechou, em abril, a compra de 24 F-16 usados da Dinamarca, um dos países que se comprometeram a enviar sua frota em desativação para Kiev. O valor foi de US\$ 300 milhões (R\$ 1,6 bilhão hoje), uma fração do que é estimado pelos 14 novos Gripen.

São, por óbvio, aviões incomparáveis, e a questão do preço opõe um negócio de oportunidade a um programa de transferência tecnológica de dez anos. Como lembram pessoas ligadas ao projeto, o Gripen E/F é um avião novo, desenvolvido com participação nacional, o que demora mais do que comprar algo pronto e usado.

Segundo a Jane’s, o Brasil também quer 24 aviões da geração C/D, menos obsoletos do que os comprados por Milei. É um avião menos capaz que os Gripen, mas considerado adequado às necessidades brasileiras.

Hoje, a defesa aérea do país, centrada em Anápolis (GO), está nas mãos de versões modernizadas dos antigos F-5, que voam desde os anos 1970. Há 47 aviões desse tipo no inventário da FAB, além de 30 modelos de ataque AMX — todas aeronaves que o Gripen deverá substituir.

Como muitas das unidades em uso dos F-5 e dos AMX estão a caminho rápido da aposentadoria, o temor na FAB é ficar desguarnecida. A questão é mais aguda com os aviões de ataque da Embraer, que devem começar a ser desativados até o fim de 2025. Os F-16 de prateleira cumpriram o papel de tampão, assim como os 12 Mirage-2000 comprados da França fizeram de 2006 a 2013.

Os sete Gripen que a FAB já recebeu, todos de fabricação sueca e para um piloto, ainda estão em testes para o emprego de mísseis. A primeira missão oficial do avião será no exercício militar Cruzex, com a presença dos EUA, em novembro nos céus de Natal (RN). Mas ali os tiros são virtuais.

O Brasil comprou, no pacote com a Suécia, armamentos ar-ar de curto alcance Iris-T e os mísseis para além do alcance visual Meteor, arma única na América Latina. Os primeiros podem ser integrados aos F-16, enquanto os segundos dependem de uma adaptação mais custosa e intrincada.

Para um militar próximo do programa, não haveria prejuízo ao futuro do Gripen no Brasil. Para ele, a FAB na prática só trocaria os AMX e F-5 pelos F-16, muito mais modernos, enquanto tenta viabilizar do ponto de vista orçamentário

## Entenda o acordo do Brasil com os suecos para comprar caças

- O Gripen é um caça supersônico de quarta geração projetado pela Saab, fabricante sueca. Em 2014, o governo brasileiro acertou a aquisição de 36 aeronaves do modelo, nas versões para um e dois pilotos. Hoje a FAB opera sete unidades, que são as mais modernas de sua frota

- Quinze das 36 aeronaves serão produzidas no Brasil, junto com a Embraer — 350 funcionários da empresa foram treinados na Suécia

- A primeira aeronave produzida em solo nacional está sendo montada em Gavião Peixoto (SP) e deve ser entregue em 2025. Cada unidade exige cerca de 9.000 horas de trabalho, levando 35 km de cabos

mais caças da Saab.

Pode ser, mas caso a sondagem da FAB se torne uma negociação com os EUA, detentores da autorização para venda de F-16 próprios ou de terceiros, o dano potencial à imagem do caça sueco estará dado. Há mais de 900 F-16 em ação pelos EUA, e um grande número em estoque ou sendo desativados por aliados.

O avião já encontra dificuldades no seu mercado natural, a Europa, devido à inundação de encomendas de modelos de quinta geração americanos F-35 por países amedrontados pela Guerra da Ucrânia. Até aqui, além dos 36 caças comprados pelo Brasil da nova geração do Gripen, a E/F, a Suécia negociou ao menos 60 aeronaves.

A Saab afirma que o fato de a Suécia ter entrado no Otan, a aliança militar liderada pelos EUA em que o F-35 tem se tornado um padrão, não é um empecilho para as vendas potencias de seu avião ou sua operação no Brasil. Até aqui, contudo, a única nova encomenda de Gripen, da Hungria, foi do modelo de geração anterior, o C/D.

Na região, operam o F-16 do Chile, com modelos semelhantes ao que o Brasil estuda ter, e a Venezuela, com aviões ainda mais antigos, do tipo A/B, além de futuramente a Argentina.



INFORME PUBLICITÁRIO

Universidade de Macau reafirma desejo de internacionalização e vê o Brasil como prioridade

A Universidade de Macau (UM), estabelecida há 43 anos em Macau, uma região administrativa especial da China, tem, ao longo do tempo, se relacionado com os países de língua portuguesa. A instituição está procurando fortalecer seu caráter internacional e vê o Brasil como uma de suas prioridades.



Delegação do Governo Brasileiro visita a Universidade de Macau.

Desde o momento de sua fundação, a UM tem sido uma instituição de ensino superior com orientação internacional. Isso pode ser visto nos alunos, professores, pesquisas e acordos de cooperação que foram assinados. Essa característica da UM está de acordo com os desejos das autoridades de Macau, que estão empenhadas em se conectar com o mundo exterior e transformar a região administrativa especial da China em uma plataforma entre o país e os países de língua portuguesa.

A UM colabora estreitamente com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Essa associação estabelece intercâmbio com universidades em Portugal, no Brasil e em outros países de língua portuguesa. A UM mantém uma elevada percentagem de docentes estrangeiros, sendo mais de metade dos seus docentes provenientes do estrangeiro. É de notar que, sendo uma universidade pública abrangente internacional em Macau, a UM está classificada no primeiro lugar entre as universidades da AULP, de acordo com o “THE Ranking”.

Em 2018, essa intenção de internacionalizar a instituição foi reforçada com a criação da Reitoria para os Assuntos Globais, liderada pelo português Rui Martins, que explica que o objetivo é receber cada vez mais estudantes internacionais.

Assim, há seis anos, foi estabelecida a meta de aumentar até 500 o número de estudantes estrangeiros matriculados. Rui Martins acredita que no próximo ano essa meta poderá ser alcançada.

Os estudantes estrangeiros da UM são provenientes de todo o mundo, incluindo, naturalmente, países de língua portuguesa. Esses alunos escolheram a UM principalmente pelo curso de Direito, mas recentemente tem havido uma maior tendência para cursos de gestão de empresas, engenharia e ciências sociais. Além disso, a UM tem uma comunidade de estudantes vindos dos Estados Unidos da América, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Itália, Países Baixos, Suíça, Indonésia, Malásia, Vietname, Japão e Coreia do Sul, entre outros países.

O BRASIL COMO PRIORIDADE

Como supramencionado, o corpo docente da UM vem de diferentes países e regiões. Alguns dos docentes estrangeiros são brasileiros e pertencem ao Departamento de Português da UM. A instituição de ensino superior continua a colaborar com universidades brasileiras, especialmente com a Universidade de São Paulo.

Apesar de os dois territórios estarem separados por mais de 17 mil quilômetros, a UM e universidades brasileiras têm mantido comunicação e cooperação estreitas. Em maio de 2023, as delegações da UM efetuaram visitas a várias universidades de topo no Brasil, incluindo a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual de Campinas, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com o objetivo de explorar oportunidades de cooperação com especialistas e acadêmicos em diversos campos. Em julho de 2023, visitou a UM uma delegação liderada por Guilherme Coutinho Calheiros, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil. O secretário afirmou que esperava que universidades no Brasil reforçassem cooperação com a UM e promovessem o respetivo desenvolvimento acadêmico e de pesquisa.

Atualmente, a UM estabeleceu programas de intercâmbio de estudantes com mais de dez universidades no Brasil. Além disso, a colaboração e a partilha de recursos académicos no ensino e pesquisa científicos estão também sendo promovidas entre a UM e universidades brasileiras, através de plataformas de alianças internacionais, tais como a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, a Aliança de Investigação Oceânica entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e a Aliança Bibliotecária Acadêmica entre a Região Administrativa Especial de Macau (China) e os Países de Língua Portuguesa.

A referida Aliança Bibliotecária Acadêmica foi estabelecida entre a Universidade de Macau e universidades dos países de língua portuguesa, que inclui 20 universidades dessa área e também 20 universidades chinesas que oferecem cursos de português. A aliança também inclui universidades brasileiras no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, entre outras.

Com o objetivo de impulsionar a cooperação com o Brasil, Rui Martins e o reitor da UM, Song Yonghua, estarão percorrendo o país em junho, do Rio de Janeiro a Brasília, passando por São Paulo e Campinas. Essa visita permitirá que eles assinem acordos com várias instituições de ensino superior brasileiras, proporcionando “uma maior colaboração em termos de intercâmbio de alunos e professores e de pesquisa”, diz Rui Martins.

O Brasil assume, portanto, um papel estratégico no processo de internacionalização da UM. “O Brasil, por ser o maior país de língua portuguesa, é uma prioridade”, diz o vice-reitor da instituição, enfatizando que o objetivo é fortalecer as relações com os países de língua portuguesa.

AS OPORTUNIDADES DA GRANDE BAÍA

Ao mesmo tempo, a UM está tentando capitalizar a sua integração na Área da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau. Esse é um projeto que incorpora nove cidades da província chinesa de Guangdong, além de Hong Kong e Macau, abrange 56 quilômetros quadrados e tem mais de 86 milhões de habitantes. O objetivo da iniciativa é aprofundar a cooperação no interior desta vasta região, para permitir seu desenvolvimento equilibrado. Em abril de 2024, uma delegação de representantes empresariais brasileiros realizou uma visita ao Departamento Fiscal da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, com vista a conhecer o ambiente fiscal e empresarial em Hengqin.

Na área da Grande Baía, a UM estabeleceu colaborações com a grande maioria das universidades das outras cidades da região. Há vários programas duplos de licenciatura e mestrado entre universidades da área da Grande Baía. O valor que a UM acrescenta ao universo do Ensino superior na Grande Baía é precisamente a ponte que estabelece entre a China e os países de língua portuguesa.

Rui Martins também enfatiza a abordagem de vanguarda da universidade em relação à eletrônica. A UM é líder mundial em “eletrônica de última geração” e possui um laboratório de vanguarda nesse domínio. Há também um laboratório voltado para a “internet das coisas” e cidades inteligentes. Nas áreas de engenharia e ciências da computação, a UM está entre os 1% melhores do mundo nos *Essential Science Indicators* (ESI).



Professor Rui Martins, Vice-Reitor para as Relações Globais da Universidade de Macau.

CAMPUS EM HENGQIN

Quando foi inaugurada, a UM tinha seu campus na Ilha da Taipa de Macau, mas em 2014 mudou-se permanentemente para Hengqin, para um campus que

cobre 1,09 quilômetros quadrados e que está sob a jurisdição da Região Administrativa Especial de Macau. Esse campus consiste em uma área de construção de 820.000 metros quadrados com mais de 60 edifícios. Há um túnel subaquático que conecta diretamente a universidade a Macau.

Em breve, a instituição iniciará a construção de outro campus, também em Hengqin, que deverá estar concluído em cerca de cinco anos e terá capacidade para oito mil alunos.



O campus da UM em Hengqin, ilha da Montanha

A SUBIR NAS CLASSIFICAÇÕES

A UM tem vindo a subir, de forma consistente, nas classificações universitárias. Encontra-se classificada no 193.º lugar no Times Higher Education (THE) World University Rankings, e recentemente foi classificada no 14.º lugar entre as universidades mais jovens (com menos de 50 anos), como também no 254.º lugar no Quacquarelli Symonds (QS) World University Rankings. Nos ESI, a instituição encontra-se no top 1% em 12 áreas, a saber: Engenharia, Ciência dos Materiais, Ciências da Computação, Química, Farmacologia e Toxicologia, Medicina Clínica, Psiquiatria/Psicologia, Biologia e Bioquímica, Ciências Sociais Gerais, Ciência Agrícola, Economia e Gestão de Empresas, e Ambiente/Ecologia.

Saiba mais sobre a Universidade de Macau: <https://www.um.edu.mo/pt-pt/about-um/international-reputation/>



A UM vai ter em breve capacidade para mais 8 mil alunos.



política



O ex-presidente Jair Bolsonaro recebe título na Assembleia de Alagoas, no último dia 5
 Divulgação Assembleia de Alagoas

# PL quer se apresentar a eleitor do Nordeste de olho em 2026

Sigla de Bolsonaro busca abrir caminho no pleito municipal e mira o Senado

Thaísa Oliveira e José Marques

BRASÍLIA O PL quer aproveitar as eleições municipais em outubro para apresentar o partido ao eleitor nordestino, fazer frente ao PT e tentar abrir caminho para a próxima disputa ao Senado, em 2026.

Sem força nas principais cidades do Nordeste, a sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pretende estruturar diretórios locais, identificar possíveis candidatos e expor ideias conservadoras ao eleitorado. A ideia é expandir a base do partido na região e preparar políticos e simpatizantes para apoiar nomes próprios da legenda nas próximas eleições.

Nas eleições presidenciais de 2022, o Nordeste reafirmou o favoritismo do PT e deu vitória a Lula nos nove estados da região. O petista teve 69,3% dos

votos contra 30,7% de Bolsonaro e venceu em 8 das 9 capitais. Também elegeu governadores na Bahia (Jerônimo Rodrigues), no Ceará (Elmano de Freitas), no Rio Grande do Norte (Fátima Bezerra) e no Piauí (Rafael Fonteles).

A única capital onde Bolsonaro venceu, Maceió, é também onde o PL tem a maior chance de vitória neste ano, com a candidatura à reeleição de João Henrique Caldas, o JHC. O prefeito tem como padrinho político o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Ciente das dificuldades na região, a legenda já abriu mão de lançar candidato próprio ao menos em quatro capitais —São Luís, Teresina, Salvador e Natal.

Olíder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), presidente do diretório do Rio

Grande do Norte, vai se afastar do mandato por quatro meses no segundo semestre para acompanhar o processo. Marinho afirma que foi designado pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, para ajudar a reorganizar o partido na região.

O senador diz que um dos objetivos é mostrar ao eleitor que ele “tem afinidade” com o que o partido representa e defende, e tentar descolar essas características das que são atribuídas a Lula.

“Esse é um partido que está em construção. A nossa preocupação também é dar uma nitidez maior no viés programático e ideológico do partido. Quem nós somos? O que nós defendemos, o que nós representamos?”, afirma.

Ele também diz: “Se você perguntar a alguém que mora no interior do meu estado

**4** capitais do Nordeste, pelo menos, não terão candidatos do PL: São Luís, Teresina, Salvador e Natal

**30,7%** dos votos válidos obteve Jair Bolsonaro no Nordeste no segundo turno da eleição de 2022; Lula ficou com 69,3%

**13** senadores são do PL atualmente, de 81 vagas no Senado (apenas 1 é do Nordeste)

o que ele pensa sobre natalidade, drogas, mérito, propriedade, ele pensa exatamente como nós pensamos, mas vota em Lula. Nós temos uma tarefa que é mostrar a esse eleitor que, na verdade, ele é um eleitor conservador. Que é um eleitor que tem afinidade com o que nós representamos e o que nós defendemos”.

O tom de Marinho já tem sido repetido por políticos do PL no Nordeste. Na Bahia, o ex-ministro João Roma, que comandou a pasta da Cidadania no governo Bolsonaro, tem dito que um dos focos nas eleições municipais é “ampliar a capilaridade do PL e construir as pontes”.

Em Salvador, o PL apoiará a reeleição do atual prefeito, Bruno Reis (União Brasil), que faz parte do grupo do ex-prefeito ACM Neto, do mesmo partido.

Roma tem viajado o interior do estado mais populoso do Nordeste para, segundo ele, estruturar o PL nas cidades do interior, com a montagem de diretórios. A partir disso, afirma o ex-ministro, o partido terá mais condições de crescer.

Assim como Marinho, ele afirma que as pessoas alinham o Nordeste ao eleitorado do PT, mas que a região tem um histórico de aval a bandeiras conservadoras. Reconhece, porém, que é difícil aumentar o número de prefeituras em um estado governado por um petista, cujos municípios dependem de recursos estaduais.

Na Bahia, a estratégia do PL será investir em candidaturas de vereadores e usar a imagem de Bolsonaro para pedir votos. Apesar de sofrer rejeição no estado, o ex-mandatário tem uma parcela de eleitores fiéis, sobretudo no oeste e no extremo sul baiano.

Com isso, espera aumentar a influência nos Legislativos municipais de aliados.

Há estados do Nordeste em que o PL decidiu apostar no lançamento de pré-candidatura de outros ex-ministros de Bolsonaro, como Gilson Machado (Turismo) no Recife e Marcelo Queiroga (Saúde) em João Pessoa.

Em Fortaleza, o partido lançou a pré-candidatura do deputado André Fernandes e, em Aracaju, da vereadora Emília Corrêa.

A meta da legenda é lançar ao menos um candidato a senador em todos os estados e no Distrito Federal em 2026, quando duas vagas para o cargo estarão em disputa em ca-

da unidade da federação.

O Senado entrou no foco da direita devido a prerrogativas exclusivas da Casa, como a sabatina e o impeachment de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal).

Também cabe apenas aos senadores sabatar as demais autoridades escolhidas pelo presidente da República, como o procurador-geral, embaixadores e ministros de tribunais superiores.

Como mostrou o Painei, o PT também tem buscado costurar alianças para candidaturas a prefeitos e vice-prefeitos já com a preocupação de negociar apoio para o Senado nas eleições em 2026, em meio ao temor de que a oposição ganhe ainda mais força na Casa na próxima legislatura.

## Bolsonaro decidirá nome a presidente, diz Valdemar na TV

Matheus Tupina

SÃO PAULO O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou em inserção veiculada pelo partido na TV que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é quem escolherá o candidato à Presidência da República pela legenda em 2026, caso sua própria candidatura seja impossibilitada.

Ele afirmou ainda que é Bolsonaro quem “tem os votos” e que a sigla, segundo ele, a maior do país, deve isso a ele.

“Nós queremos o Bolsonaro candidato a presidente do Brasil pelo PL. Agora, se ele não for, quem decide quem vai ser o candidato a presidente é o Bolsonaro. Quem decide quem vai ser o candidato a vice-presidente é o Bolsonaro. Nós devemos isso a ele, é ele quem tem os votos. Bolsonaro e o povo brasileiro fizeram o PL o maior partido do Brasil”, afirmou Valdemar na propaganda política.

Apesar da fala, Valdemar e Bolsonaro estão proibidos pelo STF (Supremo Tribunal Federal) de conversar desde fevereiro, após a Operação Tempus Veritatis, que investiga a trama de um golpe de Estado.

O ex-presidente está ineligível em virtude de julgamento do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sobre uso político de evento Sete de Setembro e por difundir mentiras sobre as urnas eletrônicas.

# Câmara de Sorocaba tira do ar redes, televisão e rádio antes da eleição, e vereadores reagem

Lucas Monteiro e Vinícius Barboza

SÃO PAULO A Câmara Municipal de Sorocaba (SP) suspendeu em 1º de junho todas as transmissões da TV Legislativa e da Rádio Câmara, além das redes sociais da Casa, até o fim das eleições de 2024.

A medida foi publicada no site da Câmara. De acordo com o comunicado, a suspensão visa “não afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nas eleições”, em respeito à lei e “demais normas eleitorais”.

Além da Lei das Eleições (9.504/1997), a Câmara cita dispositivos da Constituição e da resolução 23.610/2019, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Procurada pela Folha, a secretaria de comunicação da Câmara disse que a medida “está em conformidade com a legislação vigente, foi respeitada em períodos eleitorais anteriores e é determinada pela Mesa Diretora do Legislativo”.

A reportagem perguntou à Casa quais são os artigos que embasam o ato. Não houve resposta até a publicação deste texto.

De acordo com o artigo 73 da Lei das Eleições, nos três

meses que antecedem o pleito é vedado aos órgãos públicos realizar publicidade institucional dos seus atos, programas, obras, serviços e campanhas.

A proibição passará a valer neste ano em 6 de julho. Com a decisão, o Legislativo sorocabano tira do ar seus canais de transmissão 35 dias antes desse prazo. Em 2022, a Câmara de Sorocaba também suspendeu suas comunicações mais próxima do pleito, em 7 de julho.

A decisão deste ano foi questionada pelos vereadores. Iara Bernardi (PT) pediu para que a Mesa Diretora reveja o ato. Ela e outros nove parlamentares assinaram requerimento.

“Sem TV e redes sociais, o engajamento da população, que já não é muito grande, fica ainda mais enfraquecido”, disse Bernardi à Folha. “Se um pré-candidato infringir a lei eleitoral, que responda por isso. Mas tirar do ar uma TV que presta serviços públicos é desproporcional.”

Especialistas em direito eleitoral divergem da Câmara sobre o prazo e a necessidade da suspensão. “A medida adotada por Sorocaba não encontra respaldo na legislação”, diz o advogado Kaleo Dornaika.

Embora os órgãos públicos estejam proibidos de fazer pu-



Fachada da Câmara Municipal de Sorocaba (SP)
 Roberto Navarro/Divulgação Alesp

blicidade institucional a partir de 6 de julho, “não quer dizer que todos os canais devam ser suspensos”, afirma Izabelle Paes Omena de Oliveira Lima, sócia do escritório Callado, Petrin, Paes & Cezar Advogados.

“Permaneça o dever de dar transparência aos atos oficiais”, diz a especialista. “Em relação às transmissões da TV Câmara, não existe uma determinação legal para que sejam suspensas.”

O artigo 36-A e seu inciso 4º da Lei das Eleições determinam que “a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos” não con-

“Se um pré-candidato infringir a lei eleitoral, que responda por isso. Mas tirar do ar uma TV que presta serviços públicos é desproporcional

Iara Bernardi (PT) vereadora em Sorocaba

figura propaganda eleitoral antecipada, “desde que não se faça pedido de voto”, menção à pretensa candidatura ou exaltação de qualidades pessoais de pré-candidatos. As sessões podem “ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet”.

Na mesma lei, o artigo 45 veda emissoras de rádio e TV de transmitirem “programa apresentado ou comentado por pré-candidato” a partir de 30 de junho. A proibição busca mitigar os efeitos de uma concorrência desleal que eles teriam em relação aos demais, afirma Dornaika.

Tal exemplo se aplicaria a José Luiz Datena (PSDB-SP), apresentador do “Brasil Urgente”, da Band, que oficializou sua pré-candidatura à Prefeitura de São Paulo.

“Seria o caso de programas de TV cuja audiência cativa poderia ser direcionada precocemente ao voto, desequilibrando o pleito. Em nada se relaciona com a transmissão das sessões parlamentares”, diz o advogado.

Segundo Lima, a respeito de publicações em sites oficiais, é importante que os órgãos públicos adequem os conteúdos, visando não infringir o artigo 73 da norma eleitoral. A punição, na maioria das vezes, é uma multa. “Em situações extremas, onde se comprove excesso na publicidade de institucional, pode gerar a cassação do mandato do candidato beneficiado.”

## Juíza nega ação de filhos de Lula por áudios de Marisa

SÃO PAULO A juíza federal Rosana Ferri negou pedido de indenização por danos morais ao espólio da ex-primeira dama Marisa Lécia Lula da Silva em função de áudios de telefonemas liberados pelo então juiz Sergio Moro durante a Operação Lava Jato.

Em decisão publicada na quinta-feira (13), a magistrada da 24ª Vara Cível Federal de São Paulo entendeu que Moro não agiu de forma ilegal ao ordenar ou divulgar interceptações de conversas entre Marisa, que morreu em 2017, e familiares.

Ela considerou que o processo não corria em segredo de Justiça e a decisão teria decorrido do “livre convencimento” do juiz.

O escritório Zanin Martins Advogados, que representa a família do presidente Lula (PT) na ação, afirmou que recorrerá da decisão. “Foram graves os prejuízos causados à honra da autora [...], tornando públicas conversas estritamente privadas”, disse.

Par a juíza, embora possa ter havido constrangimentos, “a situação de desagradado íntimo relatada não caracteriza um sentimento de ofensa e humilhação” que justificasse a indenização.



VARA DE FALÊNCIAS DOS ESTADOS UNIDOS  
DISTRITO SUL DE NUEVA YORK

Referente ao MERCON COFFEE CORPORATION, <i>et al.</i> , <sup>1</sup> Devedoras.	Pedido de Recuperação da Empresa (Capítulo 11) Caso N.º 23-11945 (MEV) Administrado em conjunto
---	---

AVISO DE (I) APROVAÇÃO DA DECLARAÇÃO PÚBLICA, (II) ESTABELECIMENTO DA DATA DO REGISTRO DE VOTAÇÃO, (III) AUDIÊNCIA SOBRE RATIFICAÇÃO DO PLANO, (IV) PROCEDIMENTOS PARA OBJEÇÃO À RATIFICAÇÃO DO PLANO; E (V) SOLICITAÇÃO, VOTAÇÃO E PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO PLANO

OBSERVE que:

1. **Aprovação da Declaração Pública.** Por despacho de 24 de maio de 2024 [Doc. Nº 521] (o “**Despacho**”), a Vara de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York (a “**Vara de Falências**”) aprovou a *Quarta Declaração Pública Alterada para o Quarto Plano de Liquidação Conjunto Alterado do Capítulo 11 para a Mercon Coffee Corporation e Certas Devedoras Afiliadas* com data de 2 de maio de 2024 (conforme possa ser alterada, modificada e complementada, a “**Declaração Pública**”) movida pela Mercon Coffee Corporation e suas afiliadas devedoras, como devedoras e devedoras na posse nos casos do Capítulo 11 supracitados (coletivamente, as “**Devedoras**”). A Vara de Falências autorizou as Devedoras a solicitar votos quanto à aprovação ou rejeição da *Quarta Alteração do Plano de Liquidação Conjunto do Capítulo 11 para a Mercon Coffee Corporation e Certas Devedoras Afiliadas* (conforme pode ser alterado, modificado e complementado, o “**Plano**”),<sup>2</sup> apenso como **Anexo A** à Declaração Pública.

2. **Audiência de ratificação.** Uma audiência (a “**Audiência de Ratificação**”) para considerar a ratificação do Plano será realizada em **28 de junho de 2024 às 11h00 (hora do Leste dos EUA)**, perante o Exmo. Sr. Michael E. Wiles, Juiz de Falências dos Estados Unidos para a Vara de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, One Bowling Green, Nova York 10004. A Audiência de Ratificação pode ser adiada ou continuada periodicamente pela Vara de Falências ou pelas Devedoras (com o consentimento das Partes com Garantia e do Comitê de Credores) sem aviso prévio além do anúncio em audiência pública ou conforme indicado em qualquer notificação ou agenda de audiência que seja apresentada à Vara de Falências, e o Plano poderá ser modificado, se necessário, antes, durante ou em decorrência da Audiência de Ratificação, sem aviso prévio aos interessados.

3. A Declaração Pública e o Plano estão arquivados junto ao Escrivão da Vara de Falências (o “**Escrivão**”) e pode ser examinada durante o horário comercial normal, sujeito e de acordo com a Ordem Geral M-543, no escritório do Escrivão. Cópias da Declaração Pública e do Plano também podem ser obtidas, mediante pagamento, no arquivo eletrônico da Vara para os Casos no Capítulo 11 das Devedoras, que podem ser encontrados em <https://www.nysbuscourts.gov> (um login e senha PACER são necessários para acessar os documentos no site da Vara e podem ser obtidos pelo Centro de Atendimento PACER em [www.pacer.psc.uscourts.gov](http://www.pacer.psc.uscourts.gov)).

4. Cópias da Declaração Pública e do Plano também podem ser obtidas por solicitação por escrito **gratuita** ao acessar o site mantido pelo agente de solicitação das Devedoras, Kroll Restructuring Administration (o “**Agente de Solicitudes**”), em <https://cases.ra.kroll.com/mercon>, ou mediante pedido, da seguinte forma:

Se por correio normal ou noturno ou entrega pessoal:  Mercon Coffee Corporation, Ballot Processing Center c/o Kroll Restructuring Administration LLC 850 3rd Avenue, Suite 412 Brooklyn, NY 11232	Se por e-mail para: <a href="mailto:MerconInfo@ra.kroll.com">MerconInfo@ra.kroll.com</a> com uma referência a “Mercon Solicitation Inquiry” na linha de assunto.  Se por telefone: (844) 974-4369 (EUA/Canadá, ligação gratuita) ou +1 (646) 586-9785 (internacional, ligação paga).
--	---

5. **Data de registro para votação.** Apenas as partes que estão aptas a votar e deter Créditos contra as Devedoras a partir de 10 de maio de 2024 (a “**Data de Registro para Votação**”) têm direito a voto no Plano.

6. **Partes sem direito a voto.** Não têm direito a voto no Plano os seguintes titulares de Reclamações e Participações: (i) titulares de Reivindicações ou Interesses não prejudicados que se presume aceitarem o Plano (Classe 2 – Outros Créditos com Garantia e Classe 3 - Outros Créditos Prioritários), (ii) titulares de Reivindicações ou Interesses depreciados que se considera que rejeitarão o Plano (Classe 6 - Reivindicações Intercompanhias, Classe 7 - Reivindicações Subordinadas e Classe 8 – Participações Societárias nas Devedoras) e (iii) titulares de Reivindicações que sejam objeto de objeções ou pedidos de estimativa.

7. **Pedidos nos termos o artigo 3018 (alínea a).** Se você apresentou oportunamente uma prova de Reivindicação e discorda da classificação, objeção ou pedido de estimativa de sua Reivindicação das Devedoras e acredita que deve ter direito a votar no Plano, então você deve notificar as Devedoras e apresentar à Vara de Falências (com cópia para as câmaras) um pedido (uma “**Pedido nos termos do Artigo 3018 (alínea a)**”) para uma ordem nos termos do Artigo 3018 (alínea a) da Lei Federal de Procedimento de Falência (as “**Normas de Processo Falimentar**”) permitindo temporariamente tal Reivindicação em um valor diferente ou em uma Classe diferente para fins de votação para aceitar ou rejeitar o Plano. Todos os pedidos nos termos do Artigo 3018 (alínea a) devem ser apresentados até **6 de junho de 2024, às 16h30 (hora do Leste dos EUA)**. De acordo com o Artigo 3018 das Normas de Processo Falimentar, quanto a qualquer credor que apresente um Pedido nos termos do Artigo 3018 (alínea a), o voto de tal credor não será contado, exceto quando for determinado de outra forma pela Vara de Falências pelo menos cinco (5) dias antes do Prazo de Votação ou conforme a Vara de Falências possa orientar. Os credores podem entrar em contato com o Agente de Solicitação para receber uma cédula apropriada para qualquer Reivindicação para a qual uma prova de Reivindicação tenha sido apresentada oportunamente e um Pedido nos termos do Artigo 3018 (alínea a) tenha sido deferido. Pedidos nos termos do Artigo 3018 (alínea a) não serão apreciados se não forem tempestivamente interpostos e notificados na forma acima mencionada.

8. **Prazo de votação.** Todos os votos para aceitar ou rejeitar o Plano devem ser realmente recebidos pelo Agente de Solicitação até as **16h30 (hora do Leste dos EUA) de 20 de junho de 2024** (o “**Prazo de Votação**”), salvo prorrogação pelas Devedoras. Qualquer falha em seguir as instruções de votação incluídas com sua cédula pode desqualificar sua cédula e seu voto.

9. **Objeções à ratificação.** As respostas e objeções, se houver, à ratificação do Plano devem:

- Estar escritas na língua inglesa;
- Indicar o nome e o endereço da parte contrária e o valor e a natureza da Reivindicação ou Interesse dessa parte;
- Estar em conformidade com as Normas de Processo Falimentar e as leis locais da Vara de Falências;
- Indicar com precisão a base jurídica e factual, e a natureza de qualquer objeção à ratificação do Plano;
- Ser protocoladas na Vara de Falências junto com a comprovação da citação (i) eletrônica ou (ii) convencional, conforme indicado abaixo:
  - Arquivamento Eletrônico:* o depositante deve ser um advogado de posse de senhas e logins tanto para o PACER quanto para o Sistema de Arquivamento Eletrônico de Processos da Vara de Falências; o depósito eletrônico deve estar de acordo com a Decisão Geral M 399 (que pode ser encontrada em <http://nysbuscourts.gov>); ou
  - Arquivamento Convencional:* o depositante deve enviar a resposta ou objeção por correio, correio ou mensageiro para o escrivão da Vara de Falências no seguinte endereço: United States Bankruptcy Court, One Bowling Green, New York, New York 10004; a cópia impressa da resposta ou objeção deve ser acompanhada de um CD-ROM contendo a resposta ou objeção em formato de documento portátil pesquisável por texto (PDF);

NOTA: *Todos os arquivadores* – os que depositam eletronicamente e os que depositam convencionalmente – devem fornecer às Câmaras da Vara de Falências uma cópia impressa separada da resposta ou objeção; qualquer pedido proposto deve ser acompanhado de um CD-ROM contendo a resposta ou objeção em formato de documento portátil pesquisável (PDF); e

f. Ser notificado de acordo com a Decisão Geral M-399 para ser recebido **até de 20 de junho de 2024 às 16h30 (hora do Leste dos EUA)** (o “**Prazo de Objeção ao Plano**”) Prazo de Objeção ao Plano (as “**Partes Padrão**”) —

- As Câmaras do Exmo. Juiz Michael E. Wiles, Vara de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, One Bowling Green, Sala 617, New York, New York 10004;
- O Advogado das Devedoras, Baker & McKenzie LLP (Attn: Paul J. Keenan Jr., John R. Dodd e Reginald Sainvil, 1111 Brickell Avenue, 10th Floor, Miami, Florida 33131 e Blaire Cahn, 452 Fifth Avenue, New York, New York 10018);
- O Advogado do Administrador Judicial nos Estados Unidos (Attn: Daniel Rudewicz, Alexander Hamilton Custom House, One Bowling Green, Suite 534, New York, New York 10004);
- O Advogado do Comitê Oficial de Credores Quirografários, O'Melveny & Myers LLP (Attn: Louis R. Strubeck, Jr. e Matthew P. Kremer), 7 Times Square, New York, New York 10036, e O'Melveny & Myers LLP (Attn: Gregory M. Wilkes e Scott P. Drake), 2801 North Harwood Street, Suite 1600, Dallas, Texas 75201; e
- O Advogado do Prepetition First Lien Agent, Cadwalader, Wickersham & Taft LLP (Attn: Ingrid Bagby e Andrew Greenberg), 200 Liberty Street, New York, New York 10281.

**SE ALGUMA OBJEÇÃO À RATIFICAÇÃO DO PLANO NÃO FOR APRESENTADA E CUMPRIDA RIGOROSAMENTE CONFORME PRESCRITO NESTE DOCUMENTO, A PARTE CONTRÁRIA PODERÁ SER IMPEDIDA DE SE OPOR À RATIFICAÇÃO DO PLANO E PODERÁ NÃO SER OUVIDA NA AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO.**

10. **Partes que não serão tratadas como credores.** Qualquer titular de uma Reivindicação que (i) esteja programada nas listas de ativos e passivos das Devedoras em US\$0.00, ou em um valor desconhecido, ou como contestado, contingente ou não liquidado, e (A) não seja objeto de uma prova oportuna apresentada de Reivindicação ou uma prova de Reivindicação considerada oportuna apresentada à Vara de Falências ou (B) não seja objeto de uma decisão da Vara de Falências, desde que nenhuma prova de reivindicação precise ser depositada com relação a tal Reivindicação, ou (ii) não for agendado e não for objeto de uma prova de Reivindicação apresentada oportunamente ou uma prova de Reivindicação considerada oportuna apresentada à Vara de Falências, não será tratado como credor em relação a tal Reivindicação para fins de votação do Plano.

11. **Liberações.** Informamos que, de acordo com o Plano, as “Partes Quitadoras” (conforme definido no Plano e estabelecido no Anexo A deste documento) são consideradas como tendo concedido as liberações contidas na Seção 12.04 do Plano, que são estabelecidas por conveniência no Anexo A deste documento.

<p><b>INFORMAÇÕES IMPORTANTES</b></p> <p><b>EM RELAÇÃO A CERTAS LIBERAÇÕES POR PARTE DOS TITULARES DE CRÉDITOS:</b></p> <p><b>VOCÊ TEM O DIREITO DE OPTAR PELA LIBERAÇÃO DE TERCEIROS CONTIDA NA SEÇÃO 12.04 DO PLANO, MARCANDO A CAIXA NO ITEM 3 DESTA CÉDULA.</b></p> <p><b>VOCÊ NÃO É OBRIGADO A CONCEDER ESTA LIBERAÇÃO. SUA FALHA EM FAZÊ-LO NÃO AFETARÁ SUAS DISTRIBUIÇÕES OU A RATIFICAÇÃO DO PLANO. ISSO É ESTRITAMENTE VOLUNTÁRIO.</b></p>
---

12. **O Plano também contém outras disposições de quitação, liminar, liberação e não responsabilização que podem afetar seus direitos, como as estabelecidas no Anexo A. O Anexo A é qualificado em sua totalidade por referência ao Plano.**

**A MENOS QUE UMA OBJEÇÃO SEJA OPORTUNAMENTE NOTIFICADA E APRESENTADA, ELA NÃO PODE SER CONSIDERADA PELA VARA DE FALÊNCIAS. VOCÊ É ACONSELHADO A REVISAR E CONSIDERAR CUIDADOSAMENTE O PLANO, INCLUINDO AS DISPOSIÇÕES DE QUITAÇÃO, LIMINAR, LIBERAÇÃO E NÃO RESPONSABILIZAÇÃO, POIS SEUS DIREITOS PODEM SER AFETADOS.**

13. **Contratos de execução e locações não vencidas.** Na Data de Vigência, salvo disposição em contrário no Plano, cada Contrato de Execução e Locação Não Vencido não rejeitado, assumido ou atribuído anteriormente será considerado automaticamente rejeitado de acordo com as Seções 365 e 1123 do Código de Falências, a menos que tal Contrato de Execução ou Locação Não Vencido: (a) esteja especificamente descrito no Plano como a ser assumido em conexão com a Ratificação do Plano, ou esteja especificamente programado para ser assumido ou assumido e atribuído de acordo com o Plano ou o Suplemento do Plano; (b) esteja sujeito a um pedido pendente para assumir tal Contrato de Locação ou Execução Não Vencido a partir da Data de Vigência; (c) tenha sido previamente assumido pelas Devedoras ou assumido e cedido por terceiro, conforme aplicável, durante a pendência dos Casos do Capítulo 11; (d) seja um contrato, instrumento, liberação, escritura ou outro acordo ou documento celebrado em conexão com o Plano; ou (e) seja uma apólice de D&O ou uma apólice de seguro, conforme estabelecido na Seção 7.06 do Plano. Qualquer Contrato de Execução e Locação Não Vencido em relação à Mercon B.V. só será considerado automaticamente rejeitado na medida em que, e sob a condição precedente de que, como parte do Processo WHOA holandês, a Justiça Holandesa dê consentimento à Mercon B.V. para rescindir tal Contrato de Execução ou Locação Não Vencido (conforme previsto na Lei de Reestruturação Holandesa).

14. **Informações adicionais.** Qualquer parte interessada em obter informações sobre os procedimentos de solicitação ou cópias da Declaração Pública ou do Plano deverá entrar em contato com o Agente de Solicitação, em (844) 974-4369 (EUA/Canadá, ligação gratuita) ou +1 (646) 586-9785 (internacional, ligação paga), ou pode ver e baixar tais documentos, gratuitamente, ao acessar o site do Capítulo 11 das Devedoras: <https://cases.ra.kroll.com/mercon> ou, mediante pagamento, no site da Vara de Falências: <https://www.nysbuscourts.gov>. Como mencionado anteriormente, uma senha PACER (<https://pacer.uscourts.gov>) e login são necessários para acessar documentos no site da Vara de Falências (<https://www.nysbuscourts.gov>).

**O AGENTE DE SOLICITAÇÃO NÃO ESTÁ AUTORIZADO A, E NÃO IRÁ, PRESTAR ASSESSORIA JURÍDICA.**

Datado: 24 de maio de 2024

**BAKER & MCKENZIE LLP.**

Por: */s/ Reginaldo Sainvil* \_\_\_\_\_, Paul J. Keenan Jr. (admitido *pro hac vice*), John R. Dodd (admitido *pro hac vice*), Reginald Sainvil (admitido *pro hac vice*), 1111 Brickell Avenue, 10th Floor, Miami, FL 33131. Telephone: 305-789-8900. Fax: 305-789-8953. E-mail: [paul.keenan@bakermckenzie.com](mailto:paul.keenan@bakermckenzie.com), [john.dodd@bakermckenzie.com](mailto:john.dodd@bakermckenzie.com), [reginald.sainvil@bakermckenzie.com](mailto:reginald.sainvil@bakermckenzie.com). Blaire Cahn, 452 Fifth Avenue, New York, NY 10018. Telephone: 212-626-4875. Fax: 212-310-1695. E-mail: [blaire.cahn@bakermckenzie.com](mailto:blaire.cahn@bakermckenzie.com), *Advogado das Devedoras e Devedoras na Posse*.

<b>Anexo A</b>
<b>Trechos selecionados de liberações, não responsabilizações e liminares do plano</b>
<b>Selecione os termos definidos</b>
<b>“Partes Não Responsabilizadas”</b> significa, coletivamente, e em cada caso apenas na sua qualidade de tal e apenas na medida em que tenham servido a título de representante durante os Casos do Capítulo 11, (a) as Devedoras; (b) os gerentes, diretores, executivos e empregados das Devedoras que servirem após a Data da Petição, incluindo, entre outros, o Diretor de Reestruturação, Harve Light; c) Os Profissionais das Devedoras; d) O Comitê de Credores e os seus membros (unicamente na qualidade de membros do Comitê de Credores e não a título individual); ou (e) os Profissionais do Comitê de Credores.
<b>“Parte Liberada”</b> significa coletivamente, em cada caso, (i) exclusivamente em suas respectivas capacidades como tal, e (ii) sujeito às limitações de liberação nas Seções 12.03 e 12.04 deste documento: os atuais e antigos diretores, executivos, representantes, membros da administração e demais empregados das Devedoras, os advogados das Devedoras, Riveron RTS, LLC, Riveron Consulting, LLC e qualquer uma dessas entidades Afiliadas da Riveron, e Harve Light, na qualidade de Diretor de Reestruturação ou de outro modo. Para evitar dúvidas, e não obstante qualquer um dos itens acima, (i) qualquer contador que prestou serviços a qualquer uma das Devedoras ou a qualquer uma das Afiliadas atuais ou antigas das Devedoras não é uma Parte Liberada e (ii) qualquer atual e antigo acionista de qualquer uma das Devedoras ou qualquer uma das Afiliadas atuais ou antigas das Devedoras não é uma Parte Liberada.
<b>“Partes Quitadoras”</b> significa coletivamente, (a) as Partes com Garantia (somente na medida em que tenham optado por conceder as liberações conforme estabelecido em (c) abaixo); b) O Comitê de Credores e cada um dos seus membros (exclusivamente na sua qualidade de membros do Comitê de Credores e não a título individual); (c) todos os Titulares de Créditos ou Participações que optarem afirmativamente pelas liberações previstas no Plano ao marcar o campo no formulário aplicável, indicando que optam por conceder as liberações previstas no Plano; (d) qualquer Parte Liberada que opte afirmativamente pelas liberações previstas no Plano ao marcar a caixa no formulário aplicável indicando que opta por conceder as liberações previstas no Plano; para evitar dúvidas, qualquer parte que não tenha optado afirmativamente pelas Liberações de Terceiros contidas na Seção 12.04 do Plano não será considerada como concedendo tais Liberações de Terceiros.
<b>Seção 12.03 do Plano: Liberações pelas devedoras</b>
Em vigor a partir da Data de Vigência, para boa e efetiva contraprestação, cuja adequação é aqui ratificada, cada Parte Liberada é considerada liberada por todos e cada uma das Devedoras e seus Estados, e o Trust Liquidante e Administrador Liquidante, em cada caso em nome próprio e de seus respectivos sucessores, cessionários e representantes, e toda e qualquer outra Entidade que pretenda fazer valer qualquer Causa de Pedir, direta ou derivadamente, por, através, para, ou por causa das Entidades acima, de todas e quaisquer reivindicações, obrigações, direitos, processos, danos, Causas de Ação, recursos e responsabilidades de qualquer natureza, incluindo quaisquer Ações de Prevenção e quaisquer reivindicações derivadas, reivindicadas ou assertivas em nome de qualquer uma das Devedoras ou suas Propriedades, conforme aplicável, sejam conhecidas ou desconhecidas, previstas ou imprevistas, existentes ou a seguir decorrentes, por lei, equidade ou de outra forma, que as Devedoras ou seus Estados ou afiliadas teriam o direito legal de reivindicar, em seu próprio direito (individual ou coletivamente) ou em nome do Titular de qualquer reivindicação contra, ou Participação em, uma Devedora ou outra Entidade, com base em ou relacionado a, ou de qualquer forma decorrente de, no todo ou em parte, as Devedoras; DESDE QUE, NO ENTANTO, PARA QUALQUER PARTE LIBERADA QUE SEJA UMA PARTE SEGURADA OU PESSOA SEGURADA SOB AS APÓLICES DE D&O, INDEPENDENTEMENTE DE A COBERTURA SER ESTENDIDA OU NEGADA A TAL PARTE OU PESSOA, A LIBERAÇÃO ACIMA É LIMITADA À RESPONSABILIDADE DE QUALQUER PARTE OU PESSOA QUE EXCEDA OS RENDIMENTOS DAS APÓLICES DE D&O; e desde que, além disso, nada neste documento seja considerado uma liberação para qualquer ato ou omissão que constitua fraude, negligência grave ou má conduta intencional, conforme determinado por um Despacho Final de uma vara de jurisdição competente; e desde que qualquer direito de fazer cumprir o Plano, o Suplemento do Plano e o Despacho de Ratificação não sejam liberados.
Nada neste documento limitará a responsabilidade dos advogados para com seus respectivos clientes de acordo com o Artigo 1.8 (alínea h) das Regras de Conduta Profissional de Nova York. Qualquer Pessoa que possa ser afetada pela liberação nesta Seção 12.03 do Plano é aconselhada a procurar a assessoria de um advogado independente em relação a isso.
A entrada do Despacho de Ratificação constituirá a aprovação pela Vara de Falências, de acordo com a Norma de Processo Falimentar 9019, das liberações aqui descritas pelas Devedoras, que inclui por referência cada uma das disposições e definições relacionadas contidas neste Plano e, além disso, constituirá a conclusão da Vara de Falências de que cada liberação descrita nesta Seção 12.03 é: (1) em troca da boa e valiosa contraprestação fornecida pelas Partes Liberadas, (2) um acordo de boa-fé e compromisso de tais reivindicações; (3) no melhor interesse das Devedoras e de todos os Titulares de Créditos e Interesses; (4) justo, equitativo e razoável; e (5) dado e feito após a devida notificação e oportunidade de audiência.
<b>Seção 12.04 do Plano: Liberações de terceiros</b>
Em vigor a partir da Data de Vigência, em troca de boa e efetiva contraprestação, incluindo as obrigações das Devedoras nos termos do Plano e as contribuições das Partes Liberadas para facilitar e implementar o Plano, na máxima medida permitida segundo a lei aplicável, cada uma das Partes Quitadoras será considerada como tendo, de modo conclusivo, absoluto, incondicional, irrevogável e definitivo, liberado cada Parte Liberada e as Devedoras, na medida baseada somente nas ações ou omissões ocorrendo em ou antes da Data de Vigência, de todas e quaisquer reivindicações, obrigações, direitos, processos, danos, Causas de Ação, recursos e responsabilidades de qualquer natureza, conhecidas ou desconhecidas, previstas ou imprevistas, existentes ou a seguir derivadas, por lei, equidade ou de outra forma, incluindo reivindicações derivativas, reivindicadas ou assertivas em nome de quaisquer das Devedoras ou seus Estados que essa Entidade teria o direito legal de reivindicar (individual ou coletivamente) DESDE QUE, NO ENTANTO, PARA QUALQUER PARTE LIBERADA QUE SEJA UMA PARTE SEGURADA OU PESSOA SEGURADA SOB AS APÓLICES DE D&O, INDEPENDENTEMENTE DE A COBERTURA SER ESTENDIDA OU NEGADA A TAL PARTE OU PESSOA, A LIBERAÇÃO ACIMA É LIMITADA À RESPONSABILIDADE DE QUALQUER PARTE OU PESSOA QUE EXCEDA OS RENDIMENTOS DAS APÓLICES DE D&O; desde que, além disso, nada neste documento seja considerado uma liberação para qualquer ato ou omissão que constitua fraude, negligência grave ou má conduta intencional, conforme determinado por um Despacho Final de uma vara de jurisdição competente; e desde que qualquer direito de fazer cumprir o Plano, o Suplemento do Plano e o Despacho de Ratificação não sejam liberados.
Para evitar dúvidas, um credor que não optar pelas liberações previstas no Plano ao marcar a caixa no formulário aplicável indicando que opta por conceder as liberações previstas no Plano não é uma Parte Liberada nem uma Parte Quitadora.
Nada neste documento limitará a responsabilidade dos advogados para com seus respectivos clientes de acordo com o Artigo 1.8 (alínea h) das Regras de Conduta Profissional de Nova York. Qualquer Pessoa que possa ser afetada pela liberação nesta Seção 12.04 do Plano é aconselhada a procurar a assessoria de um advogado independente em relação a isso.
A entrada do Despacho de Ratificação constituirá a aprovação pela Vara de Falências, de acordo com a Norma de Processo Falimentar 9019, das liberações aqui descritas, que inclui por referência cada uma das disposições e definições relacionadas contidas neste Plano e, além disso, constituirá a conclusão da Vara de Falências de que cada liberação descrita nesta Seção 12.04 é: (1) em troca da boa e valiosa contraprestação fornecida pelas Partes Liberadas, (2) um acordo de boa-fé e compromisso de tais reivindicações; (3) no melhor interesse das Devedoras e de todos os Titulares de Reivindicações e Interesses; (4) justo, equitativo e razoável; e (5) dado e feito após a devida notificação e oportunidade de audiência.
<b>Seção 12.05 do Plano: Não responsabilização</b>
Em vigor a partir da Data de Vigência, na medida permitida pela seção 1125(e) do Código de Falências, e salvo disposição específica em contrário neste Plano, nenhuma Parte Não Responsabilizada terá ou incorrerá em responsabilidade por, e cada Parte Não Responsabilizada será isenta de, qualquer Causa de Ação relacionada a qualquer ato ou omissão ocorrido entre a Data da Petição e a Data de Vigência, em conexão com, relacionados a, ou decorrentes de, os Casos do Capítulo 11, a formulação, preparação, disseminação, negociação, solicitação, ratificação, implementação ou arquivamento deste Plano, a Declaração Pública, o Suplemento do Plano ou qualquer contrato, instrumento, liberação ou outro acordo ou documento criado ou celebrado em conexão com o Plano aprovado pela Vara de Falências nestes Casos do Capítulo 11, exceto por qualquer Causa de Ação relacionada a qualquer ato ou omissão que seja resultado da fraude, negligência grave ou má conduta intencional de tal Pessoa; desde que, no entanto, para evitar dúvidas, tal não responsabilização não atua ou seja interpretada para isentar, canalizar, liberar, embargar ou de outra forma afetar qualquer ação de execução civil ou criminal de uma Unidade Governamental. Nada neste documento limitará a responsabilidade dos advogados para com seus respectivos clientes de acordo com o Artigo 1.8 (alínea h) das Regras de Conduta Profissional de Nova York. Qualquer Pessoa que possa ser afetada pela não responsabilização nesta Seção 12.05 do Plano é aconselhada a procurar a assessoria de um advogado independente em relação a isso.
<b>Seção 12.07 do Plano: Medida liminar</b>
<b>SALVO DISPOSIÇÃO EM CONTRÁRIO NO PLANO OU NO DESPACHO DE RECUPERAÇÃO, TODAS AS ENTIDADES E PESSOAS QUE DETIVERAM, DETÊM OU PODEM DETER REIVINDICAÇÕES, PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS, CAUSAS DE AÇÃO OU RESPONSABILIDADES QUE: (a) ESTÃO SUJEITAS A COMPROMISSO E LIQUIDAÇÃO DE ACORDO COM OS TERMOS DO PLANO; (b) ESTÃO SUJEITAS À NÃO RESPONSABILIZAÇÃO NOS TERMOS DA SEÇÃO 12.02 DESTES DOCUMENTOS (MAS APENAS NA MEDIDA DA NÃO RESPONSABILIZAÇÃO PREVISTA NA SEÇÃO 12.02); OU (c) FOREM DE OUTRA FORMA MANTIDAS, TRATADAS OU RESCINDIDAS DE ACORDO COM OS TERMOS DO PLANO, FOREM PERMANENTEMENTE ORDENADAS E IMPEDIDAS, A PARTIR E APÓS A DATA DE VIGÊNCIA, DE: (1) INICIAR OU CONTINUAR DE QUALQUER FORMA QUALQUER AÇÃO OU OUTRO PROCEDIMENTO DE QUALQUER TIPO, INCLUSIVE DEVIDO A QUALQUER REIVINDICAÇÕES, INTERESSES PATRIMONIAIS, CAUSAS DE AÇÕES OU RESPONSABILIDADES QUE TENHAM SIDO COMPROMETIDAS OU LIQUIDADAS CONTRA AS DEVEDORAS, O ADMINISTRADOR LIQUIDANTE OU QUALQUER ENTIDADE ASSIM LIBERADA OU NÃO RESPONSABILIZADA (OU A PROPRIEDADE OU PATRIMÔNIO DE QUALQUER ENTIDADE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, ASSIM LIBERADO OU NÃO RESPONSABILIZADO, INCLUINDO O ADMINISTRADOR LIQUIDANTE E OS ATIVOS DO ADMINISTRADOR LIQUIDANTE) DEVIDO A OU EM CONEXÃO COM OU COM RELAÇÃO A QUAISQUER REIVINDICAÇÕES LIBERADAS, LIQUIDADAS, COMPROMETIDAS OU NÃO RESPONSABILIZADAS, PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS, CAUSAS DE AÇÃO OU PASSIVOS; (2) FORÇAR, PENHORAR, COBRAR OU RECUPERAR, POR QUALQUER FORMA OU MEIO, QUALQUER DECISÃO, SENTENÇA, DECRETO OU DESPACHO CONTRA AS DEVEDORAS, O ADMINISTRADOR LIQUIDANTE OU QUALQUER ENTIDADE ASSIM LIBERADA OU NÃO RESPONSABILIZADA (OU A PROPRIEDADE OU O PATRIMÔNIO DAS DEVEDORAS OU DE QUALQUER ENTIDADE ASSIM LIBERADA OU NÃO RESPONSABILIZADA) DEVIDO A OU EM CONEXÃO COM OU COM RELAÇÃO A QUALQUER UMA DESSAS LIBERADOS, LIQUIDADOS, REIVINDICAÇÕES COMPROMETIDAS OU NÃO RESPONSABILIZADAS, PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS, CAUSAS DE PEDIR OU RESPONSABILIDADES; (4) FAZER VALER QUALQUER DIREITO DE COMPENSAÇÃO OU SUB-ROGAÇÃO DE QUALQUER TIPO CONTRA QUALQUER OBRIGAÇÃO DEVIDA PELAS DEVEDORAS OU POR QUALQUER ENTIDADE ASSIM LIBERADA OU NÃO RESPONSABILIZADA (OU A PROPRIEDADE OU O PATRIMÔNIO DAS DEVEDORAS OU DE QUALQUER ENTIDADE ASSIM LIBERADA OU NÃO RESPONSABILIZADA) DEVIDO A OU EM CONEXÃO COM OU EM RELAÇÃO A QUALQUER DESSES LIBERADOS, LIQUIDADOS, COMPROMETIDOS, OU REIVINDICAÇÕES NÃO RESPONSABILIZADAS, INTERESSES PATRIMONIAIS, CAUSAS DE AÇÃO OU RESPONSABILIDADES, A MENOS QUE TAL ENTIDADE TENHA REIVINDICADO OPORTUNAMENTE TAL DIREITO DE COMPENSAÇÃO ANTES DA RATIFICAÇÃO EM UM DOCUMENTO DEPOSITADO NA VARA DE FALÊNCIA PRESERVANDO EXPLICITAMENTE TAL COMPENSAÇÃO OU SUB-ROGAÇÃO, E NÃO OBTANTO UMA INDICAÇÃO DE UMA REIVINDICAÇÃO OU INTERESSE OU DE OUTRA FORMA QUE TAL ENTIDADE AFIRME, TENHA OU PRETENDA PRESERVAR QUALQUER DIREITO DE COMPENSAÇÃO OU SUB-ROGAÇÃO DE ACORDO COM A LEI APLICÁVEL OU DE OUTRA FORMA; E (5) INICIAR OU CONTINUAR DE QUALQUER FORMA QUALQUER AÇÃO OU OUTRO PROCESSO DE QUALQUER TIPO CONTRA AS DEVEDORAS, O ADMINISTRADOR LIQUIDANTE OU QUALQUER ENTIDADE ASSIM LIBERADA OU NÃO RESPONSABILIZADA (OU A PROPRIEDADE OU O PATRIMÔNIO DAS DEVEDORAS OU QUALQUER ENTIDADE ASSIM LIBERADA OU NÃO RESPONSABILIZADA) DEVIDO A OU EM CONEXÃO COM OU COM RELAÇÃO A QUALQUER UM DESSES LIBERADOS, LIQUIDADOS, REIVINDICAÇÕES COMPROMETIDAS OU NÃO RESPONSABILIZADAS, PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS, CAUSAS DE PEDIR OU RESPONSABILIDADES; (4) FAZER VALER QUALQUER DIREITO DE COMPENSAÇÃO OU SUB-ROGAÇÃO DE QUALQUER TIPO CONTRA QUALQUER OBRIGAÇÃO DEVIDA PELAS DEVEDORAS OU POR QUALQUER ENTIDADE ASSIM LIBERADA OU NÃO RESPONSABILIZADA (OU A PROPRIEDADE OU O PATRIMÔNIO DAS DEVEDORAS OU DE QUALQUER ENTIDADE ASSIM LIBERADA OU NÃO RESPONSABILIZADA) DEVIDO A OU EM CONEXÃO COM OU COM RELAÇÃO A QUALQUER UM DESSES REIVINDICAÇÕES LIBERADAS, LIQUIDADAS, COMPROMETIDAS OU NÃO RESPONSABILIZADAS, PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS, CAUSAS DE AÇÃO OU RESPONSABILIDADES LIBERADAS, LIQUIDADAS OU COMPROMETIDAS DE ACORDO COM O PLANO; DESDE QUE NADA CONTIDO NO PLANO IMPEDIRÁ UMA ENTIDADE DE OBTER BENEFÍCIOS DIRETA E EXPRESSAMENTE FORNECIDOS A ESSA ENTIDADE NOS TERMOS DO PLANO; DESDE QUE, ALÉM DISSO, NADA CONTIDO NO PLANO DEVE SER INTERPRETADO PARA IMPEDIR QUALQUER ENTIDADE DE SE DEFENDER CONTRA OBJEÇÕES DE REIVINDICAÇÃO OU AÇÕES DE COBRANÇA, SEJA REIVINDICANDO UM DIREITO DE COMPENSAÇÃO OU DE OUTRA FORMA NA MEDIDA PERMITIDA POR LEI.</b>

<sup>1</sup> Los Deudores en estos casos del capítulo 11, junto con los cuatro (4) últimos dígitos del número de identificación fiscal federal de cada Deudor, si procede, son: Mercon Coffee Corporation (1844); Mercon B.V. (N/C); Mercon Brasil Comércio de Café Ltda. (N/C); Agro International Holding B.V. (N/C); Mercapital de Nicaragua, S.A. (N/C); Distribuidora de Granos de Nicaragua S.A. (N/C); Cisa Export S.A. (N/C); Comercial Internacional de Granos de Honduras, S.A. de C.V. (N/C); Mercon Guatemala, S.A. (N/C); Mercafe Vietnam LTD. (N/C); Comercial Internacional Exportadora, S.A. (N/C). La dirección postal de los Deudores es: 999 Ponce de Leon Blvd, Suite 910, Coral Gables, FL 33134.

<sup>2</sup> Los términos en mayúscula utilizados en este documento y no definidos de otro modo tendrán el significado que se les atribuye en el Plano.



mundo



O presidente da Ucrânia, Volodymir Zelenski, se dirige a seu lugar para tirar ‘foto de família’ com outros líderes mundiais em evento na Suíça

Ludovic Marin/AFP

# Debate sobre paz na Ucrânia termina em dissenso na Suíça

Países que evitam disputa entre EUA e China se abstêm de assinar texto final

Igor Gielow

SÃO PAULO Como parecia claro desde o começo, terminou sem consenso a conferência sobre a paz na Ucrânia promovida no fim de semana na Suíça. Países mais representativos do chamado Sul Global boicotaram o texto do comunicado final da cúpula, divulgado neste domingo (16). Os suíços já haviam falhado em atrair 70 dos 160 países convidados, e o Brasil aceitou participar apenas como observador. Foi criticado pelo presidente ucraniano, Volodymir Zelenski, que pôs o país na mesma categoria que os

chineses, aliados dos russos. Rejeitaram o texto final Índia, Arábia Saudita, México, África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Tailândia, Armênia, Bahrein, Colômbia, Indonésia, Jordânia e Líbia, todos integrantes do escaninho do Sul Global, termo impreciso que busca agrupar países que tentam evitar a polarização vigente entre Estados Unidos e China. O maior peso relativo na discussão foi o da Índia, convencida pelo presidente ucraniano a participar na última hora. A China, outro ator essencial, não aceitou ir a uma reunião que excluísse

a Rússia. Ao fim, com a exceção das russófilas Hungria e Sérvia, o comunicado reuniu quem usualmente apoia a Ucrânia contra a invasão promovida por Vladimir Putin em 2022. Por outro lado, os ambíguos turcos assinaram o texto. Os termos adotados também foram diluídos, ainda que de modo francamente favorável a Kiev. O texto identifica a Rússia como agressora, reconhece o sofrimento da guerra e defende a integridade territorial da Ucrânia, listando então três prioridades para diálogo futuro. Na área nuclear, considerar

## Países que rejeitaram o texto final da conferência

- Índia
- Arábia Saudita
- México
- África do Sul
- Emirados Árabes Unidos
- Tailândia
- Armênia
- Bahrein
- Colômbia
- Indonésia
- Jordânia
- Líbia

inadmissível o uso de armas atômicas no conflito e passar à ONU o controle da central de Zaporíjia, ocupada pelos russos. Sobre segurança alimentar, garantir a exportação de grãos ucranianos pelo mar Negro. E no quesito humanitário, mais contencioso, pediu não só a troca de prisioneiros de guerra, mas o retorno de adultos e crianças deportados de áreas ocupadas —uma acusação que rendeu uma ordem de prisão a Putin por parte do Tribunal Penal Internacional. Ao fim, o texto de 11 parágrafos acena ao russo. “Nós acreditamos que alcançar a paz requer envolvimento e o diálogo entre todas as partes. Assim, decidimos tomar passos concretos no futuro nas áreas acima mencionadas com maior engajamento com os representantes de todas as partes”. Segundo diplomatas, a Arábia Saudita se prontificou a sediar uma próxima reunião, mas tem insistido no

convite a autoridades rus-sas — Riad e Moscou alimentam uma boa relação, baseada em atuação conjunta no mercado de petróleo. O tom geral, contudo, ficou aquém daquele que negociadores ucranianos desejavam. Zelenski não escondeu muito a decepção. Vide a economia de seu comentário ao fim do encontro, no qual preferiu celebrar o apoio que a conferência teve de 78 de seus participantes — 2 das 6 organizações supraestatais também presentes assinaram o comunicado. Após dizer que este é o primeiro passo para a paz, afirmou: “Espero que possamos alcançar resultados o mais rapidamente possível. Vamos provar a todos no mundo que a Carta da ONU pode ser restaurada”. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyden, foi na mesma linha. “Não foi uma negociação de paz porque Putin não é sério sobre acabar a guerra. Ele insiste na capitulação, na cessão de território ucraniano, mesmo aquele que hoje ele não ocupa”, disse. Ela se referia aos termos ditados pelo presidente na sexta (14), véspera do início da conferência. Putin afirmou que acabaria o conflito se Kiev adotasse neutralidade, se desarmasse e abrisse mão das quatro regiões que o Kremlin anexou ilegalmente em 2022. Ao fim, a reunião serviu para consolidar posições de apoio à Ucrânia já conhecidas, restando saber se sua pretensão de levar o processo adiante envolvendo os russos tem chance de prosperar. China e Brasil, por exemplo, defendem uma reunião separada com as partes, talvez no âmbito do Conselho de Segurança da ONU. Em termos regionais, na América do Sul apoiaram o texto da conferência Argentina, Chile, Uruguai, Equador e Peru. Neste domingo, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, disse que a Rússia não rejeita conversas, mas quer tê-las dentro de um arcabouço de garantias sobre sua execução. Por ora, a Ucrânia se recusa a falar com os rivais — Zelenski até editou um decreto proibindo isso enquanto Putin, no poder desde 1999, for presidente da Rússia. O chanceler ucraniano, Dmitry Kuleba, tentou adotar um tom intermediário. “Entendemos perfeitamente que chegará a hora em que será necessário falar com a Rússia. Mas nossa posição é bem clara: não vamos deixar a Rússia falar na linguagem dos ultimatos, como tem feito”. Sem grande avanço diplomático, a guerra segue seu rumo na Ucrânia. As Forças Armadas russas disseram neste domingo ter capturado uma cidade na região de Zaporíjia (sul), e houve bombardeios em diversas partes do país.

## Mbappé pede que franceses votem contra ‘extremos’

BOA VISTA A alta temperatura da política na França transbordou para a seleção masculina de futebol neste fim de semana, às vésperas da estreia da equipe na Eurocopa, contra a Áustria, nesta segunda (17). O astro e capitão do time, Kylian Mbappé, conclamou os franceses, particularmente os mais jovens, a votar nas eleições legislativas antecipadas convocadas pelo presidente Emmanuel Macron no domingo (9). Sua fala foi, porém, criticada por torcedores que esperavam crítica mais direta ao Reunião Nacional (RN), partido de ultradireita — ele evitou citar a sigla. “Hoje vemos muito bem que os extremos estão às portas do poder, e temos a oportunidade de escolher o futuro do nosso país”, disse.

# Posição do Brasil não é de ‘país civilizado’, diz Zelenski

SÃO PAULO O presidente da Ucrânia, Volodymir Zelenski, voltou a criticar neste domingo (16) o Brasil no contexto da invasão russa de seu país. Zelenski aproveitou o saldo da conferência sobre a guerra iniciada por Vladimir Putin em 2022, realizada neste fim de semana na Suíça, para estocar o governo brasileiro, que enviou apenas sua embaixadora ao país alpino, e como observadora do evento. “Assim que o Brasil e a China aderirem ao princípios de todos nós aqui, países civilizados, ficaremos felizes em ouvir suas opiniões, mesmo que elas não coincidam com a da maioria do mundo”, afirmou Zelenski em encontro com a imprensa. Chineses e brasileiros haviam concordado, antes da reunião, em propor conjuntamente uma cúpula que envol-

vesse tanto ucranianos quanto russos, uma precondição lógica dado que o conflito não é unilateral. Ainda assim, o Itamaraty aceitou enviar a embaixadora, em um gesto de boa vontade. A China nem isso, não tendo enviado ninguém para o resort às margens do lago Lucerna. O regime de Pequim é o principal aliado de Putin, sendo acusado pelo Ocidente de estar ajudando a indústria militar russa com a exportação de material de uso dual civil e bélico e com a manutenção de laços econômicos com o país invasor. Não é a primeira nem a segunda vez que Zelenski se queixa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O presidente, ainda na campanha eleitoral de 2022, já irritara Kiev ao dizer que os ucranianos eram tão responsáveis pela guerra quanto os russos.

No poder, Lula buscou trazer a questão para si, mas o voluntarismo sem a necessária musculatura geopolítica resultou num vexame, com Ucrânia, Estados Unidos e seus aliados criticando a posição brasileira. Depois, o petista adotou um discurso mais equidistante, mas a manutenção dos bons laços com a Rússia, que tornou-se o principal fornecedor de óleo diesel do Brasil e já era dominante no mercado de fertilizantes, vitais para o agronegócio, acabou turvando sua imagem de neutralidade. Em três entrevistas concedidas à Folha e outros veículos latino-americanos desde o início da guerra, Zelenski foi crítico ao Brasil. Na primeira, em 2023, ele adotou a ironia. Nas duas mais recentes, neste ano, endureceu. No fim de maio, por exemplo,

Assim que o Brasil e a China aderirem ao princípios de todos nós aqui, países civilizados, ficaremos felizes em ouvir suas opiniões, mesmo que elas não coincidam com a da maioria do mundo

Volodymir Zelenski presidente da Ucrânia, em encontro com jornalistas após conferência na Suíça

questionou por que o Brasil “estava do lado do agressor”. O Itamaraty dá de ombros. Diplomatas reconhecem a necessidade de denunciar a guerra, como de resto o Brasil fez ao condenar a invasão em duas votações sobre o tema na ONU, mas afirmam que a posição de Zelenski, considerada arrogante, dificulta a conversa, assim como sua inflexibilidade alimentada pelo apoio ocidental. Na cúpula, além do Brasil — que não iria votar de todo modo —, boicotaram o comunicado final países associados ao que se convencionou chamar de Sul Global, nome impreciso para o bloco amorfo de nações que não são automaticamente ligadas aos EUA ou à China, polos da disputa global hoje. A Índia foi o destaque na rejeição, por seu peso geopolítico. **IG**





Pessoas buscam sobreviventes entre destroços de prédio bombardeado por Israel no campo de refugiados de Al-Bureij, no centro da Faixa de Gaza

Eyad Baba/AFP

# Exército israelense anuncia pausa diária em ataques em Gaza

Primeiro-ministro critica decisão, em novo capítulo de rusga entre governo e militares na condução da guerra

SÃO PAULO O Exército de Israel anunciou neste domingo (16) que fará pausas diárias, das 8h às 19h do horário local, nas ofensivas militares em uma das principais estradas da Faixa de Gaza, de modo a permitir a entrada de ajuda humanitária no território palestino. Os combates na cidade de Rafah, no entanto, não serão interrompidos.

A área de trégua vai de Kerem Shalom, um posto fronteiriço no sul de Israel, à estrada de Salah Al-Din, em Gaza, e de lá até o norte, segundo os militares. A decisão foi tomada após discussões com a ONU e outras instituições,

de acordo com o comunicado, e se mantém até segunda ordem.

A medida foi considerada inaceitável pelo primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu, segundo um funcionário do governo. O radical ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, foi outro que desaprovou a decisão, dizendo que ela provavelmente partiu de um “idiota” que deveria perder o emprego.

Desentendimentos entre o governo e o Exército sobre a condução do conflito com o Hamas têm se tornado cada vez mais frequentes. No início do mês, um dos membros

do gabinete de guerra e adversário político do premiê, Benny Gantz, renunciou ao governo acusando Netanyahu de não ter uma estratégia eficaz em Gaza.

O governo sugeriu que Bibi —como o primeiro-ministro é conhecido— descobriu o plano militar por meio da imprensa. Analistas ouvidos pelo jornal The New York Times afirmam, no entanto, que é improvável que ele não estivesse ciente do projeto, até porque a sua divulgação parece ter obedecido a uma estratégia pensada, com mensagens adaptadas para diferentes públicos.

O anúncio da pausa ocorreu após os países do G7, grupo que reúne as sete maiores economias mundiais, apoiarem na declaração final da cúpula um acordo de cessar-fogo para o conflito apresentado pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, no mês passado.

De um lado, assim, a trégua diária parece ser uma resposta às demandas da comunidade internacional em relação à gravidade da crise humanitária em Gaza.

Ao mesmo tempo, ao negar conhecimento sobre a decisão, Netanyahu estaria buscando manter o apoio de seus aliados na coalizão de ultradireita no poder, que é contra qualquer mínima concessão aos palestinos.

Segundo os militares, a pausa no corredor humanitário entrou em vigor no sábado (15), mas o premiê diz que não soube dos planos até a manhã deste domingo.

“Ele tem uma máscara para cada ocasião”, disse Amos Haral, analista de assuntos militares, ao jornal Haaretz. “Aos americanos, precisa mostrar que está fazendo mais para conseguir ajuda. Para o público israelense, pode dizer ‘eu não sabia.’”

Na quinta (13), Biden afirmou que era o Hamas, e não Israel, o principal obstáculo para a implementação do seu projeto para encerrar o conflito, que prevê um cessar-fogo imediato, a libertação dos reféns e a negociação de um acordo de paz que leve à solução de dois Estados.

Os líderes da facção terrorista desmentiram a alegação de Biden, e afirmaram que as mudanças que eles haviam solicitado no documento não eram significativas.



# Quase metade dos brasileiros evita notícias, indica relatório da Reuters

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Quase metade dos brasileiros evita ler ou assistir ao noticiário às vezes ou sempre, indica o Relatório de Mídia Digital do Instituto Reuters, divulgado nesta segunda-feira (17).

A proporção de brasileiros que evitam notícias subiu para 47% em 2024, uma alta de 6 pontos percentuais em relação ao ano passado (41%).

A pesquisa, que ouviu 94.943 pessoas em 47 países, indica que cerca de 4 em cada 10 pessoas no mundo (39%) evitam o noticiário às vezes ou sempre, uma alta de 3 pontos percentuais em comparação com o ano passado —a porcentagem era de 29% em 2017.

O levantamento não especifica uma margem de erro porque não faz uma amostra probabilística da população, isto é, não seleciona os entrevistados de forma aleatória, o que a impede de ser representativa de toda a sociedade.

Mesmo assim, ela traz achados interessantes. Os entrevistados afirmaram, por exemplo, que o noticiário é “repetitivo e entediante”, e que o fato de a maior parte das notícias ser negativa os deixa “ansiosos e impotentes”. Brasil,

Espanha, Alemanha e França foram os países em que a rejeição às notícias teve um aumento maior que a média.

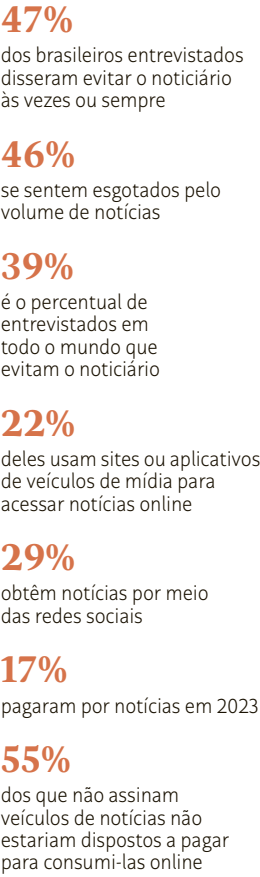
Não apenas as pessoas têm evitado mais o noticiário, mas têm se sentido cada vez mais sobrecarregadas pela quantidade de notícias que circulam.

No Brasil, houve alta de 16 pontos nesse aspecto —em 2019, 30% das pessoas se sentiam esgotadas pelo volume de notícias, e, em 2024, 46%.

A pesquisa ouviu 2.022 pessoas no Brasil por meio de formulários online em janeiro e fevereiro deste ano.

Segundo Rodrigo Carro, autor do capítulo do relatório que trata do Brasil, uma explicação para essa fuga do noticiário teria sido a “agenda pesada de jornalismo” nos últimos tempos, pautada pelas investigações do envolvimento do ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados nos ataques de 8 de janeiro e pelas coberturas das guerras na Ucrânia e em Gaza.

No mundo, mudanças nos algoritmos e nas prioridades das plataformas de internet geram incertezas para os veículos de notícia. Os aplicativos da Meta (Facebook, Instagram e Threads) e o X vêm reduzindo o destaque dado a notícias e a conteúdos poli-



ticos. Com isso, continuou a cair o uso do Facebook como fonte de notícias (37%, uma queda de 4 pontos percentuais). O X também perdeu relevância como fonte de notícias (10%), e foi ultrapassado pelo TikTok (13%).

É uma má notícia para os veículos de mídia, que continuam dependendo pesadamente de buscadores e agregadores e das redes para distribuir o conteúdo que produzem.

Apenas 22% dos entrevistados disseram usar sites ou aplicativos de veículos de mídia para acessar notícias online —eram 32% em 2018. Enquanto isso, a quantidade de pessoas que obtêm notícias por meio das redes sociais subiu de 23% em 2018 para 29% em 2024; por buscadores como o Google, de 24% para 25%; e por agregadores como o Google Notícias e o Flipboard, de 6% para 8%.

Com a disseminação de buscadores que usam inteligência artificial para dar respostas e reduzem o número e destaque de links, existe a possibilidade de que o tráfego em sites noticiosos caia ainda mais.

“Cada vez mais o público está recorrendo a plataformas para acessar conteúdo e informações. Muitas dessas plataformas, no entanto, estão se afastando de notícias e veículos de mídia, e focando outros tipos de conteúdo”, diz Rasmus Nielsen, diretor do Instituto Reuters.

“Esse ecossistema mais complicado de plataformas e o fim do tráfego maciço vindo das redes sociais tradicionais para os veículos significa que eles e jornalistas terão que se esforçar muito mais para ganhar a atenção do público, e ainda mais para convencer as pessoas a pagar por notícias.”

A disposição das pessoas de pagar por notícias online continua baixa. Levantamento em 20 países —o Brasil não aparece na lista— indica que apenas 17% dos entrevistados afirmam ter pagado por notícias no ano anterior.

O índice é maior em países como Noruega (40%) e Suécia (31%) e menor no Japão (9%) e Reino Unido (8%). Ainda assim, boa parte dos entrevistados (41%) afirma que está pagando menos do que o preço integral das assinaturas, aproveitando-se de promoções.

Mais de metade (55%) daqueles que declaram não ter assinatura de veículos de notícias dizem que não estariam dispostos a desembolsar nenhum centavo para consumir notícias online.

Acompanhando as mudanças nas plataformas, os vídeos se tornam uma fonte de notícias cada vez mais importante, especialmente entre os mais jovens. Semanalmente, vídeos noticiosos curtos são acessados por 66% dos entrevistados do relatório, e os mais longos, por 51%.

Esses vídeos são acessados

principalmente por meio de plataformas de internet (72%), em vez dos sites dos veículos de mídia (22%), o que representa mais um desafio para o jornalismo em termos de geração de receita.

Além disso, usuários do TikTok, Instagram e Snapchat recorrem muito mais a influenciadores e celebridades do que a jornalistas ou veículos de mídia para se informar.

Os entrevistados afirmam preferir esses meios porque a “natureza sem filtro dos vídeos faz com que eles pareçam mais confiáveis e autênticos que a mídia tradicional” e porque as plataformas de vídeos “trazem diferentes perspectivas” —para muitos, isso significa pontos de vista mais alinhados às suas próprias posições políticas e ideológicas.

Também no Brasil, os veículos de notícia não são páreos para os influenciadores no TikTok, que arregimentam multidões de seguidores na rede de vídeos.

A TV Globo, maior televisão do país, tem 6 milhões de seguidores no TikTok, enquanto o comediante Whindersson Nunes tem 22,4 milhões.

Há receios, no entanto, em relação à qualidade das informações. TikTok e X são consideradas as fontes menos confiáveis de notícias pelos brasileiros —24% dos usuários afirmam ser difícil saber quais os conteúdos nessas redes têm credibilidade.



# entrevista da 2ª



A escritora e filósofa americana Nancy Fraser Marvin Ester/Divulgação

**Nancy Fraser, 77**  
Formou-se em filosofia pela universidade Bryn Mawr, nos EUA, em 1969, e obteve o doutorado na City University of New York em 1980. Lecionou na Universidade Northwestern, em Chicago, antes de se tornar docente na New School, em Nova York, em 1995. Ficou conhecida por suas pesquisas no campo da teoria crítica.

## Nancy Fraser

# Feminismo pode ser de esquerda ou neoliberal

Filósofa lança ensaios reunidos em ‘Destinos do Feminismo’ e dissecar relação entre gênero e produção capitalista

MERCADO

Bárbara Blum

**SÃO PAULO** Nancy Fraser acha que homens deveriam ser mais como as mulheres. Na tese, desenvolvida no ensaio “Depois do salário familiar”, de 1994, a filósofa e professora da New School, nos Estados Unidos, dissecar a ideia de que o fim do Estado de bem-estar se atrela à falta de sustentabilidade da família nuclear, baseada no homem provedor e na mulher responsável pelo lar. A autora de “Feminismo para os 99%” reúne em seu novo livro, “Destinos do Feminismo”, uma série de textos que exploram a questão de gênero a partir de diferentes abordagens, da economia à psicanálise. De caráter mais acadêmico do que sua obra anterior publicada no Brasil, quase panfletária, o lançamento organiza uma bateria de ideias cunhadas pela autora nos últimos 30 anos e dá sinais do feminismo por vir. Em entrevista à **Folha**, Fraser, que teve o convite para uma palestra numa universidade alemã retirado após ter assinado uma carta pró-Palestina, se mantém firme no pensamento crítico ao capitalismo que alçou ela ao status de pensadora popular.

Ela é um dos nomes que ganharam força durante o movimento Occupy Wall Street, que questionava a hegemonia neoliberal pós-crise de 2008, e insiste em teses que dialogam com esse momento. Para Fraser, “o neoliberalismo é muito promíscuo, pode ser hindu, zionista, islâmico”. Pode ser, diz ela, até feminista, personificado em figuras como uma ex-candidata à presidência dos EUA, a democrata Hillary Clinton.

“O feminismo pode estar em lados diferentes, assim como o antifeminismo. Há mais de um tipo de feminismo e mais de um tipo de liberalismo

O que interessa à filósofa, porém, é compreender quando o feminismo pode ser de esquerda e desafiar o que ela entende como uma hegemonia do sistema neoliberal.

No seu novo livro, a sra. diz que o feminismo de hoje tende a reconhecer e criticar aspectos do capitalismo que são vinculados à questão de gênero. Que aspectos seriam esses? No capitalismo, existe uma divisão rigorosa entre trabalho e família, entre o escritório ou a fábrica e a casa. Como dizem as feministas, entre produção e reprodução. E essa divisão ocorre a partir do gênero, com mulheres associadas ao cuidado e à casa. O feminismo liberal está mais centrado em questões de direitos legais e muitas vezes rejeita esse aspecto estrutural e material do capitalismo. Mas, mesmo quando se tem direitos iguais no papel, a prática continua desigual porque as questões estruturais seguem presentes.

Esses tópicos eram ignorados por outras gerações de feministas? Hoje vemos uma retomada do interesse na dicotomia entre produção e reprodução, mas isso não é completamente novo. Socialistas e feministas de esquerda tinham

alguma compreensão disso, desde o século 19, mas não era um entendimento perfeito. Foi na segunda onda do feminismo, nos anos 1960 e 1970, que houve a descoberta do que se tipificou como trabalho doméstico e a compreensão disso como algo essencial ao capitalismo.

Como a sra. define o conceito de cuidado universal, também explorado no novo livro? É uma ideia de uns 30

“Um feminismo que ignora outras questões é problemático. Se você só se importa com gênero, vai acabar com um feminismo neoliberal que só ajuda o topo da cadeia

anos atrás. Não me atraio por uma visão de sociedade baseada em binarismos de gênero, em que existem dois tipos de pessoas, homens e mulheres. Não acho que seja possível atingir a igualdade de gênero com esse binarismo rígido. Mas muitas mulheres tiram daí a base de sua autoestima, de seu senso de valor e de sua identidade. Nem sempre existe outra fonte para isso. É pedir demais, mas acho que é necessário para atingir a justiça genuína e é uma forma melhor de viver.

Em um cenário em que os Estados Unidos viveram um retrocesso no direito ao aborto com o fim da decisão Roe v. Wade, é possível dizer que os direitos reprodutivos têm relação com o sistema capitalista? Se não há liberdade nesse quesito, significa que existe um trabalho sendo feito por pessoas que não têm direitos trabalhistas. Isso inclui a gestação. É um outro tipo de trabalho, muitas vezes não reconhecido. Sem esse serviço, não teríamos operários de fábricas ou funcionários para escritórios. Alguém precisa parir e cuidar, alimentar, criar.

Onde se insere a disputa política em torno do direito reprodutivo? O debate sobre o aborto ser ou não legalizado, ou se a pílula do dia seguinte deveria ser amplamente acessível, não se enquadra numa divisão tradicional entre o que querem os trabalhadores versus o que querem os que comandam a economia. Existem pessoas que acreditam piamente que aborto é assassinato, muitas vezes a partir de uma perspectiva religiosa. Outros manipulam a questão e não se importam com o assunto, mas usam isso para obter apoio político, como Donald Trump. O ex-presidente americano não parece ter convicções firmes. Ele era a favor do direito à escolha antes de se candidatar e mudou de opinião para agradar os cristãos evangélicos.

Há, ainda, pessoas que se importam com o direito ao que chamam de escolha, mas que não se importam com os serviços sociais, saúde pública e com as condições necessárias para a criação de filhos em um ambiente saudável. Você não consegue deduzir uma posição a partir dessas estruturas sociais do capitalismo.

A sra. trabalha com as ideias de neoliberalismo progressista e reacionário. Como a sra. define essas ideias? Nos anos 1990, com Bill Clinton nos EUA e Tony Blair na Inglaterra, houve a consolidação do modelo neoliberal. Esse modelo se repetiu e, em vários países, foram os social-democratas que cimentaram as políticas neoliberais. Quando Trump se candidatou pela primeira vez, em 2016, não havia muita diferença entre progressistas e conservadores na economia. A divisão se dava em questões como imigração, direito ao aborto e casamento homossexual. Havia um vácuo no espectro político e ele foi preenchido pelos populistas de direita, como Trump e Jair Bolsonaro, no Brasil. Eles se apresentavam como aliados dos trabalhadores, mas mantinham um viés pró-capitalista. Então você podia escolher entre multiculturalismo ou chauvinismo, mas não entre sistemas econômicos. O neoliberalismo é muito promíscuo. Ele pode ser hindu, zionista, islâmico. Mas precisa dessa legitimação. Não se pode fazer uma campanha política que se baseia em ganância, em mais dinheiro para quem já tem. É necessário dar uma roupagem identitária.

E o gênero se tornaria parte dessa roupagem? Sim. Existem feministas neoliberais, como Hillary Clinton, Christine Lagarde [presidente do Banco Central Europeu]. Hillary fala sobre feminismo enquanto dá palestras para banqueiros de Wall Street. Mas também existem liberais antifeministas, caso da extrema direita cristã com quem Trump teceu acordos pelos assentos na Suprema Corte dos EUA. Foi assim que a decisão Roe v. Wade foi derrubada. O feminismo pode estar em lados diferentes, assim como o antifeminismo. Há mais de um tipo de feminismo e mais de um tipo de liberalismo.

Nesse cenário, como os progressistas devem lidar com o feminismo? Ele deve estar no centro da política? Hoje existem muitos movimentos sociais com potencial emancipatório. O feminismo é um deles, bem como o ambientalismo, os sindicatos, o antirracismo e o anti-imperialismo. Mas eles não podem se afastar muito. Um feminismo que ignora outras questões é problemático. Se você só se importa com gênero, vai acabar com um feminismo neoliberal que só ajuda o topo da cadeia.

Hoje vemos uma intensa movimentação em torno da questão palestina. Feministas devem se unir aos manifestantes críticos de Israel? O movimento de solidariedade com a Palestina é forte. Com o que tem acontecido em Gaza, faz sentido que isso esteja no centro do debate. Muitas pessoas que se radicalizaram por causa disso são jovens e estão vivendo sua primeira experiência na política. Eles tendem a se jogar com paixão e com um enorme comprometimento com a justiça, inclusive ambiental e de gênero. Mas não necessariamente têm uma visão de mundo sofisticada. No melhor cenário, esse ativismo se torna uma escola. Eu fui pessoalmente afetada por isso e tive visitas e aulas canceladas em uma universidade alemã porque eu assinei uma carta em solidariedade à Palestina. Usei meu espaço na mídia para tentar educar o público.





Aluna de escola municipal de São Paulo tenta escrever seu nome durante a pandemia Marlene Bergamo - 13.dez.20/Folhapress

# País cumpre só 4 de 20 metas do Plano Nacional de Educação

Lei completa dez anos em 2024 com poucos avanços; MEC não se manifesta

Isabela Palhares

SÃO PAULO Às vésperas do fim da vigência da lei do Plano Nacional de Educação (PNE), apenas 4 das 20 metas estabelecidas para serem alcançadas até o final de 2024 foram ao menos parcialmente cumpridas pelo país.

A Folha questionou o MEC (Ministério da Educação) sobre o descumprimento da maioria das metas do PNE e sobre o projeto de lei que o governo prepara para o novo plano, mas não houve resposta.

Sancionado em 2014 pela presidente Dilma Rousseff (PT), a lei do PNE estabeleceu que o país deveria perseguir uma série de metas para todos os níveis, da educação infantil à pós-graduação.

Um relatório feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação aponta, no entanto, que na última década não só houve poucos avanços mas também retrocessos nos objetivos definidos para melhorar a educação brasileira.

Na maioria dos objetivos estabelecidos pelo PNE, houve algum avanço nesse período, mas as progressões não ocorreram em ritmo suficiente para que ao menos uma meta seja considerada alcançada.

A dificuldade de progressão põe pressão no governo Lula (PT), que será responsável por formular ainda neste ano um novo plano para orientar as políticas educacionais da próxima década. Além dos objetivos não alcançados, novas demandas foram acumuladas na área nesse período.

“Os objetivos não cumpridos serão um legado negativo para o plano a ser seguido nos próximos dez anos, com o risco de limitar o horizonte de aonde o país pode chegar. Nessa última década, milhões de estudantes passaram pela educação básica e pelo ensino superior sem ter tido garantido o direito ao ensino de qualidade que o país pactuou que deveria ser oferecido a eles”, diz Andressa Pellanda, coordenadora da Campanha.

Uma das metas em que o país retrocedeu foi a que tinha como objetivos garantir que 100% da população de 6 a 14 anos tivesse acesso ao ensino fundamental e que ao menos 95% desses alunos concluíssem o ciclo na idade adequada.

Em 2014, 97,2% da população dessa faixa etária frequentava ou já havia concluído a etapa. Essa proporção seguiu em aumento até 2019, mas após a pandemia houve queda para 95,7% em 2023 —o que representa cerca de 1,13

## Como está o ritmo das metas do Plano Nacional de Educação

Progresso para cumprimento no prazo

■ Insuficiente  
■ Suficiente

Metas*	Dispositivos	Progresso, em %	Status
<b>Meta 1</b> Educação infantil	1-a	52	■
	1-b	10	■
<b>Meta 2</b> Ensino fundamental	2-a	-60	■
	2-b	57	■
<b>Meta 3</b> Ensino médio	3-a	10	■
	3-b	62	■
<b>Meta 5</b> Alfabetização	5-a	11	■
	5-b	9	■
	5-c	23	■
<b>Meta 6</b> Tempo integral	6-a	8	■
	6-b	45	■
<b>Meta 7</b> Aprendizado adequado	7-a	75	■
	7-b	69	■
	7-c	33	■
	8-a	52	■
<b>Meta 8</b> Escolaridade média	8-b	49	■
	8-c	72	■
	8-d	38	■
<b>Meta 9</b> Alfabetização de jovens e adultos	9-a	30	■
	9-b	-47	■
<b>Meta 10</b> EJA integrada à educação profissional		10	■
<b>Meta 11</b> Educação profissional	11-a	19	■
	11-b	125	■
<b>Meta 12</b> Acesso ao ensino superior	12-a	53	■
	12-b	46	■
	12-c	-2	■
<b>Meta 13</b> Titulação de docentes do ensino superior	13-a	131	■
	13-b	81	■
<b>Meta 14</b> Pós-graduação	14-a	113	■
	14-b	92	■
<b>Meta 15</b> Formação de professores	15-a	38	■
	15-b	47	■
	15-c	24	■
	15-d	24	■
<b>Meta 16</b> Formação continuada de professores	16-a	100	■
	16-b	16	■
<b>Meta 17</b> Valorização do professor		35	■
<b>Meta 20</b> Financiamento da educação		0	■

\* As metas 4, 18 e 19 não foram incluídas por não possuírem indicadores com os requisitos de cálculo  
Fonte: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

milhão de crianças, sendo que 150 mil nem sequer frequentavam a escola no ano passado.

Em relação ao percentual de alunos que concluíram o ensino fundamental na idade adequada, o indicador subiu de 73,1% para 84,3% em 2023 —longe do objetivo de 95% estabelecido para o ano seguinte.

“No contexto da pandemia, a questão do acesso e da permanência voltou a figurar entre as principais preocupações

relacionadas à educação, mas é importante notar que a exclusão escolar também não era um problema resolvido anteriormente. Com isso, não basta um retorno ao padrão pré-crise”, diz o relatório.

Além do acesso à educação, o Brasil também retrocedeu em objetivos que previam avanço na qualidade do ensino. Neste período, apenas nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) o país

conseguiu alcançar e superar as metas de aprendizado estabelecidas para o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) —por isso, esse objetivo do plano é considerado parcialmente cumprido.

Já para os anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), o Ideb se manteve próximo às metas, mas sem cumprilas. No ensino médio, houve pequena queda de desempenho no indicador nacional

e no Pisa, uma das principais avaliações de qualidade da educação básica do mundo.

Houve ainda retrocesso na meta de alfabetização da população com mais de 15 anos. O plano estabelecia que o país deveria chegar até 2015 com 93,5% desse grupo com a habilidade de ler e escrever, o que só aconteceu dois anos depois e chegou a 95% em 2021, valor máximo da série.

Nos anos seguintes, porém, a taxa começou a cair, alcançando 94,6% da população, em 2023, um saldo de 9,3 de milhões de pessoas sem saber ler e escrever. “Até por se tratar de um contingente maior do que a população de muitos países, não há absolutamente nenhuma razão para esperar que o objetivo de erradicar o analfabetismo absoluto seja cumprido no ano seguinte [2024]”, diz o documento.

O relatório da campanha destaca que o descumprimento da meta de alfabetização de adultos é resultado da descontinuação do programa Brasil Alfabetizado, criado em 2003 no primeiro governo Lula. Só em 2024 uma política nacional sobre o tema foi retomada.

“Mesmo com a aproximação do fim de vigência do PNE, a intensificação de esforços no cumprimento de seus objetivos é fundamental para que o próximo decênio possa ter em seu horizonte objetivos mais avançados em vez da mediação do que não foi feito no período que passou”, diz o documento.

Outra meta descumprida pelo plano é a que previa valorizar os professores da rede pública da educação básica, com a equiparação dos salários desses docentes aos demais profissionais com a mesma escolaridade até 2020. Em 2014, o rendimento deles equivalia a 70,2% a das demais profissões. O percentual subiu, mas alcançou 86% em 2023.

Das demais metas parcialmente cumpridas está o objetivo de ter metade das matrículas da educação profissional técnica de nível médio na rede pública, mas o país não conseguiu triplicar o número de alunos nessa modalidade, como estava previsto no plano.

O relatório destaca que o aumento das matrículas nesse modelo foi acelerado após a reforma do novo ensino médio que passou a incluir a formação técnica como possível itinerário formativo. “Essa expansão vem acompanhada de sérias ameaças em relação à qualidade, uma vez que a reforma trouxe novidades como a possibilidade de profissionais sem formação docente lecionarem disciplinas do itinerário profissionalizante e a possibilidade do ensino a distância.”

Também foi parcialmente cumprida a meta que previa ter ao menos 75% dos docentes do ensino superior com título de mestre ou doutor —proporção que já estava praticamente alcançada em 2014 na rede pública. Esse objetivo só não foi totalmente conquistado porque a rede privada não conseguiu chegar a 35% dos docentes com mestrado, tendo alcançado o índice de 29%.

O documento avalia que a maioria das metas não foi alcançada pelos investimentos em educação terem sido insuficientes durante a vigência do plano.

“Ainda que algumas políticas já estivessem abandonadas, como a EJA [ensino de jovens e adultos] e o ensino em tempo integral, o Teto de Gastos limitou os investimentos em outras ações que estavam caminhando. Agora, o arcabouço fiscal e o limite para o piso da educação, do governo Lula, podem atrapancar o cumprimento do plano na próxima década”, diz Andressa.

Por isso, a Campanha defende que o próximo PNE mantenha em suas metas a elevação do gasto público em educação a 10% do PIB (Produto Interno Bruto) —objetivo que consta no plano atual, mas que permaneceu estagnado em 5% nesses dez anos.

## É preciso sanar problemas antes de uma expansão, diz reitor da UFBA

SÃO PAULO O reitor da UFBA (Universidade Federal da Bahia), Paulo Miguez, disse que o governo Lula (PT) anunciou um novo campus sem ter consultado a instituição.

Segundo ele, a universidade precisa sanar os problemas de infraestrutura com os quais convive antes de uma expansão.

Em meio à pressão para conceder reajuste salarial aos servidores e recompor o orçamento das universidades federais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Educação, Camilo Santana, anunciaram, na última segunda (10), um PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para as universidades federais com a previsão de construção de dez novos campi.

Entidades de reitores, professores e estudantes criticaram o anúncio. Apesar de concordarem que o país precisa expandir vagas no ensino superior público, elas defendem que o governo federal não tem repassado recurso suficiente para o funcionamento com qualidade das instituições existentes.

“Certamente a Bahia precisa de mais universidades federais, temos apenas quatro instituições no estado, mas todas elas enfrentam uma situação difícil. Todas estão com problemas de finalização, tanto de obras quanto para o corpo técnico. É preciso cuidar dessas questões antes de expandir”, disse o reitor à Folha.

O anúncio de segunda-feira foi feito em uma reunião com os reitores de universidades e institutos federais no Palácio do Planalto. Entre os novos campi anunciados pelo governo, está o de Jequié, na Bahia.

“Cabe-nos registrar que a UFBA não foi consultada sobre o tema. Sobre o assunto, a posição da UFBA ainda reflete o pensamento das quatro universidades federais baianas, expresso em ofício [...] encaminhado à Câmara dos Deputados”, diz nota divulgada pela reitoria da universidade nesta terça-feira (11).

As universidades federais têm autonomia administrativa, ou seja, a criação de novas vagas ou construção de novos campi precisa ser aprovada pela comunidade acadêmica.

“As universidades federais possuem colegiados e conselhos superiores, que são quem decide sobre a expansão. Quando e como a expansão deve acontecer é decidido por colegiados de pessoas que conhecem a universidade e a realidade da região em que está inserida”, disse Miguez.

A Folha procurou o ministério, mas não teve resposta. Segundo o governo Lula, as universidades federais devem receber R\$ 5,5 bilhões para investimentos em infraestrutura. Segundo Camilo, o montante contempla R\$ 3,17 bilhões para o que descreveu como “consolidação”, que seria a realização de obras já previstas, de moradia estudantil e laboratórios, por exemplo.

Muitas universidades, principalmente as criadas mais recentemente, têm obras paradas ou nunca iniciadas por falta de verba.

Também serão investidos R\$ 600 milhões na expansão das universidades federais, com a construção dos novos campi. E há previsão de R\$ 1,75 bilhão para hospitais universitários. **IP**



cotidiano



Mulheres caminham por corredor da Casa Violeta, em Porto Alegre, segurando a mão de uma criança Tuane Fernandes/Folhapress

# Em abrigo exclusivo no RS, mulheres buscam segurança e recomeço

Especialistas afirmam que poder público precisa criar políticas para proteger grupos vulneráveis em desastres

Isabella Menon

**PORTO ALEGRE** Uma criança exibe um pote de moedas e afirma que está juntando para comprar um lugar para sua família morar —ela teve a casa destruída em meio às enchentes, na região metropolitana de Porto Alegre. Tanto a menina como sua mãe estão abrigadas na Casa Violeta, um centro de acolhimento criado em Porto Alegre para receber mulheres atingidas pela chuva que atingiu o

Rio Grande do Sul, principalmente àquelas em situação de vulnerabilidade. Grande parte de quem está ali foi alvo de alguma forma de violência sexual durante as enchentes. Por isso, todas as abrigadas que conversaram com a reportagem pediram para não ter seus nomes divulgados. Aberta no dia 29 de maio, a casa é o terceiro centro de acolhimento pelo qual a menina e sua mãe que viviam nos arredores da capital gaú-

cha passaram desde o início da tragédia climática, situação comum entre as abrigadas no local. Heloísa Melillo, especialista das duas ONGs que participam da gestão do local (MeToo Brasil e Instituto Survivor), diz que há casos em que mulheres passaram por sete abrigos em 30 dias, antes de chegarem ao novo centro, que foi idealizado pelo governo gaúcho. “É comum que elas cheguem aqui com a inseguran-

“As mulheres se tornam a imagem vulnerável em meio a todos os vulneráveis. Cidades e estados precisam estar preparados para que [durante tragédias] seja oferecido desde o primeiro momento o abrigo exclusivo para elas e para as crianças

**Heloísa Melillo**  
especialista das ONGs que fazem a gestão do abrigo

ça de que amanhã vão ter que entrar em um ônibus para ir para outro abrigo, por mais que a gente explique que não é isso que vai acontecer”, diz. O centro foi aberto dentro de uma escola desativada e tem espaço para receber até 190 mulheres e crianças. Não são aceitos homens, só meninos de até 12 anos, desde que acompanhados da mãe. O objetivo é garantir a segurança desta parcela da população que, além do sofrimento com as chuvas e perda de casas, também foi alvo de assédio e outras formas de violência sexual dentro de abrigos. Hoje, serve de casa para 80 pessoas, entre mulheres e crianças. Melillo diz que os casos de abuso demonstram como esses dois grupos são o mais vulnerável em tragédias e que a grande maioria das mulheres que ali habitam sofreram algum tipo de violência nos abrigos pelos quais passaram. “As mulheres se tornam a imagem vulnerável em meio a todos os vulneráveis. Cidades e estados precisam estar preparados para que [durante as tragédias] seja oferecido desde o primeiro momento o abrigo exclusivo para elas e para as crianças”, diz a especialista que há mais de 40 anos trabalha com pessoas com vulnerabilidade e garantia de direitos. Segundo ela, o objetivo é que a estadia na Casa Violeta se assemelhe o máximo possível com a vida normal. Por isso, por exemplo, não há distribuição de marmitas, e as refeições são feitas no esquema de bufê. Além disso, sacos de lixo ou caixas para guardar pertences foram substituídos por móveis, e divisórias são usadas para criar espécie de quartos para as mulheres. O lugar disponibiliza também atendimento psicológico e médico e possui uma equipe que conta com segurança e assistentes sociais. Também são realizados eventos para crianças e cursos que estão previstos com objetivo de ajudar as mulheres a reingressar no mercado de trabalho. Após mais de 40 dias do iní-

cio das chuvas, Melillo afirma que a atual situação é de fragilidade. Por isso, ainda não é cedo para falar em reconstrução da vida. “Quando elas foram arrancadas das casas, o mais importante era garantir a elas e seus filhos uma mínima alimentação e proteção. Agora, vêm inseguranças sobre o que vai ser a vida delas.” A ideia é que as funcionárias ajudem a matricular as crianças em creches e escolas, principalmente das mulheres que devem permanecer na casa por mais tempo. “O futuro é uma grande interrogação”, diz Melillo. Um outro desafio é garantir a convivência de mulheres de realidades diferentes, já que há pessoas que trabalhavam e tinham sua própria casa, mas também quem vivia em situação de rua. Para lidar com problemas do dia a dia são realizadas assembleias em que as pessoas que convivem e as administradoras expõem situações e ajudam a encontrar soluções. À frente do MeToo Brasil, Mariana Ganzarolli chama a atenção para o fato de que, atualmente, não há no Brasil uma política pública para acolher mulheres vítimas de desastres climáticos. “Em tragédias, os mais vulneráveis, mulheres, crianças, povos tradicionais, indígenas, quilombolas são aqueles que vão sofrer mais as consequências”, diz. Ela aponta que é comum o aumento da violência sexual e doméstica após esse tipo de desastre. Entre as pessoas que vivem ali, está uma mulher de 40 anos antes moradora da Ilha da Pintada, uma das regiões mais afetadas pelas enchentes. Diferentemente de outras das abrigadas no centro, ela não chegou a sofrer assédios nos outros locais por qual passou. Mas afirma que ouviu muitos relatos e, por isso, decidiu ir para a Casa Violeta. Ela afirma que ainda não teve coragem de voltar para ver o estado de sua casa, e que não pretende retornar para a região na qual vivia —seu plano é mudar para Porto Alegre e logo retomar o trabalho.

# Marcha da Maconha faz protesto contra PEC das Drogas na av. Paulista

Gabriela Caseff

**SÃO PAULO** O balão em formato de cigarro de 20 metros, com os dizeres “fogo na bomba” e “legalizar o futuro” anunciava a Marcha da Maconha, que aconteceu pela primeira vez em um domingo, dia em que a avenida Paulista fica fechada para carros e a cidade de São Paulo tem ônibus gratuitos. Neste ano, o balão dividia espaço com cartazes em repúdio à PEC das Drogas e ao PL Antiaborto por Estupro. O público que acompanhou a marcha se concentrou em frente ao Masp (Museu de Arte de São Paulo), às 14h20. Depois, deu início a uma caminhada até a rua da Consolação, com destino à praça da

República, onde o ato acabou por volta das 19h. A organização pretendia distribuir cem mil sementes de maconha. O abre-alas da marcha foi o bloco terapêutico, onde estavam o deputado estadual Eduardo Suplicy e Cidinha Carvalho, presidente da Cultive, associação que defende o uso medicinal da Cannabis. “A PEC é um atraso”, disse Suplicy sobre a proposta de emenda à Constituição que determina que é crime possuir ou carregar drogas independentemente da quantidade e da substância. A PEC foi aprovada na última quarta (12) pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados. “Vai na direção contrária a

inúmeros países da Europa e dos Estados Unidos, onde a Cannabis é respeitada e utilizada com base em estudos científicos”, afirmou. A fumaça dos cigarros se misturava ao tradicional cheiro de churrasquinho na av. Paulista, vendido junto a brigadeiros, brownies e trufas com a substância —a maioria a R\$ 10. “Querem falar de crime no trecho da Constituição que fala de direitos fundamentais”, disse Lara Portugal, 37, integrante da organização do ato. “Marchamos hoje pela liberdade e, cada vez mais, pelo direito de existir” Sob o mote “Bolando o Futuro sem Guerra”, a organização anunciava a marcha como “o maior ato de desobe-



Manifestantes participam da Marcha da Maconha na avenida Paulista na tarde deste domingo (16) Felipe Iruatá/Folhapress

diência civil do país”, já que o porte de maconha é proibido. “Vão para trás da faixa, lá vocês podem fumar, lá a gente garante”, dizia a organização pelo alto-falante. Os manifestantes alternavam os gritos de guerra “arroz, feijão, maconha e educação” e “ei, polícia, maconha é uma delícia”. “Perdi meu filho, mas não vou parar”, afirmou Ricardo Bordingnon, 48, pai de Samuel Ladário, que morreu em fevereiro, aos 17 anos. Segundo Bordingnon, um processo impediu que sua família seguisse cultivando Cannabis para o tratamento de epilepsia e autismo. O habeas corpus que sustentava o cultivo foi suspenso e, sem o tratamento, o filho ficou agressivo, teve engasgos e convulsões. “A Cannabis deu qualidade de vida ao Samuel, viemos aqui representar essa luta”, disse Bordingnon.

# MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

## Eterno jovem, adorava fazer festa por tudo

ANTONIO DA ROCHA E SILVA (1937 - 2024)

Antonio Rocha Filho

**ESCADA (PE)** Antonio da Rocha e Silva era a tranquilidade em pessoa. Conhecido pelo jeito carinhoso com que tratava quem cruzasse o seu caminho, tinha dons e gostos que cativavam. Um deles era a culinária. Outro era fazer festas. Filho caçula de seis irmãos homens, Nino, como era conhecido na família Rocha,

nasceu em Escada (PE), em 16 de abril de 1937. Perdeu o pai, Paulino, quando tinha 1 ano e foi criado pela mãe, Josefa, e pelos irmãos. Aos 15 foi morar com amigos em Olinda (PE) e começou a trabalhar no comércio do Recife. Em 1962, como auxiliar de escritório, chegou à Editora Pilar, filial da Editora Delta, da enciclopédia Delta Larousse.

Virou gerente regional e, em 1965, foi transferido para São Paulo, na filial da Delta, com sede no Rio. No mesmo ano, casou-se com Maria do Socorro, 82, que ele dizia ser o amor de sua vida. Do casamento de 58 anos, nasceram Antonio Filho, 57, e Ana Paula, 56. Fez carreira de 25 anos na Delta. Era chefe exigente, que fazia jus ao nome “Seu Rocha”. Se aposentou na empresa em 1987. Antonio adorava receber amigos em casa e encantava com pratos como camarão ao molho de coco, filé ao molho de champignon, feijoad e musse de chocolate. Mas

foi o camarão ao catupiry que marcou a memória de todos. Em 1986 voltou a morar no Recife, com a mulher e a filha. O filho seguiu em São Paulo. Fazia festa por qualquer motivo. A de 15 anos da filha, no clube de Escada, marcou a cidade. Era apreciador de uísque e incentivava todos a beber nas festas da família e nos blocos de Carnaval no Recife e em Olinda: “Teu copo tá furado?”. A neta Marcela, 27, foi uma das agraciadas pelo afeto de Antonio. Nascida prematura, a fragilidade assustava. Com cuidado e segurança, o avô deu o primeiro banho na neta.

Comer era outro prazer de Antonio. Tinha gosto especial por doces e adorava pudim de leite (“pudchim”, brincava). Cochilava em qualquer lugar, até em um show de Roberto Carlos, lembra Socorro. Antonio passou por quatro cirurgias no coração. No ano passado, Marcela criou um perfil no Instagram (@voseuantonio), no qual ele dava lições para levar a vi-

da com leveza. E repetia: “Eu sou jovem”. Internado em maio, tinha um câncer no pâncreas. Uma pneumonia lhe tirou a vida em 14 de junho, aos 87 anos. Antonio deixa Socorro, dois filhos, quatro netos, e dezenas de sobrinhos e amigos. “Seu legado é mostrar que a vida pode ser levada de maneira mais suave e amorosa”, resume a filha, Ana Paula.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario. Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h. Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.









Brigadistas combatem incêndio na região da fazenda São Bernardo, no município de Corumbá (MS) Bruno Santos/Folhapress

# Combate ao fogo no pantanal tem deslocamento de até 7 h

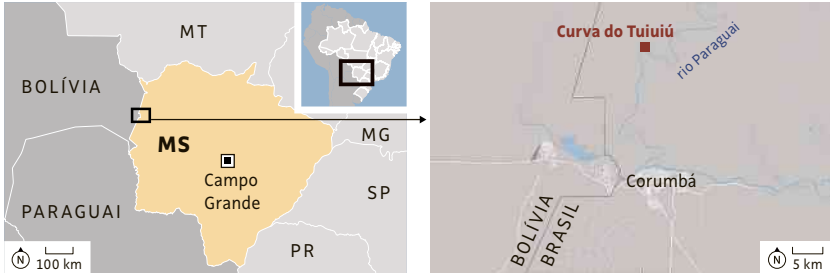
Brigadistas usam carro e barco para chegar a áreas mais isoladas da região

Lucas Lacerda e Bruno Santos

**CORUMBÁ (MS)** A temporada de incêndios no pantanal só deveria começar em agosto, mas já causa cenas de destruição que remetem aos desastres de 2020, os maiores já registrados no bioma.

Na última semana, brigadistas e a população de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, têm enfrentado fogo na beira do rio Paraguai, perto da cidade, e agora o combate segue em outras frentes.

Mas o território do bioma, conhecido por ser a maior planície alagável do mundo, desafia o deslocamento dos brigadistas. As jornadas para alguns pontos afastados, mas que podem gerar incên-



dios graves, chegam a durar cerca de sete horas.

Emesmo após o controle dos focos de incêndio, outras áreas começam a queimar. É o caso da Curva do Tuiuiú, às margens do rio Paraguai. A **Folha** participou de um sobrevoo na região, ao norte de Corumbá, na manhã deste domingo (16).

O que já queimou se divide em duas imagens. É possível ver uma terra escurecida, co-berta por uma bruma de fumaça. Isso indica uma área já destruída, sem fogo ativo à vista. Caso contrário, uma linha de fogo projeta colunas de fumaça espessa de forma vertical, consumindo o verde

à frente. Um dos motivos para o espalhamento rápido das chamas, além da vegetação ressecada, é o vento, que acelera a dispersão do incêndio.

O sobrevoo deste domingo foi organizado por especialistas do Instituto Homem Pantaneiro com dois objetivos. O primeiro era mapear

áreas já queimadas, onde o fogo já passou, segundo o biólogo Sérgio Barreto, que faz parte da organização e integra um grupo de resgate animal formado pelo governo de Mato Grosso e outros órgãos públicos, incluindo o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), universidades e ONGs.

Após o reconhecimento da região feito no voo, equipes de campo farão uma vistoria nas áreas ainda nesta semana, para monitorar a situação e verificar se será necessário fazer resgates e ajudar a alimentar animais afetados pelos incêndios. Esse mapeamento também serve para guiar as equipes, já que o deslocamento, inclusive de equipamentos, é trabalhoso.

A outra parte do trabalho com o voo foi verificar, em campo, em que direção e velocidade avançam as linhas de fogo. Essa tarefa completa o monitoramento feito por satélites e armazenado em plataformas como o sistema de alarmes do Lasa (Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais), da UFRJ.

“Com essa validação em

campo, confirmo esses dados e gero produtos de acesso para eles”, disse a geógrafa Rayssa Noveli, do Instituto do Homem Pantaneiro.

Os produtos de acesso são informações para que eles, os brigadistas, entendam como está se movimentado o fogo e quais os melhores caminhos para acessar as áreas com focos de incêndio para o combate. Após os registros, o voo teve outra parada durante a manhã na Fazenda Santa Teresa para a entrega de um drone que seria usado pelos brigadistas. Nos últimos dias, o combate ao fogo aconteceu na fazenda.

Segundo o biólogo Gustavo Figueirôa, da organização SOS Pantanal, foram sete horas para chegar de Corumbá até a fazenda. Ele acompanhou os integrantes da Brigada Alto Pantanal, do Instituto Homem Pantaneiro, que estão atuando na região do rio Paraguai-Mirim, próximo da Serra do Amolar.

O começo do trajeto levou três horas de lancha pelo rio Paraguai, uma hora de caminhonete até a sede da fazenda para preparar equipamentos e outra hora pelo campo em uma trilha aberta pelos funcionários. A partir daí foram mais duas ou três horas “no lombo do trator” até o ponto de fogo, para aí começar o combate. “Isso mostra a importância de ter um apoio aéreo de helicópteros para deslocar brigadistas até o local do fogo muito mais rápido. Com helicóptero, não passaria de dez minutos, e seria mais fácil levar e trazer os materiais.”

No fim da manhã, a reportagem também acompanhou uma ação de brigadistas do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), do Ibama. Os agentes foram acionados para uma queimada que destruiu lotes de uma propriedade rural em Corumbá, a fazenda São Bernardo, em menos de duas horas. Antes de chegar ao local, a reportagem registrou uma coluna de fumaça a 15 km.

Enquanto o trabalho de combate ao fogo na região exige grandes esforços de logística para o deslocamento, a temporada de incêndios está apenas começando. Para Barreto, do instituto, o grande diferencial é a preparação.

“Temos equipamentos para resgatar de pequenos mamíferos a grandes animais, como antas e onças.” Já em relação ao fogo, a detecção evoluiu, disse ele, e permite que brigadas como a do instituto consigam enfrentar focos de incêndio ainda no início.

## Disputa entre Lira e Pacheco pode fazer Brasil ir novamente à COP sem crédito de carbono

João Gabriel

**BRASÍLIA** O Brasil corre o risco de chegar novamente a uma COP, a conferência para clima da ONU (Organização das Nações Unidas), sem legislação sobre crédito de carbono. Desta vez, em razão de uma disputa entre o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

A proposta está no Senado, e ainda há arestas para serem resolvidas do texto, sobretudo divergências acerca da definição de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação).

Paralelamente, há uma disputa de tramitação entre Câmara e Senado sobre quem terá a palavra final no projeto.

Há a expectativa de que o texto seja votado nesta semana, mas divergências precisam ser resolvidas, ou o Brasil pode ir novamente à COP sem esse arcabouço legal.

Caso a proposta não seja votada nesta semana é pouco provável que ocorra na próxima, a de São João, quando

os parlamentares costumam ir para seus estados. Depois, é o fim do primeiro semestre do Legislativo.

A maior parte do segundo semestre é de eleições municipais e não acontecem votações importantes no período.

O segundo turno dos pleitos está marcado para 24 de outubro. As atividades do Congresso poderiam voltar a ter força na sequência, com pouco tempo para a COP29, em Baku, no Azerbaijão, que começa no dia 11 de novembro.

Procurados, Lira e Pacheco preferiram não se pronunciar.

Em outubro de 2023, o Senado aprovou o projeto de lei de número 412, de 2022, sobre créditos de carbono, com relatoria de Leila Barros (PDT-DF).

Arthur Lira, no entanto, arquivou o texto, sob argumento de que ele deveria ser considerado uma proposta do governo federal e que as iniciativas do Executivo devem começar pela Câmara.

Barrado, seu conteúdo foi inserido no projeto 2.148, de 2015, que já tramitava entre os deputados há mais tempo e que tinha relatoria de Aliel

Machado (PV-PR).

O governo Lula defendia que o Brasil chegasse na COP28, em Dubai, em 2023, com a legislação aprovada. A matéria era vista como importante para posicionar o país nas negociações.

Lira, que também iria ao evento, abraçou a bandeira. Somou o projeto a outros no “pacote verde”: uma série de propostas sobre sustentabilidade e transição energética que ele pretendia ver votadas até a COP28.

Mas o pacote de Lira desidratou e o Brasil foi à COP28 sem aprovar a proposta de crédito de carbono, que empacou sobretudo em divergências sobre mercado voluntário.

A proposta foi votada apenas em dezembro. Agora, travou pelas divergências de tramitação — o Senado nem sequer designou a relatoria.

Pelo regimento, os projetos devem ser votados primeiro na Casa em que foram apresentados e depois passar pela outra, que pode manter o texto e enviá-lo para sanção da Presidência, ou modificá-lo.

Caso sejam feitas alterações,

cabe ao plenário de origem validar ou não essas mudanças e, então, enviar para sanção.

Para Lira, deve-se considerar que o projeto de crédito de carbono começou na Câmara, sob número 2.148. Como ele sofrerá mudanças no Senado teria que passar mais uma vez pelos deputados.

Pacheco discorda, em razão do texto aprovado em outubro de 2023, e avalia que senadores devem ter a palavra final.

Ambos dizem a seus respectivos seus pares que não abrem mão da palavra final — vale lembrar que os dois travam uma série de brigas sobre tramitação e ritmo de andamento do Congresso.

Um aliado de Lira diz que o presidente da Câmara não descarta a possibilidade que a disputa vá para a Justiça. Para outros dois parlamentares envolvidos no projeto, o Legislativo recorrer ao Judiciário, ainda mais no atual contexto, seria politicamente delicado.

Leila Barros e Aliel Machado não quiseram comentar.

O senador Efraim Filho (União-PB), que atua nas negociações, diz que a discussão

“No ano passado, as duas Casas legislativas aprovaram a matéria, mas já estamos na metade do ano e não ocorreram novas movimentações do projeto, o embate sobre quem dará a palavra final se mantém. Politicamente acho difícil o Poder Judiciário ser acionado, a resolução deve ocorrer dentro do próprio Legislativo

**Tiago Santana** sócio e coordenador de relações governamentais do Pernam Advogados, que acompanha a matéria



ESPORTE  
AO VIVO

13h **Bélgica x Eslováquia**  
Eurocopa, CAZÉTV

16h **Áustria x França**  
Eurocopa, CAZÉTV

20h **Atlético-MG x Palmeiras**  
Brasileiro, SPORTV/PREMIERE

# Flávia Saraiva supera lesões e se vê pronta para medalha

Em sua melhor fase, ginasta enxerga pódio olímpico como sonho palpável

Marcos Guedes

**RIO DE JANEIRO** Rebeca Andrade não é o único motivo para otimismo da ginástica artística brasileira nos Jogos Olímpicos de Paris. Flávia Saraiva vive o melhor momento de sua carreira e acredita na possibilidade de subir ao pódio na capital francesa.

Recuperada de problemas físicos que a atrapalharam em temporadas anteriores, a carioca de 24 anos vem de um grande 2023, com excelentes resultados no Mundial. Ela contribuiu para que o Brasil ficasse com a prata na disputa feminina por equipes e obteve o bronze no solo.

“Não tem segredo. Para fazer uma boa competição, é um bom treinamento. É, com certeza, a gente está treinando muito, agora pensando em Paris-2024. A ansiedade é grande para poder representar o país da melhor forma”, disse a atleta à **Folha**.

Flavinha, como é chamada pelas colegas, está em busca de sua primeira medalha



Flávia Saraiva vem de ótima temporada na ginástica artística Agustin Marcarian - 25.out.23/Reuters

olímpica. Ela passou por duas cirurgias no tornozelo direito, a última delas no fim de 2022, e levou algum tempo até ficar novamente à vontade com seu corpo.

“A Flavinha está na melhor

forma da vida dela. É impressionante”, observou a ex-jogadora de vôlei de praia Adriana Samuel, medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, e de bronze na edição de Sydney, em 2000 — e

gerente do Time Petrobras, que tem Saraiva entre seus principais nomes.

É ampla a lista de patrocinados da empresa de energia, com favoritos como Isaquias Queiroz, da canoagem,

e Ana Patrícia e Duda, do vôlei de praia. Mas a equipe realmente bota fé em Flávia, que promete brigar por medalha na trave, no solo e na disputa feminina por equipes.

Ela, ao lado de Rebeca, trabalha para ampliar a lista de pódios do Brasil na ginástica artística. O país tem duas medalhas de ouro olímpicas (Arthur Zanetti, nas argolas, em Londres, em 2012, e Rebeca Andrade, no salto, em Tóquio, em 2021), três de prata (Arthur Zanetti, nas argolas, e Diego Hypólito, no solo, no Rio de Janeiro, em 2016, e Rebeca Andrade, no individual geral, em Tóquio, em 2021) e uma de bronze (Arthur Nory, no Rio de Janeiro, em 2016).

“A ginástica vem de um ano muito bom, mas a gente sabe que vem de muito antes, começando com a Dani, com a primeira medalha mundial”, afirmou Flávia, referindo-se à prata de Daniele Hypólito no solo, no Mundial de 2001, antes de mencionar o ouro de Daiane dos Santos no Mundial de 2003, também no solo: “Depois teve a Dai, primeira ginasta do Brasil a ser campeã mundial”.

Saraiva, então, fez questão de listar as conquistas de Zanetti, Hypólito, Andrade e Nory. Celebrou em seguida a conquista brasileira na disputa feminina por equipes do último Mundial. Só aí falou brevemente, timidamente, sobre o próprio desempenho em 2023, que teve ainda

um recorde brasileiro: cinco medalhas nos Jogos Pan-Americanos, em Santiago, quatro de prata (geral por equipes, individual geral, trave e solo) e uma de bronze (barras assimétricas).

“A gente fica muito feliz com todos esses resultados. Sabemos que isso é fruto de muito trabalho. A ginástica feminina poderia ter tido a medalha por equipe muito tempo atrás, finalmente conseguimos. Então, a gente fica muito feliz por esse resultado, e eu fico muito feliz também de ter podido ajudar na competição como eu podia”, disse.

Ela pôde ajudar porque o tornozelo direito estava firme. Não era o caso nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2021, o que limitou bastante sua atuação na final na trave —seu desempenho lhe rendeu a sétima colocação, da qual se orgulha.

Agora, a situação é outra. O tornozelo dói. Outras partes doem constantemente, “é assim mesmo”, diz a ginasta. Porém ela assegura estar na melhor forma possível para brigar à vera por medalha nos Jogos Olímpicos de Paris.

“A gente teve os problemas das lesões nos dois últimos anos e superou. Mas quem é atleta sabe que a gente sempre tem uma dorzinha aqui, uma dorzinha ali. Mas é treinando e tratando, treinando e tratando. Não tem segredo.”

O repórter viajou a convite da Petrobras



Rubens Cavallari/Folhapress

## CORINTHIANS E SÃO PAULO FICAM NO EMPATE EM ITAQUERA

Terminou empatado por 2 a 2 o clássico entre Corinthians São Paulo realizado na tarde de domingo (16), no estádio de Itaqueria. Todos os gols foram anotados no primeiro tempo. A formação tricolor abriu o placar com Lucas, e o time alvinegro igualou o marcador em bonito chute de Igor Coronado. Em lance retratado ao lado, o São Paulo voltou a liderar o placar, em gol contra de Cacá, porém Gustavo Mosquito, também em finalização precisa, voltou a deixar tudo igual. A etapa final teve menos oportunidades, ainda que os visitantes tenham atuado com um jogador a mais por quase 20 minutos, após a expulsão de Caetano. A equipe do Morumbi está provisoriamente na quinta colocação do Campeonato Brasileiro, com 15 pontos. O Corinthians, com 7, está em 16º lugar, apenas uma posição à frente da zona de rebaixamento. A liderança é do Botafogo, que derrotou o Grêmio por 2 a 1, em Cariacica, e chegou aos 19 pontos na tabela.

# O Majestoso da resistência

Itaquera lotada viu clássico tenso em que o alvinegro surpreendeu o tricolor

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Os mais de 46 mil corintianos que foram ao estádio de Itaqueria tiveram motivos para comemorar o empate em 2 a 2.

Porque não só o São Paulo tem mais time, mais talentos, mais jogadores e mais ambições neste Campeonato Brasileiro, porque aspira ao G4, como o rival só quer se afastar da zona do rebaixamento, com menos time, menos elenco e quase nenhuma paz.

Daí, assim que Lucas Moura abriu o marcador, aos três minutos do Majestoso, a Fiel teve motivos para temer por

uma goleada. Entre outras coisas porque a girada de corpo dada por Calleri sobre o ingênuo zagueiro Caetano, antes de passar para Lucas, permitia antever um baile do argentino sobre o zagueiro corintiano.

O que se viu foi outra coisa.

Os alvinegros se tomaram de brios e passaram a ganhar dividas em cima de dividas, a roubar bolas em cima de bolas, ao botar o coração na ponta das chuteiras até buscar o empate, em golão de Igor Coronado, aos 30.

Só então o São Paulo acorudou, como se percebesse que havia rival ferido do outro lado, para voltar a ficar à frente no placar —graças a gol contra de Cacá, o segundo em seguida dele, depois do feito em Goiânia a favor do Atlético.

Nem por isso os alvinegros desistiram, e Gustavo Mosquito também fez belíssimo gol ao receber de Yuri Alberto a bola roubada do desatento Luciano na entrada da área: 2 a 2.

Se o argentino Luis Zubeldía propusesse o empate no intervalo, ou antes mesmo do clás-

sico, para o português Antônio Oliveira, não tenham dúvidas a rara leitora e o raro leitor de que ele aceitaria.

Ainda mais depois que, aos 32 minutos, o desastrado Caetano recebeu o segundo cartão amarelo por falta em Calleri, no meio de campo, e o cartão ficou vermelho à sua frente.

Então, virou o velho ataque contra defesa, e Carlos Miguel salvou o time da derrota, em defesa daquelas que só Cássio fazia em Itaqueria.

A resistência corintiana serviu para elevar o amor-próprio

da Fiel, que anda falando de lado e olhando pro chão, como a do Fluminense do enorme aniversariante desta quarta-feira (19), Chico Buarque de Hollanda, 80 anos com direito aos 90 e prorrogação até 120.

Havia tempo que não se via o espírito maloqueiro e sofredor em dez camisas corintianas, capazes de enfrentar de igual para igual o adversário que lhe é superior.

Mesmo em casa, o empate soou bem.

## SE FICAR OU SE SAIR...

...o bicho vai pegar. A possível ida de Dudu para o Cruzeiro revelou do que a precipitação é capaz.

Tanto quanto o jogador, Palmeiras e Cruzeiro ficarão mal ao fim de tudo.

Se Dudu ficar, o que até parece o mais provável, deixará sabor amargo na boca do palmeirense, porque quis ir e

se arrependeu. Deixará o Cruzeiro em má situação por ter anunciado o milho antes do fubá e o Palmeiras decepcionado por ter perdido a oportunidade de bom negócio.

Se sair, o cruzeirense o receberá desconfiado pelo arrependimento que quase melhora a negociação.

Depois do episódio do pré-contrato de Abel Ferreira com o Al Saad, bem que o Palestra mineiro poderia ter poupado o paulista de tamanho imbróglio.

## EUROCOPA EXEMPLAR

Gramados impecáveis, futebol em alta intensidade, gols em profusão, assopradores de apito respeitados, VAR a jato, estádios lotados.

Consolo sul-americano diante dos primeiros jogos da Eurocopa na Alemanha está em que a última seleção campeã mundial é a Argentina.



NO CORRE | **Paulo Vieira**  
folha.com/nocorre

## Desfalcado na maratona olímpica de Paris, Brasil levará legião à Paratodos

O Brasil pode ir para a maratona olímpica de Paris desfalcado. Das seis vagas, três para homens, três para mulheres, apenas um atleta garantiu o tempo mínimo, o paulista Daniel Nascimento, o Danielzinho. Com seu 2:04:51 em Seul, na Coreia do Sul, em 2022, Daniel pulverizou o recorde brasileiro e sul-americano da distância, o 2:06:05 que pertencia ao mineiro Ronaldo da Costa. Ronaldo havia conquistado a marca em 1998, em Berlim, naquela chegada com direito a cambalhotas e que valeu a

ele, à época, o recorde mundial da maratona. Em Seul, Daniel atingiu a melhor marca da carreira, algo incomum para a pouca idade, 23 anos, e para a pouca experiência: era apenas a quarta maratona que disputava. A partir daí, tornou-se a eterna esperança brasileira da modalidade. Faltou, contudo, combinar com os quenianos. E com os etíopes. Mas de maratonistas amadores em Paris, por outro lado, vamos bem. Os Jogos de 2024 trazem uma novidade, uma prova de 42km pa-

ra os normais, a Marathon Pour Tous, a “Paratodos”, corrida de rua noturna que ocorrerá no mesmo percurso da maratona olímpica, no sábado, 10 de agosto. Cerca de 20 mil pessoas correrão os 42km e também uma prova de 10km. Apenas um grupo de WhatsApp de brasileiros participantes do evento tem 144 nomes. Mais da metade deles de São Paulo. Para participar de um sorteio, os sortudos precisaram mostrar à organização que haviam corrido uma meia maratona. A promoção começou em 2021 e durou até o fim deste maio. Um dos brazucas da Pour Tous é Tadeu Guglielmi, 59, paulistano conhecido no circuito amador como “maraturista”. Desde que começou a

correr maratonas, em Nova York, há 21 anos, empilhou outras 76. Não é um número muito prodigioso perto dos de outros fetichistas da distância, mas diante da limitação que ele mesmo se impôs, digno de nota. Tadeu não repete maratonas e, depois de ter coberto todos os continentes, orienta-se principalmente pelo potencial turístico da cidade-sede. Já esteve na China e na Tailândia, no Everest e no Butão, nos polos Norte e Sul, no Kilimanjaro e em Luxor, na Cidade do México e na Ilha de Páscoa, no Lago Ness e em Auckland. E também em Uberlândia, na maratona Nilson Lima, em Porto Alegre e em São Paulo. Tadeu pretende completar cem maratonas, e antes de Paris faz ainda os 42km de

Banff, no Canadá, e Anchorage, no Alasca. Ele não punha muita fé nas próprias chances, havia feito a inscrição aos 46 minutos do segundo tempo, mas quando o email de confirmação chegou, semana passada, saiu correndo de alegria por seu apartamento “como a pequena Miss Sunshine”, disse. Curiosamente, Paris não havia entrado ainda na sua relação, apesar do teor saturado de maraturismo da prova da cidade-luz. Na França, Tadeu correu os 42km de Médoc, na região vinícola de Bordeaux, e uma prova entre Paris e Versalhes. Economista aposentado, ele anda agora obcecado com a maratona de Boston, uma das que ele quer inserir no seu pacote de cem. Boston exige um índice prévio de

performance, hoje de 3:35:00 para quem tem 59 anos. Mas quando fizer 60, no fim de novembro, o negócio fica mais com mel: o índice passa para 3:50:00. É um tempo bastante factível para ele, mas se tudo der errado, há ainda a possibilidade de comprar um pacote “charity”, que pode levar a conta de inscrição para os quatro dígitos. Com as economias que ele diz ter conseguido em sua jornada de 21 anos de maratonas, hospedando-se em hotéis e juntando milhas para as passagens aéreas, ele considera se permitir esse luxo. “Acho que meu investimento nessas cem maratonas vai ser equivalente à venda de uns dois apartamentos. Mas poderia ser o equivalente à venda de dez.”



**COMPETIDORES CUSTOMIZAM CARRINHOS SEM MOTOR PARA PARTICIPAR DE CORRIDA NA CAPITAL PAULISTA**  
A Red Bull Ladeira Abaixo Edição Geek, com carros de personagens da cultura pop, aconteceu no domingo (16), na região central da cidade Felipe Iruatã/Folhapress

MENSAGEIRO SIDERAL | **Salvador Nogueira**  
folha.com/mensagemesideral

## Travessia por nuvem interestelar impactou a Terra há 3 milhões de anos

Cerca de 2 milhões a 3 milhões de anos atrás, quando a coisa mais próxima do ser humano a caminhar sobre a Terra era nosso ancestral evolutivo *Homo habilis*, o Sistema Solar cruzou uma nuvem fria e gasosa no espaço. O encontro fez com que a bolha magnética protetora gerada pelo Sol encolhesse brutalmente, deixando a Terra exposta ao meio interestelar. O evento deixou marcas em nosso planeta e pode ter tido efeito substancial na biosfera terrestre. Essa história incrível foi reconstruída de forma convincente por um trio de astrônomos nos Estados Unidos, em artigo publicado na última edição da Nature Astronomy. Merav Opher, pesquisadora da Universidade de Boston

criada em São Paulo e formada na USP, começou o trabalho à procura de evidências de que a Terra, em algum ponto do passado, teria tido contato com o meio interestelar, que fica além da chamada heliosfera, a bolha protetora gerada pelo vento solar e pelo campo magnético do Sol. Há registros geológicos de camadas correspondentes a 2-3 milhões de anos atrás, bem como 7 milhões de anos atrás, que expõem uma concentração anormal de dois isótopos radioativos: ferro-60 e plutônio-244. Opher desconfiava que podiam ser sinais de encontros com o meio interestelar, onde esses isótopos, raros e criados por explosões de supernova, são mais abundantes.

Nas circunstâncias atuais, isso é impossível. No momento, a heliosfera se expande muito além da órbita dos planetas, a 18 bilhões de km de distância do Sol, sua fronteira tendo sido identificada até hoje por apenas duas sondas, as longevas Voyager-1 e 2. Mas, pensou Opher, e se no passado o Sistema Solar cruzou uma nuvem gasosa capaz de fazer encolher a heliosfera? Investigando as vizinhanças e a trajetória que o Sol (arrastando consigo os planetas e tudo mais ao seu redor) percorreu na Via Láctea ao longo dos últimos milhões de anos, Opher notou que um conjunto de nuvens densas de gás e poeira interestelares conhecido como LRCC (sigla para Faixa Local de Nuvens

Frias) teria sido atravessado por nossa família solar há 2-3 milhões de anos. Opher então entrou em contato com Avi Loeb, astrônomo da Universidade Harvard, e os dois trabalharam juntos em simulações computacionais dos movimentos progressos do Sol e das nuvens, constatando que de fato o encontro teria acontecido, justamente na região mais densa dessas nuvens. Os dois então procuraram Joshua Peek, astrônomo do STScI (Instituto de Ciência do Telescópio Espacial). Especialista na LRCC, ele anteriormente havia estimado sua densidade em cerca de 3.000 partículas por centímetro cúbico, até mil vezes mais do que dentro da heliosfera. Trabalhando com Opher e Loeb, Peek constatou que uma colisão entre o Sistema Solar e uma nuvem com aquela densidade reduziria a heliosfera a uma bolha de cerca de 30 mi-

lhões de km, menor que a órbita de Mercúrio. Os planetas, Terra inclusa, estariam todos diretamente expostos ao ambiente da nuvem. A entrada dessa chuva de partículas na atmosfera terrestre teria feito mais que aumentar a presença de isótopos raros. Ela teria afetado a química atmosférica, afetando a formação de nuvens, destruindo ozônio e esfriando o clima. Com essas mudanças, quase com certeza teve um impacto na vida —algo que ainda precisa ser estudado.

[...] **O Universo é lindo —mas também hostil. Sobrevivência no vácuo do espaço, sem proteção, é impossível**

O Universo é lindo —mas também hostil. Sobrevivência no vácuo do espaço, sem proteção, é impossível. Altas doses de radiação o permeiam. Colisões de asteroides e explosões de supernova ameaçam rotineiramente planetas com transformações catastróficas. A Terra é um oásis para a vida, e diversas camadas nos protegem: a atmosfera, o campo magnético terrestre e também o campo magnético solar. Mas vez por outra acontece algo que quebra todas essas barreiras. Extinções em massa não são de todo incomuns, na escala geológica, e mostram como nosso destino está inevitavelmente conectado ao resto do cosmos. Há de se admirar que, desde que surgiu por aqui, uns 4 bilhões de anos atrás, apesar dos percalços, nossa biosfera jamais se deixou extinguir completamente. O Universo é hostil, mas a vida é teimososa. Por isso, essencialmente, ainda estamos aqui hoje.

**ACERVO FOLHA**  
**Há 100 anos**  
**17.jun.1924**

## Sociedade de Medicina de SP condena boxe

A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo se posicionou contrária à realização de lutas de boxês e pediu que a prefeitura da capital não conceda licenças para os combates. Em uma moção aprovada na sessão desta segunda-feira (16), a entidade diz condenar o boxe “em nome da higiene, da moral e da civilização”. Entre várias considerações, ela aponta que o combate é um espetáculo bárbaro e que o lutador coloca a integridade física e a vida em risco. Nesta mesma sessão da Sociedade de Medicina, foi discutido o caso do pugilista Benedicto dos Santos, que sofreu duros golpes na cabeça durante uma luta e que está em recuperação.



**F** **LEIA MAIS EM**  
**acervo.folha.com.br**





Cartaz de 'Bandida: A Número Um', de João Wainer  
Divulgação

# Vida bandida

Na onda de trabalhos que desconstroem estereótipos do ‘favela movie’, novo filme de João Wainer retrata a primeira mulher a comandar o tráfico de drogas na Rocinha, no Rio

Yuri Eiras

**RIO DE JANEIRO** Em “Bandida: A Número Um”, filme dirigido por João Wainer, que chega aos cinemas nesta semana, a violência nas favelas do Rio de Janeiro é retratada sob um ponto de vista incomum. Os holofotes miram a mulher —uma bandida que não só dá apoio aos homens, mas protagoniza todas as cenas de ação.

Ela é Rebecca, que chefiou o tráfico na Rocinha na década de 1980. A personagem, interpretada pela atriz Maria Boman, vive uma infância de desgraças e é apadrinhada por bicheiros que mandavam no morro. Ela chega ao posto de líder depois de um namoro com Pará, o chefe do tráfico que acaba morto, interpretado por Jean Amorim. O amor bandido é o centro da história.

Com a narradora feminina, o filme se distancia de obras como “Cidade de Deus”, com o jovem observador Buscapé ou “Tropa de Elite”, com Capitão Nascimento. Por outro lado, faz coro a trabalhos mais recentes que incluíram mulheres em papéis semelhantes.

A novela “A Força do Querer”, no ar na Globo em 2017, por exemplo, foi marcada pela traficante Bibi Perigosa, papel de Juliana Paes, e “Rainha do Sul”, lançada em 2016 pela Netflix, foi protagonizada pela chefe do tráfico vivida por Alice Braga. A plataforma ainda lançou neste ano “Griselda”, série em que Sofia Vergara faz uma célebre traficante colombiana.

“Um filme que começa com uma mulher que liga no volume máximo ‘Deslizes’, do Fagner, e depois joga uma bomba, não é duro e seco”, afirma Wainer, que acaba de lançar “Doleira”, sobre outra personagem feminina —Nelma Kodama, a primeira mulher presa na Operação Lava Jato, na Netflix.

O filme é baseado na história real de Raquel de Oliveira, autora do romance “A Número Um”, publicado pela editora Casa da Palavra em 2015. Oliveira namorou Ednaldo de Souza, o Naldo, conhecido líder do tráfico da Rocinha.

Naldo chegou a ser o homem mais procurado pela polícia fluminense. Em 1988, ele deu entrevistas para os diários Jornal do Brasil e O Dia, que o fotografaram. Também foi filmado disparando rajadas de metralhadora para o alto e lançou moda ao posar vestido com um casaco de capuz.

O traficante foi morto numa troca de tiros com a polícia em julho daquele ano, num sítio numa favela de São Gonçalo, nos arredores da capital fluminense. Mais de 30 policiais e um helicóptero foram até o local capturar o bandido.

O filme retrata o episódio em que morreram Cassiano e Brasileiro —famoso ao posar para uma fotografia de jornal ainda criança, com uma arma e cordões no pescoço. O retrato, publicado na mesma época do lançamento de “Pixote, A Lei do Mais Fraco”, filme lançado em 1981 e dirigido por Héctor Babenco, comoveu a cidade —na obra, um menino de 11 anos foge de um reformatório e acaba se tornando traficante, assassino e cafetão no Rio de Janeiro.

“Eu levei dois anos para escrever o livro. No começo, sofri muito, chorei, mas, quando o trabalho foi concluído, eu estava liberta de todas as culpas, remorsos, arrependimentos”, afirma Oliveira, a autora do livro que inspira “Bandida”.

“Tem momentos do filme em que minha memória volta lá, quase de forma sobrenatural”, diz a autora. “Vejo direitinho as coisas que aconteceram de verdade. E a Maria está ótima. Ela cresce em cena.”

Da mesma forma que fez ao dirigir o documentário “Junho - O Mês que Abalou o Brasil”, produzido por este jornal e lançado há dez anos, retratando as manifestações que pararam o país em 2013, Wainer lança mão de imagens de arquivo de telejornais das favelas cariocas da década de 1980, que eram bem diferentes.

Continua na pág. C2



ilustrada

# MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

## PEDIDO NEGADO

A promotora de Justiça responsável pelo caso da artista venezuelana Julietta Hernandez, assassina-da em Presidente Figueiredo (AM) em dezembro do ano passado, sinalizou que deve recusar um pedido encabeçado pela família da vítima para que o processo seja reclassificado como feminicídio.

**CRIME** Julietta viajava de bicicleta pelo Brasil e foi morta no município que fica localizado a 117 km de Manaus. Em janeiro, o Ministério Público do Amazonas denunciou o casal Thiago Angles da Silva e Deliomara dos Anjos Santos pelos crimes de latrocínio (roubo seguido de morte), estupro e ocultação de cadáver. Eles confessaram o crime.

**NADA FEITO** A promotora Fabia Melo Barbosa de Oliveira indicou que rejeitaria a tese de feminicídio em reunião com familiares da vítima e representantes da União Brasileira de Mulheres (UBM). A decisão é criticada por eles.

**PARECER** “Ela não teve nenhuma delicadeza. As falas dela foram desumanas e desrespeitosas”, afirma a irmã de Julietta, Sophia Hernandez.

**DESINTERESSE** Segundo o advogado Carlos Nicodemos, que participou do encontro, a promotora teria dito que não entendia “a quem interessa classificar como feminicídio” o caso.



Amanda Tropicana/Divulgação

A atriz e cantora Emanuelle Araújo vai lançar no próximo dia 28 “Vá na Paz do Senhor”, o primeiro single de seu novo álbum solo. O ator Luís Miranda, o cantor e compositor Tatau e integrantes da companhia de dança Interart fazem uma participação especial do clipe da música, que será divulgado no mesmo dia e foi gravado em Salvador. A direção do vídeo é de Magali Moraes e da atriz Nanda Costa

**BALANÇA** A promotora diz que a conversa “se baseou em fatos e dados processuais” e que seu “parecer será anexado aos autos no momento oportuno”.

**INTERCÂMBIO** Uma comitiva viajou até Manaus e Presidente Figueiredo na semana passada para uma série de tratativas e reuniões com integrantes do Tribunal de Justiça do Amazonas, da Defensoria Pública e do Ministério Público.

**ATO** Na ocasião, foi apresentado o requerimento para a mudança na tipificação dos crimes. “A vítima foi estuprada, queimada viva e enterrada. Esses são elementos de crueldade que afastam a tipificação de latrocínio por demonstrarem que os acusados tinham intenções para além do ‘simples’ roubo”, afirma o documento.

**AMPLIAÇÃO** O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos vai aumentar para dez funcionários a equipe que trabalha no Memórias Reveladas, centro de referência de pesquisa do período da ditadura militar (1964-1985) do Arquivo Nacional.

**MUDANÇA** Atualmente, apenas dois servidores trabalham no núcleo — o menor número desde que ele foi criado, em maio de 2009. O projeto, que busca democratizar o acesso a documentações dos órgãos de espionagem dos anos de chumbo, foi negligenciado durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

**MUDANÇA 2** A pasta comandada por Esther Dweck abriu quatro novas vagas para o projeto, e a chamada pública recebeu mais de 70 inscrições. O Arquivo Nacional também fará movimentações internas a fim de realocar servidores para que o Memórias passe a contar com dez funcionários.

**DOSE DUPLA** O cantor e compositor Arnaldo Antunes vai lançar na próxima quarta (19), data em que Chico Buarque completará 80 anos, um EP com duas releituras suas de clássicos do artista: “Cotidiano” e “Construção”.

**DUPLA 2** Gravada em 2010, a versão de “Construção” nunca foi divulgada pelo ex-Titãs em um álbum. Na época, Antunes foi convidado por Tadeu Jungle para fazer uma reinterpretação da canção para um episódio da série “Amor em 4 Atos”, da Globo.

**DUPLA 3** Já “Cotidiano” foi gravada por Antunes em 1999, quando o artista participou do disco “Chico Buarque — Songbook”, idealizado e produzido por Almir Chediak, dentro de uma série que homenageava artistas da MPB. Agora, a música ganhará versão remasterizada.

**PONTE AÉREA** O livro “As Flores do Bem: A Ciência e a História da Libertação da Maco-nha”, do neurocientista Sidarta Ribeiro, será traduzido para o inglês e para o francês. Editada pela Fósforo, a obra resgata a história da erva, aborda seus usos medicinal e recreativo e se propõe a desmistificá-la.

**PONTE AÉREA 2** O título será lançado nos EUA pela editora Soft Skull Press, com tradução de Danny Hahn. Já a edição francesa será publicada pela editora Anacaona e terá tradução de Paula Anacaona.

**ESTANTE** O psicólogo Clécio Branco receberá convidados no lançamento dos seus dois novos livros, “Ensaio de A a Z para Mentes Inquietas” e “Encontros com o Mestre”. O evento será realizado na livraria da Travessa de Ipanema, no Rio de Janeiro, na próxima quarta (19). O autor fará uma sessão de autógrafos.



A atriz Maria Bomani em cena de ‘Bandida: A Número Um’ Karime França/Divulgação

## Vida bandida

Continuação da pág. C1

A Rocinha tinha mais de 200 mil habitantes em 1988, segundo as estimativas do governo. Era um bairro da cidade e políticos em campanha não demoravam a visitar a associação de moradores, disputada a dentadas pelos líderes comunitários. Havia eleição direta mesmo quando o país não elegia o seu presidente.

Mas a favela era tomada por lixo, não havia saneamento básico nem fornecimento de água. Foi também nessa época que a venda de cocaína disparou nas favelas, e os traficantes trocaram revólveres por fuzis e submetralhadoras.

Na Rocinha, começaram os conflitos, com o morro dividido entre parte alta e baixa e marcado por golpes e operações da polícia fluminense.

Outras cenas do filme foram feitas com uma câmera Beta-cam comprada especialmente para a produção. “Querida trazer algo que fosse esteticamente diferente e suave. A câmera que as principais emissoras de TV usavam na época era essa”, diz João Wainer, o diretor.

O longa foi gravado no morro Pavão-Pavãozinho, que fica no bairro carioca de Copacabana. “A sensação que tenho é que, quando estamos em externa, as gravações lembram o Jornal Nacional da época. Quando vamos para uma interna, lembram as novelas.”

Outra inspiração para a montagem, segundo o diretor, foi o aplicativo TikTok. “Tenho filhas e vejo como essa geração lida com o TikTok e a sobreposição de informação. Ele tem uma linguagem suja. Partes do filme têm um ritmo um pouco mais frenético e alucinado que lembra esse mesmo ritmo”, ele afirma.

A favela da Rocinha cresceu ocupada por famílias que saíram de estados da região Nordeste do país em busca de renda e trabalho no Rio de Janeiro. Elas, então, ergue-

ram barracos morro acima e garantiram moradia perto dos postos que ofereciam trabalho da zona sul da cidade. Eram pedreiros, porteiros, garçons e empregadas domésticas nos bairros de São Conrado, Leblon, Ipanema e Copacabana.

Por causa dessa mistura, Wainer decidiu não alterar o sotaque de ninguém. O cantor pernambucano Otto, que interpreta o traficante Del Rey, fala como um homem pernambucano, assim como o baiano Jean Amorim e a carioca Maria Bomani mantêm as suas origens nas telas.

Mas a ambientação dos anos 1980 foi um ponto de atenção para o rapper carioca Sant, que faz sua estreia no cinema no papel de Boca Mole, amigo de infância de Rebecca, que também entra para o tráfico.

“O recorte do tempo em alguns momentos ressoou na cabeça porque uso gírias o tempo inteiro. Mas muitas dessas gírias eu recebi dessa malandragem das décadas de 1980 e 1990”, ele afirma. “A equipe técnica me ajudou demais. Foi tudo novo e tudo mágico.”

Raquel de Oliveira, que escreveu o livro no qual o filme se baseou, ainda vive na Rocinha, mas abandonou seu contato com o tráfico de drogas ainda na década de 1990.

Além de escritora — ela também se dedica à poesia —, Oliveira ainda trabalha como pedagoga e palestrante atualmente. “O que carreguei daquela vida foi a cocaína, da qual estou limpa há dez anos, e o amor”, ela conta. “Naldo foi um homem maravilhoso na minha vida e nunca mais tive um amor como o dele.”

“Mas a gente há de convir que, quando uma pessoa morre enquanto a relação acontece, o amor fica para sempre estacionado naquele ponto, e as crises naturais de relacionamentos não são vividas”, acrescenta Oliveira. “Fica uma coisa encantada, em suspenso.”

[...]

A protagonista do filme ‘Bandida: A Número Um’ é Rebecca, que chefiou o tráfico na Rocinha na década de 1980. A personagem, interpretada pela atriz Maria Bomani, vive uma infância de desgraças e foi apadrinhada por bicheiros no comando do morro

Ela chega ao posto de líder depois de um namoro arrebatador com Pará, chefe do tráfico que acaba morto e é interpretado por Jean Amorim. O amor bandido é o centro da história

Com sua narradora feminina, o filme se distancia de clássicos como ‘Cidade de Deus’, com Buscapé, um jovem observador, ou ‘Tropa de Elite’, um enredo liderado por Capitão Nascimento, um policial sob estresse





No alto, o ator Ravel Andrade, que vive o detento Egídio, e, acima, Babu Santana, que interpreta Hoffmann na série 'O Jogo que Mudou a História'; abaixo, Samuel Melo como Gegê

TV Globo/Divulgação

# Série cheia de sangue mostra origem das facções

Inspirada em histórias reais, 'O Jogo que Mudou a História' traça panorama do crime pelo prisma da violência na prisão

Matheus Rocha

SÃO PAULO “Isso aqui não é parque. Isso aqui é cadeia”, diz o carcereiro, enquanto detentos caminham por um corredor ao som de xingamentos. De repente, a sessão de espancamento começa. Com cassetes em punho, os carcereiros desferem golpes contra os homens. Eles caem, gritam e sangram. A fúria, porém, não tem fim. “Bem-vindos ao caldeirão do inferno.” As cenas iniciais de “O Jogo que Mudou a História” sintetizam uma das propostas do seriado, que estreou na semana passada, no Globoplay. Inspirada em histórias reais, a produção mostra em dez episódios como a truculência no sistema penitenciário ajudou a gestar o crime organizado no

Rio de Janeiro dos anos 1970. No começo da série, é apresentado o Instituto Penal Cândido Mendes, presídio que existiu por quase cem anos na Ilha Grande, no litoral sul fluminense. A localização, à beira-mar, contrastava com o que se desenrolava no interior. Apelidado de caldeirão do inferno, o complexo se tornou célebre pelo desrespeito aos direitos humanos. Além de detentos comuns, o lugar abrigou presos políticos como o jornalista Fernando Gabeira e o escritor Graciliano Ramos. O literato, aliás, usou sua vivência na unidade para escrever o livro “Memórias do Cárcere”, no qual descreve os internos como “farrapos vivos” e “fantasmas prematuros”. A descrição é apropriada para descrever também o esta-

do dos presos retratados na série. A produção mostra a população confinada em celas fétidas, onde presos considerados indisciplinados são trancados em solitárias mal ventiladas e sem a luz do dia. Além disso, a violência irrompe com frequência entre os detentos. Isso porque há na prisão dois grupos rivais — a falange Jacaré e a falange Vermelha, que posteriormente se tornaria o Comando Vermelho, uma das maiores facções criminosas do Brasil. A rivalidade entre os dois grupos ultrapassa os muros da penitenciária e se espalha pelas comunidades do Rio de Janeiro, que passam a viver uma rotina de violência. “O Jogo que Mudou a História” narra justamente o desdobramento desses confrontos.

“Eu sou um cara dos anos 1980, então vi muitas dessas histórias na TV e ouvi de algumas pessoas”, diz José Junior, autor da série e fundador da ONG AfroReggae, instituição que firmou uma parceria com o Globoplay para o projeto. “Depois de anos no meio desse conflito, pensei em escrever um livro. Com o tempo migrei para o audiovisual, resolvi transformar em um filme, mas virou uma série.” Essa não é a primeira produção que ele criou para o Globoplay. Antes, foi responsável por “A Divisão” e “Arcanjo Renegado”. Esses trabalhos trazem em maior ou menor grau muitas cenas de violência. Em “O Jogo que Mudou a História”, por exemplo, Egídio, personagem de Ravel Andrade, é vítima de um estupro co-

letivo dentro da cela. Já durante uma rebelião, Hoffmann, vivido por Babu Santana, manda um detento mutilar o pênis do líder da facção rival. “A minha vida pessoal e institucional, como líder do AfroReggae, me levou para situações inimagináveis”, afirma José Junior “É, como testemunha desses fatos, me sinto na obrigação de mostrar a verossimilhança de tudo o que vivenciei e ao que tive acesso.” Ele diz ainda que a série mostra que o crime organizado ganhou força como uma resposta à brutalidade do Estado, que desumanizou moradores de favelas, agentes de segurança e a população carcerária. Mesmo fora da cadeia, esse grupo enfrenta percalços para encontrar oportunidades em razão dos estigmas.

“Nessa hora, quem está de braços abertos para eles é a criminalidade”, afirma José Junior, que contratou ex-detentos para atuar na série e participar da criação do roteiro. “Não dá para contar essas histórias sem esses protagonistas da vida real”, ele acrescenta. Na visão dele, a série é relevante porque joga luz sobre temas que fazem parte da vida dos brasileiros. “O momento atual é assustador. Um problema que era somente do Rio de Janeiro virou um problema do Brasil. ‘O Jogo que Mudou a História’ é uma série que mostra a pedra fundamental desse tipo de criminalidade.”

**O Jogo que Mudou a História**  
Brasil, 2024. Criação: José Junior. Com: Pedro Wagner, Jailson Silva e Babu Santana. 18 anos. Disponível no Globoplay





# Rock in Rio Lisboa pende entre o rock antigo e a sofrência

Com atrações como Ed Sheeran e Jão, festival antecipa edição brasileira, que vai celebrar os 40 anos do evento



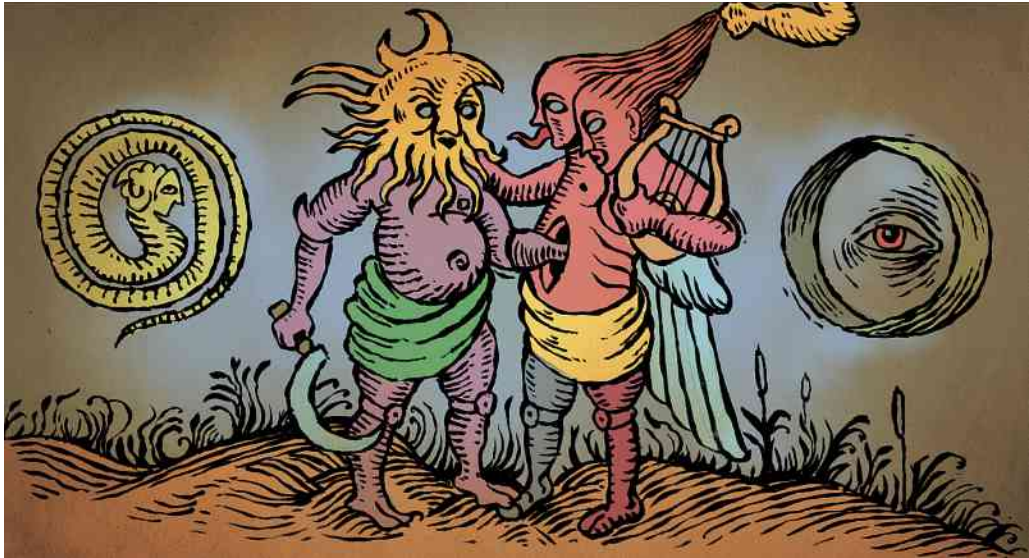
Ed Sheeran em show  
no Rock in Rio Lisboa  
Marcelle Tauchen/Divulgação

Guilherme Luis

**LISBOA** A décima edição do Rock in Rio Lisboa começou, neste último fim de semana, com uma amostra do que vai aparecer na Cidade do Rock carioca em setembro deste ano. Passaram pela edição portuguesa do festival artistas que têm viagem marcada para o próximo Rock in Rio no Brasil, como Ed Sheeran, Jão e a banda Evanescence. O festival realizado em Lisboa, que ainda continua no próximo fim de semana, marca 20 anos da migração do evento brasileiro para Portugal. A estrutura foi erguida pela primeira vez no parque Tejo, que era um lixão a céu aberto até o ano passado, quando foi reformado para receber a Jornada Mundial da Juventude. Ali, em agosto, o papa Francisco celebrou uma missa para mais de 1 milhão de pessoas. Agora, em vez de receber religiosos, os campos verdejantes ficaram repletos de fãs de rock e de sofrência romântica, cada uma dessas tribos num dia. A programação do último domingo, foi mais mais pop e melosa, liderada por Sheeran, que na última década embalou incontáveis cerimônias de casamento com suas letras. O artista a todo tempo parou a apresentação para conversar com os fãs, explicando o contexto das canções e contando curiosidades. Ele pediu que as lanternas dos celulares fossem ligadas em “The A Team”, e depois organizou um cântico uníssono na apoteótica “Give Me Love”. O britânico não deixou a atenção da plateia se dispersar ao espalhar seus hits ao longo da apresentação em vez de os concentrar no final, e o parque Tejo ficou lotado. Antes dele, subiram ao palco os também britânicos Jake Bugg e Calum Scott, que falam de paixões em suas canções, e o brasileiro Jão, outro que canta os dramas do amor. Jão, aliás, foi um dos primeiros brasileiros a cantar nesta edição na capital portuguesa. Ainda que muitos artistas do país façam sucesso em Portugal, caso de Anitta e Ivete Sangalo, o mesmo não pode ser dito a respeito dele. As fileiras da frente estavam repletas de fãs que sabiam cantar as letras, mas, do meio para trás, o público só balançava os ombros e boa parte estava sentada. Este repórter questionou adolescentes e jovens adultos sobre a relevância do cantor entre os portugueses. Segundo eles, o artista toca nas rádios, mas não é tão conhecido. Seu alcance é incomparável ao de Anitta, eles dizem. Não à toa, quem estava sentado levantou quando Jão tocou “Pilanca”, parceria com a cantora. Os versos foram entoados baixinho, em uníssono, pelo público e os aplausos também foram tímidos. Essa recepção morna também se estendeu aos outros artistas, embora Sheeran tenha empolgado mais. Os portugueses não são eufóricos como os brasileiros, que berram e pulam quase sem parar em shows de artistas estrangeiros. A timidez é estranha mas de certa forma benéfica, uma vez que era possível ouvir os artistas cantando com clareza, sem que os maus cantores da plateia atrapalhassem. No último sábado, também houve recepções mornas à banda de rock Scorpions, há quase seis décadas em atividade, e ao Evanescence, que lançou hits de metal alternativo no começo dos anos 2000. A escalção desse dia atraiu um público específico —o de roqueiros saudosistas. À tarde, quando o festival ainda estava vazio, passeavam pelo parque Tejo pessoas vestidas com camisetas dos Scorpions e de outras bandas de várias décadas passadas. Havia bastante a fazer no espaço caso os artistas nos palcos não chamassem a atenção, já que o evento funciona em Lisboa nos mesmos moldes que no Rio de Janeiro — como um misto de festival de

música e parque de diversões. A tirolesa estava lá, passando em frente ao palco principal, além da roda-gigante. Foram espalhados estandes de marcas com jogos e distribuição de brindes. O campo do espaço ficou lotado —o que prejudicava a locomoção do público em alguns momentos, especialmente no final da noite. A visão dos palcos, no entanto, era boa, com elevações no solo que permitiam que o público mais afastado enxergasse os artistas, ainda que às vezes recorrendo ao telão. O dia com Evanescence como um dos destaques acabou dando um vislumbre do que será a próxima edição do evento brasileiro, que também convidou Ed Sheeran e Jão para tocar no Rio de Janeiro. A repetição de artistas entre os eventos de Brasil e Portugal faz parte do público desconfiar que o Rock in Rio fecha pacotes com os músicos —teoria negada em conversa com jornalistas brasileiros por Luis Justo, CEO da Rock World, empresa que organiza o festival. “Às vezes calha de os artistas estarem na Europa na época do verão europeu e de olho na América do Sul para setembro. Quando isso acontece, ainda mais nesse ano que a gente está transmitindo alguns shows para o Brasil, ajuda a criar [expectativa] nos fãs brasileiros. Mas não é algo que a gente consiga planejar”, ele afirmou. No Brasil, as expectativas para a edição que comemora os 40 anos de criação do evento são altas, e o Rock in Rio criou um dia reservado somente aos artistas brasileiros. Além disso, convidou pela primeira vez cantores sertanejos, um pedido antigo do público. A iniciativa trouxe acusações de que o festival estaria se descaracterizando e perdendo a sua essência roqueira. “A pergunta não deveria ser ‘por que sertanejo?’, mas ‘por que não sertanejo?’. É a música mais ouvida no Brasil”, afirmou Roberto Medina, o criador do festival, em conversa com jornalistas brasileiros. “Tem uma coisa [de parte do público] com rock antigo que não tem nada a ver. Tem que ter todo mundo no festival. Dizem ‘aquilo já foi rock, depois foi se transformando em pop’. É mentira”, acrescentou o empresário, em Lisboa. A família Medina ainda tocou, ao longo do fim de semana, em outros pontos polêmicos que cercaram a empreitada nos últimos anos. Roberta Medina, vice-presidente da Rock World, falou sobre a relação com Anitta, estremeçada há dois anos quando a artista escreveu em suas redes sociais que só se apresentaria no festival se a produção desse aos artistas que falam português o mesmo respeito que tinha com os estrangeiros. “Foi forte, precipitado e desnecessário. Não existe dizer ‘nunca mais’. A gente acerta, erra e amadurece. Isso vale para todos os lados”, afirmou Roberta Medina. “Se me perguntassem se quero a Anitta no Rock in Rio, as portas estão abertas. Agora, não foi legal [o que ela disse]. A gente fica um tempo de bode, mas por que as relações não podem se amadurecer?”, acrescentou. Roberta Medina ainda disse que consideraria abrir espaço para Drake no line-up mesmo depois de a família ter feito comentários negativos após sua apresentação em 2019. “Vai que ele amadurece, para de dar sustos e volta a ser bem-vindo?”, ela disse à imprensa. O Rock in Rio Lisboa recebeu 80 mil pessoas em cada dia no último final de semana, que teve ingressos esgotados. Entre os brasileiros que se apresentam na próxima semana estão Ivete Sangalo, Luísa Sonza e os funkeiros Pedro Sampaio e MC Cabelelinho. Os destaques internacionais são Jonas Brothers e Doja Cat. A próxima edição do festival está confirmada para 2026, segundo a organização. O jornalista viajou a convite do Rock in Rio





# A direita será evangélica?

Os mortais vivem longe do que os inteligentes pensam que seja a realidade

## Luiz Felipe Pondé

Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'Era do Niilismo'. É doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo

Qual será o perfil, em escala, da resistência ao PT no futuro próximo? Haverá resistência ao PT, consistente em viabilidade eleitoral, que não seja de base evangélica? Temo que não. Por que?

Evidente que há evangélicos de esquerda, principalmente nos estratos mais letrados da referida comunidade. Exage-

rando, dá quase para dizer que no mercado religioso evangélico —incluindo os protestantes históricos—, ser de esquerda, em sendo evangélico, é quase um nicho de Jesus de luxo.

Recentemente, uma charge nesta **Folha** mostrava algo assim: “bolsonarismo + garfo e faca = Eduardo Leite”. A ideia de que artistas, agen-

tes culturais, jornalistas, intelectuais estejam a fim de “debater” é tão falsa quanto a Terra ser redonda.

Escrevo “debater” entre aspas porque, para mim, a palavra descreve algo tão irreal quanto um pônei azul. Quando alguém fala “vamos debater” você está diante de um mentiroso contumaz, princi-

palmente se for egresso das classes mais letradas.

Não há futuro eleitoral próximo para a direita conservadora no Brasil se não for de alguma forma ligada ao movimento evangélico. A direita hoje tem em suas mãos grande parte das pautas que preocupam as pessoas comuns, aquelas mesmas

que a esquerda odeia e acha conservadoras e burras.

No entendimento deles, a Justiça brasileira dá muita folga pra bandido, só eles têm direitos. O governo e os bonitinhos querem fazer dos filhos deles gente LGBTQIA+ —evidente que eles não conhecem esse alfabeto, usam termos do senso comum.

O PT e o PSOL querem destruir a família clássica e obrigá-los a aceitar os modelos de convivência que eles acham corretos. E querem pôr os professores contra os pais.

O povo quer segurança pública imediata. Que a polícia prenda o bandido que quer estuprar sua filha indo para a escola. Todas essas pautas são as pautas majoritárias do segmento evangélico.

A esquerda, por ser elite, sempre foi alienada da vida real, com raríssimas exceções na história. A prova cabal recente é o governo Lula dizer que o Congresso é contra o povo porque é conservador.

Falta ao nosso brilhante líder entender que o povo elegu esse congresso porque é conservador. Lula só ganhou a eleição em 2022 porque parte da direita ficou de saco cheio da estupidez bolsonarista e da canalhice do seu líder na pandemia. Hoje, Lula não levava.

Fosse a inteligência pública mais inteligente e menos envidiosa, veria, por exemplo, que no caso da recente eleição europeia, é evidente o crescimento de um sentimento de insegurança nas cidades por parte da população associado ao crescimento da imigração do norte da África e do Oriente Médio.

*Medo e preconceito em relação aos mulçumanos cresce, pouco adianta falarmos em xenofobia.*

Os mortais vivem longe do que os inteligentes pensam que seja a realidade social e política. O componente religioso é essencial na vida da maioria das pessoas, ao contrário do que pensa nossa vã filosofia que despreza os idiotas da fé.

Só que esses mortais não dão entrevistas, não criam ONGs ambientais e de diversidade, não trabalham com audiovisual — aliás, vale dizer que uma das turmas mais alienadas da realidade é a moçada do audiovisual que vive numa bolha de cabelo azul. Produzem para seus próprios umbigos.

O pânico em relação ao crescimento dos evangélicos, e as tentativas desesperadas de aproximar o PT dessa população, revela a fundamentação da hipótese aqui apontada. O Brasil será evangélico, e a menos que ocorra um transtorno significativo no perfil dessa população, o Brasil tenderá à direita cada vez mais.

Por último, mas não menos importante, essa hipótese não é só difícil de engolir para a esquerda. A direita liberal “que come de garfo e faca” tem horror à fé evangélica e à sua visão, tomada como retrógrada, com relação à pauta de costumes.

A simples ideia de que o “Brasil será para Cristo” lhes tira o sono. Mas difícil imaginar que a direita vença grandes eleições no Brasil sem esse povo da fé de que os inteligentes têm nojinho, mas não confessam. Só tiram sarro, na calada da noite.

SEG. Luiz Felipe Pondé | **TER. João Pereira Coutinho** | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

**teatro**

**Fernanda Montenegro**  
**Lê Simone de Beauvoir**  
 Dir. Fernanda Montenegro  
 20/6 a 21/7. Quinta a sábado, 20h. Domingo, 18h.  
 14 Bis

**Depois do Ensaio, Nora, Persona**  
 Com Sociedade Armandina  
 Dir.: José Fernando Peixoto de Azevedo  
 Até 23/6. Quinta a sábado, 19h.  
 Domingo, 17h. 19/6. Quarta, 19h.  
 Avenida Paulista

**Angu**  
 De Rodrigo França  
 Com Alexandre Paz, João Mabial e Orlando Caldeira  
 Até 23/6. Sexta e sábado, 20h. Domingo, 18h.  
 Ipiranga

**Aqui**  
 Com Cia. Explodida | Dir.: Elisa Ohtake  
 Até 14/7. Quinta a sábado, 20h. Domingo, 18h.  
 24 de Maio

**Escola Modelo**  
 De Fernando Vilela  
 Até 21/7. Sexta, 21h30. Sábado e domingo, 18h30.  
 9/7. Terça, 18h30.  
 Ipiranga

**A Menina Escorrendo dos Olhos da Mãe**  
 Com Silvia Buarque e Guida Viana  
 Dir.: Leonardo Netto  
 20/6 a 27/7. Quinta a sábado, 20h.  
 Pinheiros

**Julius Caesar - Vidas Paralelas**  
 Com Cia. dos Atores  
 Dramaturgia e dir.: Gustavo Gasparani  
 21/6 a 14/7. Quinta a sábado, 20h. Domingo, 18h.  
 Dia 3/7. Quarta, 15h.  
 Consolação

**edições**

**Lançamento do Livro**  
**"Direitos LGBTI+ no Brasil: Novos Rumos da Proteção Jurídica"**  
 Bate-papo seguido de sessão de autógrafos com Renan Quinalha e Filipe Catto.  
 Part.: Emerson Ramos e Alexandre Bahia.  
 19/6. Quarta, 19h  
 Avenida Paulista

**DIREITOS LGBTI+ NO BRASIL**  
 novos rumos da proteção jurídica  
 Renan Quinalha Emerson Ramos Alexandre Melo Franco Bahia

**dança**

**Bípede sem Pêlo**  
 Com Alexandre Américo  
 Até 30/6. Sexta e sábado, 20h30. Domingo, 18h30.  
 Avenida Paulista

**3 Contra 2 - Psico Trópicos**  
 Com A Improvável Produções | De Marcela Levi e Lucía Russo  
 18 a 27/6. Terça a quinta, 20h.  
 Pinheiros

**Na Medida do Possível**  
 Com Allison Lima | Local: Praça Antônio Prado  
 20/6. Quinta, 13h.  
 Carmo

**pessoas idosas**

**Toninho Ferragutti e Neymar Dias: Festa na Roça**  
 20/6. Quinta, 15h.  
 Santana

**Sesc se mobiliza pelas vítimas das chuvas no Rio Grande do Sul**  
 Chave Pix  
 mesabrasil@sesc-rs.com.br

**literatura**

**A Escrita do Corpo: A Literatura de Aline Bei**  
 Com Aline Bei  
 Mediação: Isa Souza  
 19/6. Quarta, 19h.  
 14 Bis

**meio ambiente**

**Quebrando Silêncios Sobre Raça, Clima e Interseccionalidades**  
 Com Isvillaine da Silva Conceição e Lourdes Alves  
 19/6. Quarta, 19h  
 Vila Mariana

**Tarifa Zero e Meio Ambiente**  
 Com Lucio Gregori e Daniel Santini  
 20/6. Quinta, 20h.  
 Belenzinho

**exposições**

**Quase Circo - Carmela Gross**  
 Curadoria: Paulo Miyada  
 Até 25/8. Terça a sábado, 10h às 21h.  
 Domingo e feriado, 10h às 18h.  
 Pompeia

**A Árvore-Escola**  
 Com Grupo Contrafile  
 Até 3/11. Terça a sexta, 9h às 21h. Sábado, 10h às 18h.  
 Domingo e feriado, 10h às 16h.  
 Santana

**cinema**

**O Homem Crocodilo**  
 Dir.: Rodrigo Groti | BRA | 2024  
 Part.: Rodrigo Groti  
 17/6. Segunda, 20h30  
 CineSesc

**Karen Carpenter: Starving for Perfection**  
 Dir.: Randy Martin | EUA | 2023  
 Mediação: Isabela Faria  
 18/6. Terça, 20h30  
 CineSesc

**Acordo com Lampião?**  
 Dir.: Marcelo Felipe Sampaio | BRA | 2024  
 Part.: Marcelo Felipe Sampaio e Lucio Maia  
 20/6. Quinta, 20h30.  
 CineSesc

**música**

**Palavra de Mulher**  
 Com Tânia Alves, Lucinha Lins e Virgínia Rosa  
 Local: Teatro Municipal  
 Glória Giglio  
 21/6. Sexta, 20h30.  
 Osasco

**Banda Forró do Candeeiro**  
 21/6. Sexta, 20h.  
 São Caetano

**Beto Guedes**  
 21 e 22/6. Sexta, 20h.  
 20/6. Quinta, 20h.  
 Mogi das Cruzes

**365**  
 21/6. Sexta, 20h30.  
 Belenzinho

**Coruja BC1**  
 Part.: Dexter  
 21/6. Sexta, 21h.  
 Pinheiros

**Patrícia Bastos**  
 Part.: Manoel Cordeiro e Cristóvão Bastos  
 21/6. Sexta, 21h.  
 Pompeia

**Chico Teixeira**  
 21/6. Sexta, 21h.  
 Santo Amaro

**instrumental sesc brasil**

**Wellington Gama**  
 18/6. Terça, 19h.  
 Consolação

**Amaro Freitas**  
 20/6. Quinta, 20h.  
 Campo Limpo

**Raissa Spada**  
 Part.: Jadsa  
 20/6. Quinta, 20h.  
 Vila Mariana

**Mayombe Afro Latino**  
 20/6. Quinta, 20h.  
 Mogi das Cruzes

**Planta e Raiz**  
 20 e 21/6.  
 Quinta e sexta, 21h30.  
 Pompeia

**Renato da Rocinha**  
 20/6. Quinta, 21h.  
 Bom Retiro

**Harpa Popular Brasileira**  
 Com Vinícius Medrado  
 21/6. Sexta, 17h.  
 Casa Verde

**Far From Alaska**  
 21/6. Sexta, 20h.  
 Santana

**esporte e atividade física**

**História da Ginástica Rítmica no Brasil**  
 Com Vera Miranda  
 Inscrições em  
 sescsp.org.br/cpf  
 18/6. Terça, 19h30.  
 Centro de Pesquisa e Formação

**Movimento Consciente**  
 Até 26/6  
 Segunda e Quarta, 12h.  
 Carmo

**SESC DIGITAL**

**COSTURA MANUAL**

Os pontos básicos e intermediários da costura manual para criar a autonomia necessária de quem deseja se aprofundar nesta prática. Serão apresentados seus principais pontos, aplicações, materiais, assim como uma breve história da técnica e dos tipos de tecidos.

Acesse gratuitamente em [sescsp.org.br/ead](https://sescsp.org.br/ead)

Consulte a Classificação Indicativa das atividades em

**SESCSP.ORG.BR**

QR Code







# Produtividade trava crescimento, e brasileiro produz 1/4 do americano

Especialistas veem situação ‘trágica’; com queda da população ativa, país tende a empobrecer

Fernando Canzian

**SÃO PAULO** Os últimos anos foram trágicos para a produtividade do trabalho no Brasil. O fator será cada vez mais determinante para que o país cresça e enriqueça diante da tendência de diminuição de sua população economicamente ativa —o que tende a jogar a produtividade para baixo.

No maior setor da economia, o de serviços, que representa um terço do Produto Interno Bruto (PIB), tem havido inclusive queda na taxa de produtividade desde 2010. Em resumo, sem a explosão de eficiência no agronegócio e a melhora na qualidade da mão de obra nos últimos anos, o Brasil estaria em situação ainda mais dramática.

Entre 2010 e 2023, a produtividade geral por hora trabalhada no Brasil cresceu apenas 0,3% ao ano, puxada principalmente pelo agro, com alta anual de 5,8%. No gigantesco setor de serviços, houve queda de 0,3% ao ano; e na indústria, alta de apenas 0,1%.

A taxa de produtividade pode ser decomposta em três componentes: 1) capital em uso (máquinas e equipamentos utilizados pelo trabalhador), que evolui pouco no Brasil; 2) o Índice de Capital Humano (escolaridade e experiência de quem trabalha), que registrou avanço significativo; e 3) a Produtividade Total dos Fatores, que mede a eficiência na utilização do capital em uso e do capital humano, em queda nas últimas décadas.

Segundo Fernando Veloso, coordenador do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, enquanto o governo busca políticas para reindustrializar o país, faria muito mais sentido focar o aumento da eficiência no grande setor de serviços, que vem tendo desempenho negativo.

Ele destaca ainda que produtividade cresce muito pouco apesar do aumento no Índice de Capital Humano, com trabalhadores mais escolarizados e experientes.

“Chama a atenção o fato de este item ter dado a maior contribuição [para a produtividade] desde 1995. Depois, vêm as horas trabalhadas, juntamente com o estoque de capital em uso. Se não fosse a educação, com todos os seus problemas, o resultado teria sido muito pior”, diz.

Em sua opinião, além do baixo investimento na compra de máquinas e equipamentos modernos, o principal obstáculo para a produtividade é o ambiente de negócios. É como se a melhora na qualidade da mão de obra nos últimos anos fosse desperdiçada em um “atoleiro econômico” em que operam as empresas, em sua avaliação.

“Apesar das reformas dos últimos anos, muita distorção permaneceu; e outras foram criadas. Toda a questão do crédito subsidiado, de exceções no regime tributário, as políticas de conteúdo local, tudo isso vai contra a Produtividade Total dos Fatores. As distorções na economia aca-

bam tendo um efeito tão negativo que mais que anulam os ganhos com as reformas. O período 2010-2023 foi trágico.”

Isso tem levado o Brasil a se distanciar cada vez mais dos níveis dos EUA. Se nos anos 1980 um trabalhador brasileiro alcançava 46% da produtividade de um norte-americano, hoje ele produz um quarto (25,6%). É o mesmo nível de sete décadas atrás, segundo dados do Conference Board. Significa que o trabalhador brasileiro leva uma hora para fazer o mesmo produto ou serviço que um americano realiza em 15 minutos.

Para Naercio Menezes, professor do Insper e da Faculdade de Economia e Administração da USP, a principal medida do bem-estar dos brasileiros, o PIB per capita (o tamanho da economia dividido pela população), dependerá cada vez mais do aumento da produtividade para evoluir. Isso porque haverá cada vez menos pessoas trabalhando no futuro.

Entre 1981 e 2008, com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e um número maior de adultos trabalhando em relação a crianças e idosos que não trabalham (a chamada razão de dependência demográfica), o percentual de trabalhadores na população (ajustado pelo total de horas trabalhadas) aumentou de maneira contínua.

“Mas esse processo passou a ser revertido desde o final da década passada, o que significa que a taxa de pessoas que trabalham vai se reduzir no futuro, fazendo com que o PIB per capita dependa cada vez mais da produtividade”, diz Menezes.

De acordo com os cálculos de Veloso, os anos 2002-2010, quando a produtividade cresceu 2,2% ao ano, foram os melhores desde 1995. O período foi marcado pelo boom nos preços das commodities, que trouxe mais dólares ao Brasil, permitindo o aumento da importação de melhores máquinas e equipamentos.

Foram também anos em que o Brasil manteve as contas públicas superavitárias, o que levou a um ambiente macroeconômico previsível, com mais investimentos das empresas em maquinário e mão de obra, que tornaram o Brasil mais produtivo. No atual governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em que são esperados déficits fiscais recorrentes, isso não deve ocorrer.

Hoje, a taxa de investimentos no país equivale a 16,9% como proporção do PIB. Só para manter as condições de máquinas e infraestrutura no nível atual, sem deterioração, essa taxa deveria superar 20%. Na Coreia do Sul, altamente produtiva, o indicador alcançou 31,7% do PIB em 2023.

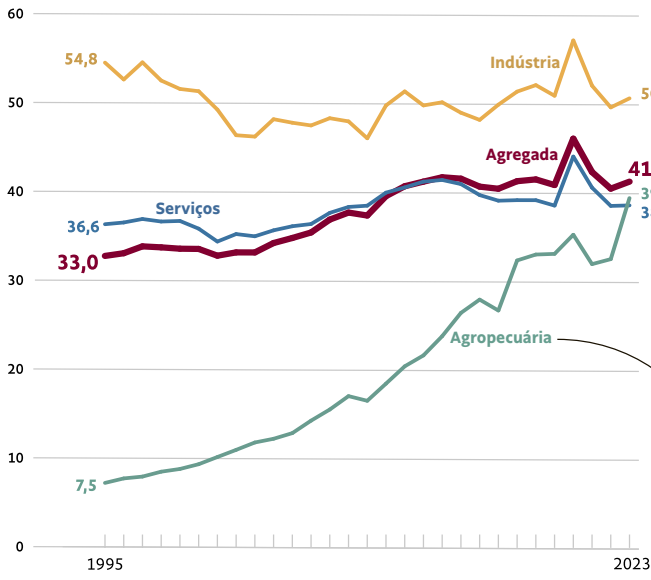
Nas contas de Menezes, entre 2003 e 2013, o PIB per capita cresceu 32%, o maior aumento em anos recentes, com forte aumento da produtividade. “Mas, de 2013 até agora, o PIB per capita, a produtividade e as horas trabalhadas estão no mesmo nível. Com isso, nos últimos 40 anos a produtividade brasileira cresceu apenas 20%, ante 65% nos Estados Unidos”, diz.

Para Fabio Giambiagi, economista do BNDES e co-organizador do recém-lançado “O desafio da produtividade - Como tirar o Brasil da armadilha da renda média”, uma das raízes do fraco desempenho do Brasil na área é “uma enorme resistência cultural do país em competir”.

“Há uma relutância à ideia de competição entre pesso-

## Ambiente de negócios trava produtividade da economia

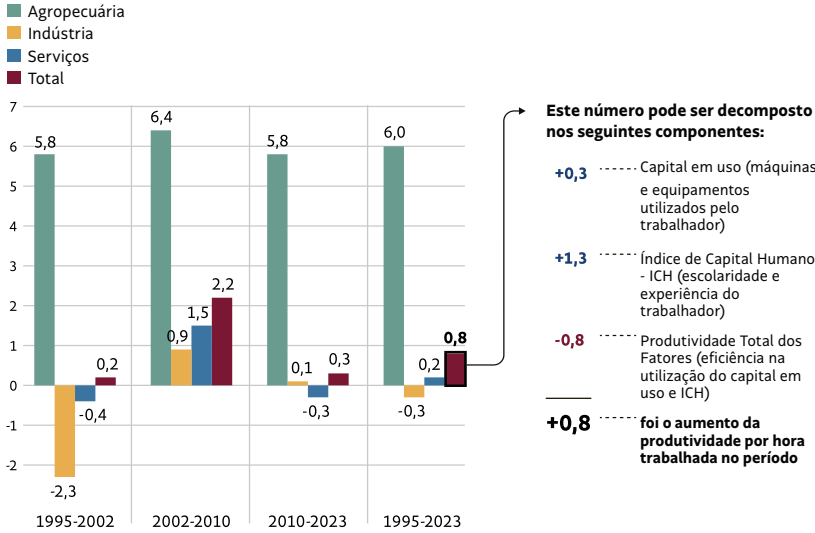
Por hora trabalhada\*



\* Em R\$ de 2021

## Anos 2000 tiveram maior aumento; entre 1995 e 2023, quase não cresceu

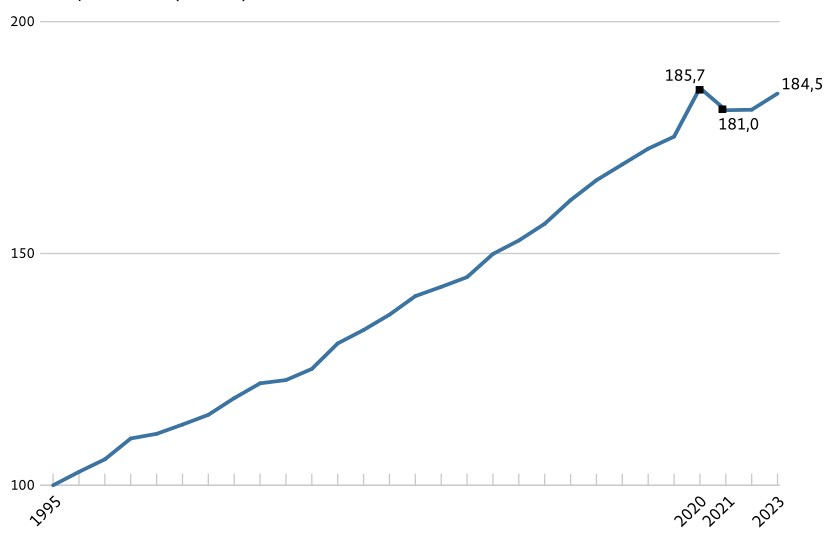
Por hora trabalhada, em % ao ano



Fonte: Observatório da Produtividade Regis Bonelli FGV-Ibre

## Anos de estudo e experiência dos trabalhadores aumentou

Índice de capital humano\* (1995=100)

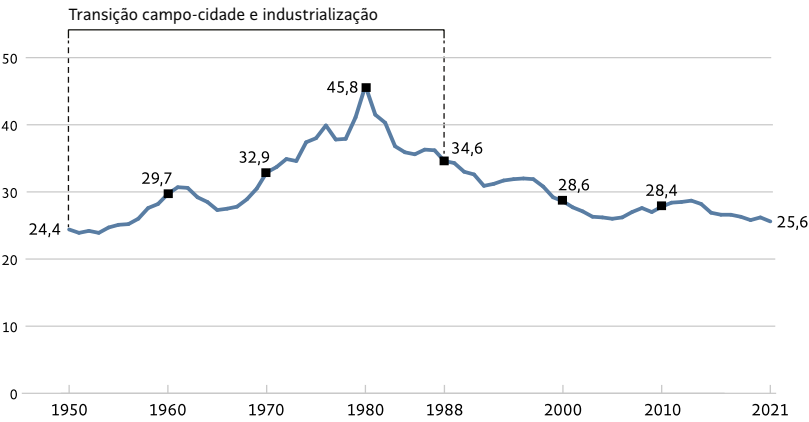


\*O Índice de Capital Humano é composto com base na diferença entre o crescimento das horas trabalhadas de grupos de trabalhadores com diferentes combinações de escolaridade, experiência e gênero (ponderado conforme a participação de cada grupo na massa salarial total estimada) e o crescimento do total de horas trabalhadas

Fonte: Observatório da Produtividade Regis Bonelli FGV-Ibre

## Trabalhador brasileiro produz equivalente a um quarto do americano

Em %



Fonte: The Conference Board (em dólares - paridade do poder de compra)

as, empresas e países”, afirma. “Quando há problemas na área do trabalho, colocam-se barreiras para proteger trabalhadores. Quando há produtos estrangeiros tomando mercado, há pressões protecionistas. E, por aí vai”, diz.

Segundo a Associação de Comércio Exterior do Brasil, a participação do país no comércio internacional hoje é a mesma desde a década de 1980: 1%. No período, o volume de comércio exterior em relação ao PIB aumentou, mas o de outros países cresceu mais.

“Só resolveremos isso com uma sinalização clara de que vamos para um mundo de mais competição. Não um laissez-faire [sem interferências] selvagem absoluto. De passar, da noite para o dia, para um ambiente de tarifas zero. Mas temos que sinalizar que se o Estado cumpre um papel de proteção ao trabalhador menos preparado, à empresa que tem de se preparar, que essa proteção seja temporária”, afirma Giambiagi.

Normalmente, empresas mais expostas à competição internacional tendem a ser mais produtivas. Assim como as firmas que empregam mão de obra formalizada, que normalmente são mais organizadas e eficientes. Mas, no Brasil, dos 100,2 milhões de ocupados, 38,9 milhões estão na informalidade —outro entrave para a produtividade.

Assim como Menezes, Giambiagi destaca que, por conta do envelhecimento da população e queda na taxa de fecundidade, o Brasil terá nos próximos 20 anos o mesmo número de pessoas em idade de trabalhar do que hoje. “Isso significa o seguinte: que todo, e não estou dizendo a maior parte, que todo o aumento do PIB dos próximos 20 a 25 anos terá que vir da produtividade”, afirma.

Olhando para o passado, o Brasil aumentou bastante a produtividade somente nos anos em que a população crescia e migrava do campo para a cidade, entre as décadas de 1950 e 1980, quando um trabalhador substituiu, por exemplo, a enxada por uma máquina e, assim, tornava-se muito mais produtivo.

Para José Ronaldo de Castro Souza Jr., também organizador de “O desafio da produtividade”, os ganhos nos anos 1970 ocorreram porque o país fazia a transição campo-cidade e se industrializava.

“Conseguimos ganhos rápidos, o que é normal, porque tínhamos um estoque de capital muito baixo e pouca produção. Ao se industrializar e urbanizar, os ganhos foram rápidos”, afirma.

“O problema é que fizemos a industrialização voltada para dentro, com substituição de importações, em vez de estímulo à exportação, como a Coreia do Sul. Isso fez com que as indústrias do Brasil não focassem competitividade internacional, mas ficassem baseadas em protecionismo, dirigismo estatal e reserva de mercado. Não houve ganho de escala”, diz o pesquisador.

Souza Jr. afirma que, nas atuais condições, o Brasil deveria “colocar foco no ambiente regulatório na área de infraestrutura, evitando mudanças repentinas e não discutidas” que impactam a participação do setor privado em projetos.

Em sua opinião, investimentos em infraestrutura (estradas, portos, aeroportos, ferrovias) seriam uma maneira relativamente fácil de se obter ganhos de produtividade no curto prazo.

Para Menezes, do Insper, no médio e longo prazos o foco deveria estar na qualidade da educação. “Cerca de 30% da população de 15 a 64 anos são analfabetos funcionais e apenas 12% são capazes de interpretar textos, tabelas e gráficos mais complexos. Estas porcentagens se mantiveram estáveis nos últimos 20 anos, apesar do aumento da escolaridade”, diz, citando dados dos Institutos Ação Educativa e Paulo Montenegro.

“  
Todo o aumento do PIB dos próximos 20 a 25 anos terá que vir da produtividade

Fabio Giambiagi  
economista do BNDES



# Governo pressiona empresas para ampliar logística reversa

Ministério do Meio Ambiente prepara decretos e portarias para coibir fraudes

## SÉRIES FOLHA ALÉM DO LIXO

Joana Cunha

SÃO PAULO O sistema de logística reversa brasileiro — que avança a passos lentos e é cercado de críticas — deve enfrentar, nos próximos meses, um aumento da cobrança por resultados de reciclagem efetivos, e a pressão sobre os responsáveis pelo cumprimento de metas vai subir.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) vem preparando uma série de novos decretos e portarias para detalhar as funções de cada agente no processo de destinação adequada do lixo. Segundo o secretário nacional de Meio Ambiente Urbano, Adalberto Maluf, a ideia é organizar os dados, coibir fraudes e identificar maquiagens de números.

“Muitas vezes, nem o CEO da empresa sabe [se sua meta de logística reversa está sendo cumprida]. Então, vamos colocar decreto para tudo. Vamos levantar a régua. Todo mundo vai ter que fazer”,

afirma o secretário.

O debate gira em torno da seguinte questão: de quem é a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada de um resíduo quando o consumidor compra uma embalagem descartável de xampu, descarta o celular de modelo antigo ou troca um pneu velho de seu carro?

Desde a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, existe no país a obrigação de que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de diversos setores destinem adequadamente o lixo que a sociedade descarta depois de usar seus produtos.

“Não é só o dono da marca [do produto] que tem de cumprir meta de reciclagem. Quem fabrica a embalagem, quem envaza, quem vende, todos têm metas, que não são voluntárias”, diz Maluf.

“A lei brasileira fala de responsabilidade compartilhada entre fabricante, importador, distribuidor e comerciante. Os decretos vão explicar com clareza. No modelo europeu, está consagrada a responsabilidade estendida do produtor

(REP), que é o dono da marca. Mas, no Brasil, essa responsabilidade é compartilhada até com o consumidor, que precisa levar o resíduo até o ponto de coleta”, explica.

Na avaliação do secretário, ainda é preciso melhorar os critérios dos relatórios de resultados produzidos pelas chamadas entidades gestoras, que representam as companhias na implementação da logística reversa, consolidam e divulgam os números da reciclagem de cada setor.

Segundo Maluf, há casos de entidades gestoras que declaram um determinado resultado de recuperação de resíduos para o ministério, mas apresentam dados discrepantes para o mercado.

O secretário afirma que já fez parcerias com o Ministério Público e com a Receita Federal e está concluindo acordos com as Receitas estaduais para cruzar dados de prestação de contas dos volumes de produtos vendidos com o total de resíduo recuperado.

Na prática, a logística reversa abrange um conjunto de medidas como a instalação

de pontos de entrega voluntária (PEVs), a estruturação de cooperativas com centrais de triagem mecanizadas ou manuais, e outras iniciativas que incentivem o retorno do produto após o uso para as fábricas ou seu encaminhamento para a reciclagem.

Para funcionar, o processo exige o encadeamento das atribuições de diversos agentes, ou seja, o consumidor devolve uma embalagem de medicamento ao comerciante, e o distribuidor vai enviar ao fabricante ou importador, que dará a destinação adequada.

A PNRS de 2010 prevê, genericamente, que a logística reversa deve ser implementada pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, mas o detalhamento da implementação ao longo dos anos, nas principais indústrias, foi feito por meio negociado, ou seja, em contratos assinados por acordos setoriais e termos de compromissos. Tais instrumentos detalham forma de financiamento, obrigações de cada elo da cadeia de fornecimento, forma de participação dos consumidores e metas.

Para Adalberto Maluf, a assinatura de acordos setoriais e termos de compromisso foi útil no passado, enquanto os decretos são mais adequados ao momento atual.

“Lá em 2015 [quando foi assinado um grande acordo setorial da logística reversa que regulamenta o fluxo das embalagens], o setor privado não tinha maturidade. Em 2020, dez anos depois da PNRS, esses acordos se tornaram frágeis porque, se as empresas não cumprem, não tem como responsabilizá-las. Acordo setorial foi importante para dar maturidade à logística reversa, mas agora nós fazemos as nossas contas e vamos fazer decretos por tipo de material”, diz.

Além da promessa de maior escrutínio pelo ministério, o mercado terá de se adaptar à virada da meta de recuperação de embalagens prevista no Planares (Plano Nacional de Resíduos Sólidos), instituído por decreto em 2022.

Neste ano, a meta obrigatória para a recuperação de embalagens pós-consumo salta de 22% para 30%, o que deve acelerar o aperfeiçoamento do sistema de logística reversa no país, segundo o advogado Fabricio Soler, da consultoria S2F Partners, especializada em resíduos.

“Será um ano importante para mensurar resultados, entender desafios e dar um direcionamento para reforçar os investimentos de estruturação da cadeia. Acredito que nos permitirá entender com mais clareza qual é o ta-

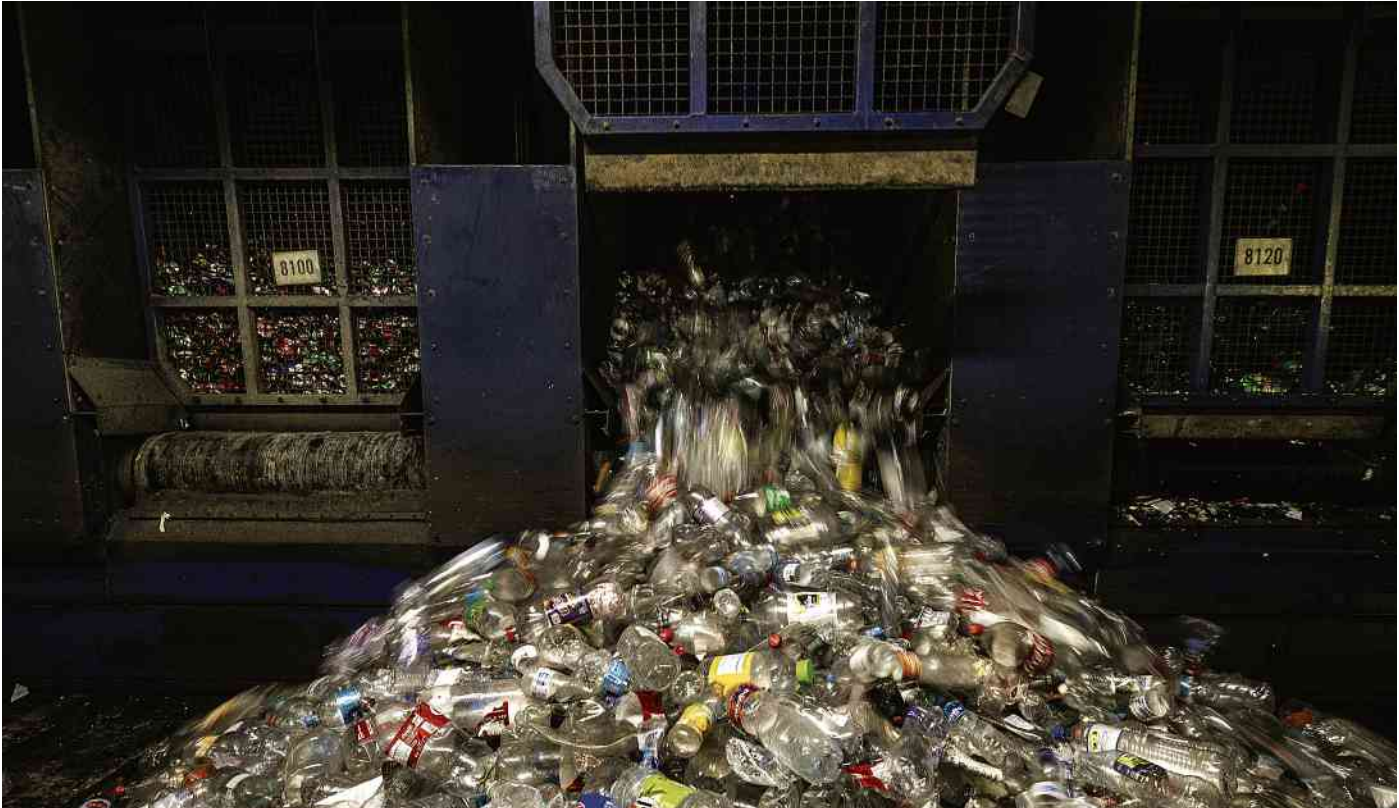
manho da reciclagem de embalagens no Brasil, os materiais que têm sido recuperados, as regiões com melhores índices e os próprios desafios, por exemplo, que levam a coletas menores em alguns estados”, afirma Soler.

Para Carlos Silva Filho, presidente da International Solid Waste Association (ISWA), os números estão muito distantes do potencial de riqueza que o país pode gerar a partir de seu lixo.

“Até 2022, não tinha meta clara, e tudo era negociado em cada acordo. A partir do Planares, tem meta, e a primeira é em 2024. Só que o país continua com um universo limitado de empresas que o cumprem”, diz Filho.

Para ele, a discrepância entre os valores de logística reversa homologados pela pasta do Meio Ambiente e os números exibidos em muitos dos relatórios apresentados por empresas ao mercado mostra que o chamado greenwashing [falsas alegações sobre sustentabilidade e circularidade] superestima os resultados.

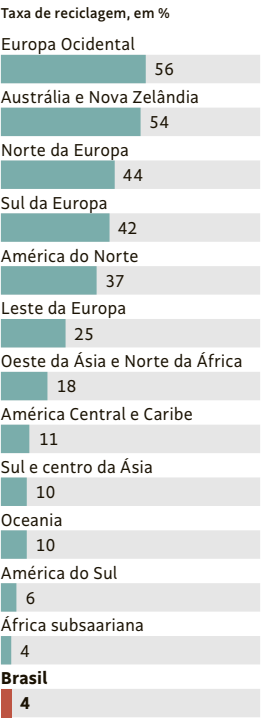
“Se o Brasil gera aproximadamente 80 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano, e um terço disso são fração seca, como papel, papelão, plásticos e alumínio, o nosso potencial de aproveitamento desses resíduos seria 25 milhões de toneladas. Em dois anos, só foram certificados 2 milhões de toneladas, ou seja, muita gente não está fazendo nada nesse processo”, diz Silva Filho.



Planta de reciclagem da Flacipel, em Guarulhos; lei obriga que fabricantes, importadores e comerciantes deem destinação adequada ao lixo

Bruno Santos/Folhapress

## Brasil tem um dos menores índices de reciclagem do mundo



Global Waste Management Outlook 2023, da ONU

# Falta de educação e coleta seletiva dificultam reaproveitamento

## SÉRIES FOLHA ALÉM DO LIXO

SÃO PAULO Embora tenha instituído a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) há mais de uma década, com diretrizes sobre a forma como a sociedade deve tratar seu lixo, o Brasil ainda está longe de um resultado satisfatório e segue com indicadores de reciclagem pífios.

Um sistema de logística reversa eficiente precisa reunir uma sequência de esforços para conseguir que o resíduo descartado após o consumo de diversos produtos volte ao setor industrial e seja reaproveitado no mesmo ciclo produtivo ou tenha outra destinação final adequada.

No Brasil, apenas 4% dos resíduos coletados são reciclados, segundo dados oficiais.

A precariedade da coleta de lixo, a baixa educação da população sobre separação de resíduos e a falta de mecanis-

mos de incentivo, de fiscalização e de punição dos responsáveis são os principais gargalos que prejudicam a logística reversa no Brasil, de acordo com especialistas.

Na opinião de Alexandre Braz, presidente da Abelere, associação de empresas especializadas em logística reversa, ainda falta o básico, que é a estruturação da coleta seletiva. “A maioria das pessoas já conhece o impacto ambiental do lixo. Elas já entendem o lixo como um problema no mundo. Só que tem que dar estrutura de coleta para elas”, diz.

Menos de 15% da população urbana tem oferta de coleta seletiva porta a porta, segundo a Abrema, associação que reúne empresas de gestão de resíduos. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), apenas um a cada três municípios brasileiros tem algum tipo de coleta seletiva.

Para Milton Pilão, CEO da empresa de tratamento de re-

síduos Orizon, nem sequer a questão educacional foi totalmente superada, e o país ainda precisa acabar com os lixões.

“Mesmo que a população tivesse essa cultura de separação do resíduo na fonte, a coleta seletiva custa pelo menos cinco vezes mais do que a tradicional. E o Brasil não tem recursos nem para fechar os lixões”, avalia ele.

Segundo o empresário, o sistema pode ser impulsionado com incentivo econômico oferecido antes da entrada do aterro para que o material reciclável seja desviado e, em vez de aterrado, volte à cadeia produtiva como matéria-prima de um novo produto.

O sistema brasileiro se baseia na responsabilidade compartilhada, que abrange desde o consumidor, cuja função é fazer o descarte correto em locais determinados, passando pelo setor privado, responsável pelo gerenciamento ambiental dos resíduos e sua reincorporação na cadeia pro-

ductiva, até o poder público, a quem cabe regular, criar metas e fiscalizar sua execução.

O país tem sistemas de logística reversa já implementados para produtos eletroeletrônicos, embalagens de aço e óleos lubrificantes, entre outros. Alguns processos, como resíduos de agrotóxicos, pneus, pilhas e baterias, já haviam sido regulados por leis e resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente, antes da PNRS de 2010.

Especialistas apontam dificuldade de equilibrar os custos envolvidos na instalação de pontos de coleta e no transporte dos resíduos. No exemplo dos medicamentos, os comerciantes devem definir os locais de descarte para o consumidor e fazer o primeiro armazenamento dos remédios e embalagens descartados.

Já os distribuidores devem custear a coleta em tais pontos e levar o material até um armazenamento secundário, onde os fabricantes e impor-

tadores assumem o custo do transporte até o local da destinação final adequada.

Carlos Rossin, da Abrema, afirma que certos segmentos conseguiram avançar mais do que outros, mas por fatores específicos de seus negócios.

É o caso da latinha de alumínio. Entidades representantes dessa indústria chegam a afirmar que o país já atingiu 100% de reciclagem das latas de bebidas — número que é considerado exagerado por especialistas em logística reversa.

O processo funciona porque gera maior rentabilidade ao catador do que outros materiais, como vidro ou plástico. Além de ser mais leve para carregar, o ciclo de vida do produto é curto, elevando a viabilidade econômica do reaproveitamento e da reciclagem. Do lado da indústria, a reciclagem fica mais interessante do que o custo da matéria-prima virgem.

Janaina Donas, presidente da Abal (Associação Brasi-

leira do Alumínio), atribui o alto índice de reciclagem do produto aos investimentos feitos pela indústria do alumínio em capacidade de reciclagem desde os anos 1990.

Dados setoriais também apontam altos índices de reciclagem de materiais como embalagens de óleos lubrificantes, que partem dos postos de abastecimento, facilitando a concentração do material. Papel e papelão e embalagens de agrotóxicos são também citados entre os índices mais elevados.

Já embalagens em geral, como pacotes de alimentos e cosméticos, e resíduos que exigem participação ativa do consumidor na devolução, como medicamentos e pilhas, são considerados mais complexos.

“Aí tem mais problema porque envolve a coleta do dia a dia nas casas e entra a conversa da responsabilidade compartilhada. Dilui a responsabilidade e cria áreas cinzentas”, diz Rossin. **JC**



# Depois da imprensa marrom, a imprensa rosa

Publicações tentam imitar aparência de jornais, mas costumam ser financiadas por entidades e conteúdo é de propaganda

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

O saudoso jornalista Alberto Dines gostava de lembrar que o termo “imprensa marrom” se popularizou no Brasil em 1959 por obra do Diário da Noite, jornal do Rio de Janeiro. Na época, Dines escrevia uma matéria sobre a revista “Escândalo”, que extorquia dinheiro de pessoas fotografadas em situações comprometedoras. Dines queria usar o termo “imprensa amarela”, comum nos Estados Unidos. Mas o edi-

tor achou o amarelo inofensivo demais para a matéria, que tratava de um cineasta levado ao suicídio por causa da revista. No fim a manchete ficou como “Imprensa marrom leva cineasta ao suicídio” e o termo se consolidou no país. Corte para 2024. Uma nova cor aparece para designar um novo tipo de imprensa sem qual-quer compromisso com a ética. Dessa vez a cor é o “rosa”. Para ser preciso, o termo em inglês é

“pink slime press” (imprensa da gosma rosa). O termo se refere àquele tipo de carne ultraprocessada industrialmente vendida em lata, que tem aparência rósea e valor nutritivo miserável. Esse tipo de imprensa é um dos temas do livro “A Morte da Verdade”, que o jornalista e advogado americano Steven Brill lançou no dia 4 de junho. Brill define o fenômeno como “publicações que se apresen- tam como se fossem veículos

legítimos de imprensa, mas que seguem objetivos ocultos”. Eles são em geral financiados por entidades ou pessoas que querem fazer avançar seus in-teresses, políticos ou econômi- cos. Para aumentar as chances de sucesso e disfarçar que tu- do não passa de propaganda, assumem a aparência de veí- culos de mídia independentes. Brill alerta que em um mo- mento em que há um declínio da imprensa no todo mundo,

o vácuo está sendo preenchi- do pela imprensa “pink slime”. Para se ter uma ideia, de 2005 a 2021, mais de 2.000 jornais encerraram suas atividades nos EUA. Ao mesmo tempo, no final de 2023 havia cerca de 1.200 veículos de impren- sa rosa na atividade no país. Diga-se o que quiser da im- prensa verdadeira, mas ela produz artigos assinados, com os autores visíveis, possui en- dreço físico, conselhos edito- riais, ombudsman e preservam a separação entre o que é pro- paganda e o que é jornalismo. Não por acaso é chamada de “o Quarto Estado”, por sua im- portância para a democracia. E não por acaso também, os veículos da imprensa “pink sli- me” querem justamente se pa- recer com ela, copiar sua apa- rência, estilo e reputação, mas só na superfície. Brill dá como exemplo o “Copper Courier”, do Arizona, ou o “Main Street Sentinel”, do

Michigan. O nome faz parecer o de jornais de verdade. No en- tanto, ambos são operações de propaganda. Sua princi- pal estratégia é publicar arti- gos que são então impulsiona- dos agressivamente nas mídi- as sociais para ganhar alcan- ce, com aparência de legítimi- dade. O Brasil não está imune à imprensa “pink slime”. Mui- to ao contrário. São muitos os exemplos desse tipo de publica- ção entre nós. Enxergá-los pe- lo que eles são é fundamental. Já sobre a revista Escândalo, ela acabou encerrando as atividades depois que as ma- térias de Dines — publicadas na imprensa— levaram a luz do sol para as suas práticas.

READER Já era Imprensa marrom

Já é Imprensa rosa

Já vem Imprensa rosa turbi- nada por inteligência artificial

# Bancos europeus interrompem oferta de títulos para fósseis

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Kenza Bryan

FINANCIAL TIMES Dois dos prin- cipais bancos europeus inter- romperam a oferta de títulos para o setor de petróleo e gás, encerrando um tipo de finan- ciamento do qual empresas de combustíveis fósseis têm se tornado cada vez mais de- pendentes. O BNP Paribas e o Crédit Agricole, segundo e terceiro maiores bancos da Europa

em ativos, anunciaram aos seus acionistas que não vão mais emitir títulos para esses setores, a menos que os no- vos contratos incluam cláusulas ambientais. O HSBC, maior banco euro- peu, também concordou nes- te ano em começar a divulgar a pegada de carbono ligada a esses títulos, mas ainda não aplicou restrições ambien- tais para novas emissões pa- ra a indústria de combusti- veis fósseis. A pressão sobre os bancos para tornar suas carteiras de

empréstimos mais sensíveis à crise climática é particu- larmente alta na França, onde fi- cam as sedes do BNP Paribas e do Crédit Agricole. Executivos de alto escalão, incluindo os CEOs desses dois bancos, têm participado de audiências no Senado da Fran- ça sobre as atividades do gru- po de petróleo e gás TotalE- nergies, incluindo seu impac- to climático. Os bancos globais, em geral, reduziram o financiamento para projetos de petróleo, gás e carvão desde que se compro-

meteram, na COP26, em Glas- gow, em 2021, a limitar os em- préstimos para a expansão de combustíveis fósseis. Mas têm sido lentos em es- tender suas políticas para ou- tras atividades, como emprés- timos de uso geral para em- presas de petróleo e gás ou underwriting (levantamen- to de capital por meio de in- termediária financeira) e fa- cilitação de títulos. Em janeiro, o Crédit Agrico- le emitiu 1 bilhão de euros em títulos para a empresa italiana de petróleo e gás Eni.

“Esse tipo de acordo de tí- tulos não poderá acontecer no futuro como consequên- cia de nossa [nova] estraté- gia”, afirmou o banco ao Fi- nancial Times. Os dois bancos franceses es- tão entre os credores que sub- meteram mais de US\$ 270 bi- lhões em títulos corporativos para empresas de combusti- veis fósseis no ano passado, quase US\$ 30 bilhões a mais do que no ano anterior, de acordo com análise da Rain- forest Action Network. O financiamento para essas

empresas caiu, no geral, no mesmo período. As decisões sobre as emissões de títulos são uma promessa de “mu- dança real”, disse Lucie Pin- son, diretora do grupo fran- cês Reclaim Finance. As medidas ocorrem ao pas- so que bancos no mundo in- teiro começaram a divulgar informações pela primeira vez sobre a pegada de carbo- no de seus acordos de merca- do de capitais. Esta era uma área que os investidores an- teriormente viam como um ponto cego climático.

A ArcelorMittal é a maior produtora de aço no Brasil, produzindo

42%

do aço do país

- Líder mundial
- 1.700 pesquisadores pelo mundo
- Investimento de R\$ 25 bilhões no país de 2022 a 2026
- R\$ 4,2 bilhões de investimento em energia renovável

Conheça mais sobre a ArcelorMittal:

Unidade da ArcelorMittal em Juiz de Fora (MG).



mercado

# Copom deve manter Selic a 10,50% em decisão unânime

Expectativa de economistas é que não haja divisão que colegiado viu em maio

Nathalia Garcia

BRASÍLIA Economistas do mercado financeiro esperam uma decisão unânime do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central na próxima quarta-feira (19) pela manutenção da taxa básica de juros –a Selic– no atual patamar de 10,50% ao ano.

Pesa nessa projeção o cenário de deterioração das expectativas de inflação, depreciação do real frente ao dólar, percepção de maior risco fiscal e incerteza externa, além da atividade econômica resiliente.

Na visão dos analistas ouvidos pela Folha, um novo racha entre os membros do colegiado provocaria mais ruído no mercado e colocaria a credibilidade do BC na mira.

Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital, diz ver poucos elementos para uma nova divisão de votos, já que o Copom não antecipou seu próximo movimento.

Ela observa que, em maio, a justificativa usada pelos membros dissidentes –os quatro diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)– foi o custo reputacional da quebra do “forward guidance” (sinalização futura).

Mas considera que, apesar do placar dividido (5 a 4) que sacramentou a desaceleração do ritmo de corte de juros, os membros do comitê fizeram



Sala do Copom na sede do Banco Central, em Brasília      Pedro Ladeira - 24.fev.2023/Folhapress

uma leitura homogênea da conjuntura econômica.

“Se a divergência era por conta de uma sinalização passada –não por conta da leitura da economia–, uma vez que você tira esse elemento, sobra a conjuntura, que hoje gera uma leitura homogênea dos membros em torno de um ponto comum”, diz.

A economista cita a preocupação do Copom com a deterioração das expectativas de inflação e o papel da comunicação na reversão desse quadro. Para ela, uma mensagem

coesa ajudaria a colocar as projeções em direção à meta.

“Se um dos fatores cruciais de desancoragem foi o questionamento sobre a independência e a responsabilidade do BC com a busca da meta inflacionária, é necessário que os membros entreguem um comunicado coeso”, afirma.

A meta de inflação perseguida pelo Banco Central é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Fábio Romão, economista da LCA Consultores, pro

jeta o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) para 2025 em 4%, acima da mediana do boletim Focus (3,78%).

O cálculo considera pressões de reajustes nas tarifas de transporte público e energia elétrica. Também há risco de desvalorização do câmbio, com potenciais reflexos inflacionários nos bens industriais, e uma possível aceleração de serviços.

“A gente tinha 4% [para o IPCA 2025] já faz um tempo. [A expectativa de] 2024 piorou, o que prenuncia mais

inércia para o ano que vem”, diz. “É bem provável que essa temporada de redução da Selic tenha sido encerrada.”

O aumento das expectativas inflacionárias de médio prazo é um dos fatores que levam Rodolfo Margato, economista da XP, a acreditar que o Copom vai adotar uma postura mais cautelosa nesta reunião.

Ele também menciona a forte depreciação cambial, com o dólar na casa de R\$ 5,30 nos últimos dias diante de crescentes preocupações fiscais, e dúvidas quanto ao início do ciclo de corte de juros nos Estados Unidos.

“O Copom deve fazer uma pausa para reavaliação, para acompanhar os próximos dados e o nível de incertezas aqui e lá fora”, diz. Na visão dele, o comitê vai privilegiar uma decisão consensual.

“Depois da divisão do último Copom, com o aumento das taxas de juros mais longas, houve aperto adicional das condições monetárias e não uma flexibilização”, afirma. “Uma nova divisão seria mais um ingrediente a pesar sobre os ativos financeiros.”

Para Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, o Copom perdeu grau de liberdade de atuação mesmo com a retirada da sinalização futura, ao colocar muita ênfase na desancoragem, e precisará ser mais duro.

O economista diz não ter dúvida de que a manutenção dos juros, se confirmada, vai gerar uma forte reação do governo Lula, sobretudo após a participação do presidente do BC, Roberto Campos Neto, em um jantar oferecido pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Como mostrou o Painel S.A., Campos Neto sinalizou aceitar ser ministro da Fazenda caso

Tarcísio entre na disputa pelo Palácio do Planalto.

Mesmo assim, Leal espera que Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária e favorito na disputa para ser o próximo chefe do BC, vote com o restante do colegiado para manter a Selic inalterada, a contragosto do governo.

Ele cita o recente alinhamento do discurso dos principais porta-vozes da autoridade monetária. “Pareceram muito coordenados. Você ouvia Roberto Campos [Neto], Galípolo e Paulo Picchetti [diretor de Assuntos Internacionais] e havia muita similaridade no discurso. Não acho que seja coincidência”, diz.

Para o futuro, o economista vê o BC dependente do humor do mercado, condicionada à redução de juros nos EUA.

Rafael Cardoso, economista-chefe do departamento de Pesquisa Econômica do banco Daycoval, também aposta em uma pausa na Selic, mas não descarta novos cortes no fim do ano.

“A partir do momento em que ocorrer a flexibilização da política monetária lá fora, vai ter mais algum espaço para cortar juros aqui. Isso só é verdade em um cenário onde os riscos locais fiscais se reduzem e o BC tem êxito em deixar as expectativas mais comportadas”, diz.

Para esta semana, Cardoso acredita que o Copom vai manter o balanço de riscos para inflação simétrico, ou seja, com riscos equilibrados em ambas as direções.

“Se o BC eventualmente colocar a assimetria [explícita] no comunicado, pode dar ideia de que o próximo movimento é de alta da Selic. Não desconsideramos 100% essa possibilidade, mas me parece ainda cedo”, afirma.

## FOLHA CARREIRAS

Gabriela Bonin  
folha.com/folhacarreiras

# Júnior, pleno ou sênior? Entenda as diferenças

Classificação no nível de carreira ajuda a definir grau de autonomia e experiência profissional

Já ficou em dúvida na hora de candidatar-se para uma vaga sobre o seu nível profissional? Saiba a diferença entre um profissional júnior, pleno e sênior.

**POR QUE DIVIDIR ASSIM?** A nomenclatura é importante para classificar o nível de maturidade e experiência do profissional, explica Hosana Azevedo, head de RH do Infojobs.

A divisão permite entender o grau de **autonomia** daquela pessoa, ajuda a definir a **remuneração** e a planejar um **desenvolvimento de carreira**, complementa Azevedo.

“A gente pode ter vários profissionais dentro de uma mesma função. Por exemplo, um analista de contabilidade. Mas como é que eu vou medir quem tem mais maturidade e quem precisa de mais suporte?”, exemplifica.

Essa classificação funciona como uma ferramenta de gestão de talentos. Há empresas que adotam, outras que não.

Não existe uma lei que obrigue as empresas a classificar seus funcionários nos níveis júnior, pleno e sênior, explica Jaqueline Garutti, consultora de carreira e liderança.

Mas o que diferencia cada nível? Entenda as características:

### 1. Profissional júnior

- Está começando a carreira naquela posição;
- tem conhecimentos básicos da área e habilidades técnicas iniciais;
- não tem tanta autonomia, ou seja, precisa de orientação de colegas e gestores para realizar atividades.

**TEMPO DE EXPERIÊNCIA:** até três anos.

Vagas de nível júnior costumam ter um grau de complexidade menor, explica Garut-



Catarina Pignato

ti. Exemplo: uma vaga que exige pouca ou nenhuma experiência, pacote Office, inglês avançado e facilidade de comunicação.

### 2. Profissional pleno

- Domina habilidades técnicas da sua área;
- consegue resolver problemas de baixa e média complexidade;
- tem maior autonomia, ou se-

ja, depende menos de colegas e gestores;- consegue tomar decisões com mais liberdade e, em alguns casos, apenas comunica a situação a seu superior.

**TEMPO DE EXPERIÊNCIA:** de três a oito anos.

É um profissional no processo de amadurecimento, complementa Garutti. “Assume mais responsabilidades, tem

uma visão mais crítica e contribui mais.”

### 3. Profissional sênior

- Tem bastante conhecimento na área e habilidades técnicas avançadas;
- lida diretamente com problemas e tem autonomia para resolvê-los;
- lidera projetos, mentora a equipe e, na ausência do líder/gestor, cumpre esse papel;



### Dica de carreira

Orientações para seu desenvolvimento pessoal e profissional

**Está desmotivado no atual trabalho? Entenda como reconquistar o ânimo**

- Primeiro, **observe os próprios sinais** e entenda o porquê de a desmotivação ter aparecido

- **Tenha uma rede de apoio**, dentro e fora do trabalho. Se for desabafar com outros colaboradores, seja esperto e não fale com quem você não confia

- Procure fazer **novas amizades no trabalho**, não necessariamente só com as pessoas que trabalham diretamente com você

- **Avalie maneiras diferentes de fazer o mesmo trabalho** e busque outros processos criativos para fugir da rotina. Vale sondar o chefe para pedir novos desafios

- Se você gosta da empresa, experimente **pedir para trocar de área**

- E, por fim, **considere mudar de emprego**. Mas, a não ser que você esteja em sofrimento agudo, faça essa saída de forma planejada, de preferência com outra oportunidade em vista

As dicas são de Juliana Seidl, psicóloga e orientadora de carreiras

**ACESSE**  
[folha.com/folhacarreiras](https://folha.com/folhacarreiras)  
e receba a newsletter toda segunda-feira

- tem visão estratégica e nível de responsabilidade muito maior.

**TEMPO DE EXPERIÊNCIA:** acima de oito anos.

“É uma pessoa que conduz. Em geral, o próximo passo depois de sênior é tornar-se especialista ou liderança. A principal diferença entre os dois caminhos é que o líder tem um time para gerenciar”, explica Garutti.

**IMPORTANTE:** o tempo de experiência é uma média, não um padrão. “Pessoas são diferentes. Algumas têm uma carreira mais acelerada, seja pela curva de aprendizado, seja até mesmo pela necessidade da organização, que acaba colocando a pessoa em tarefas mais avançadas”, explica Hosana Azevedo.

Por isso, não deixe de se candidatar a uma vaga por não cumprir o tempo de experiência, orienta Garutti.

**FICOU EM DÚVIDA?** Foque a descrição da vaga e não se prenda à nomenclatura do nível, diz a mentora.

Faça uma comparação com o que foi requisitado na vaga e o que você tem de experiência e conhecimento. Se tiver 70% dos requisitos, pode se candidatar, indica Garutti.

Isso vale também para **pedir um aumento salarial** no atual emprego.

Se, ao fazer uma pesquisa de mercado, você cumpre os requisitos de vagas sênior de outros locais de trabalho, mas é contratado como pleno na sua empresa, você pode alinhar um plano de desenvolvimento com seu gestor. Por fim, quando falamos sobre nível profissional, é importante **respeitar o momento em que você está**.

“Cada etapa tem sua oportunidade de aprendizado. Não queira acelerar demais a carreira, porque, no futuro, as habilidades que você deixou de conquistar no processo vão fazer falta”, diz Azevedo.















# Regulação da IA pode frear ações

Empresas surfam na ferramenta enquanto mundo discute novas regras

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado

McDonald's e Visa são as duas únicas empresas de fora do setor de tecnologia que estão entre as dez maiores marcas do mundo. Até a Coca-Cola, que tinha um lugar cativo no ranking até ano passado, perdeu o posto.

O retrato de como as big techs atropelaram a economia global saiu nesta semana, pelo relatório anual da Kantar Brandz, que coleta dados da área de marketing. A chegada de Nvidia, Facebook e Oracle ao topo da lista desbancou nomes como Louis Vuitton

e Mastercard, além da Coca. A Apple, pelo terceiro ano consecutivo, lidera o ranking —divulgado justamente na semana em que as ações da companhia dispararam, com investidores empolgados com sua entrada definitiva na corrida da inteligência artificial (IA). Caso você não tenha visto, a gigante da maçã anunciou a integração do seu sistema operacional (iOS) com o famoso ChatGPT, da OpenAI. É justamente essa corrida pela IA que sustenta a sequên-

cia de recordes do índice Nasdaq, espécie de Ibovespa das ações de tecnologia. O indicador disparou praticamente 20% neste ano, mesmo com a taxa de juros nos EUA em patamares historicamente altos, entre 5,25% e 5,5%. Tradicionalmente, juros atrapalham empresas de tecnologia, que dependem de investimento e crescimento rápido. O entusiasmo com a IA parece, até agora, imune às pressões macroeconômicas. A história da Nvidia, que cresceu

178% em valor de mercado graças à sua liderança em chips para a nova tecnologia, demonstra o impacto que a inovação pode ter no mundo dos investimentos. A rainha dos chips já vale mais de US\$ 3 trilhões (cerca de R\$ 16 trilhões). Mas as ondas de otimismo trazem consigo a pulga que deve habitar as orelhas de todo jornalista e de todo investidor. E essa pulga tem o dever de nos lembrar que a regulação da nova tecnologia está em pauta no mundo inteiro.

A preocupação com os possíveis freios e contrapesos a serem impostos fez, por exemplo, a OpenAI aumentar seu exército de lobistas, de 3 para 35, em cerca de um ano, segundo o jornal Financial Times. O Brasil, aliás, é um dos oito países nos quais a equipe atua diretamente, conforme o texto. Além dos políticos, dos lobistas e das ONGs, a necessidade de regulamentação da IA para evitar a criação de um “oligopólio tecnológico” já entrou no discurso do presidente da SEC, a xerife do mercado financeiro dos Estados Unidos. A falta de regras gera certamente ganhos para as empresas que chegaram primeiro ao mercado da “bola da vez”. Mas atuar na zona cinzenta da legislação permite que atividades vistas por alguns como antiéticas sejam vistas co-

mo oportunidades de lucro. O curioso caso da Adobe, que ocorreu nesta semana, ilustra bem a situação. A empresa, dona do famoso Photoshop, enfrentou críticas nas redes sociais, de pessoas que viram em seus novos “termos de uso” a sugestão de que ela poderia usar artes dos seus usuários para treinar sua inteligência artificial. Investidores, por outro lado, acharam a mudança um bom sinal e as ações dispararam 15% em um dia. Iluminar as zonas cinzentas tornou-se urgente, para evitar abusos e discrepâncias com o avanço da tecnologia. A regulação da IA é inevitável, mas seus contornos são incertos. A visível preocupação das empresas com o tema deixa claro que esse pode ser o freio para a escalada nos preços das ações do setor.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Bernardo Guimarães, Lorena Hakak | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



O presidente da Argentina, Javier Milei, em evento em Buenos Aires no começo do mês      Agustín Marcarian - 5 jun. 2024/Reuters

# Milei quer Argentina como polo de baixa regulação de IA

Conselheiro diz que país pode ser refúgio contra restrições de EUA e Europa

Ciara Nugent

BUENOS AIRES | FINANCIAL TIMES Javier Milei quer tornar a Argentina “o quarto polo de inteligência artificial do mundo”, disse um conselheiro do presidente, prometendo regulação mínima para atrair chefes de tecnologia dos Estados

Unidos para o país. Demian Reidel, chefe do conselho de assessores econômicos de Milei e organizador das reuniões de alto nível do presidente com OpenAI, Google, Apple e Meta no mês passado, disse ao Financial Times que investir na Argentina proporcionaria às empresas uma proteção contra os crescentes riscos regulatórios nos EUA e Europa. “A Argentina tem um presidente que está realmente apresentando ideias de liberdade, baixa regulação, livre iniciativa, e ele capturou a imaginação do mundo da tecnologia”, disse em entrevista. “Todas as estrelas se alinham para que talvez sejamos o quarto polo de inteligência artificial do mundo.”

Os planos de Milei para a Argentina surgem em meio à atual crise econômica, em que o país acumulou inflação de 276,4% em 12 meses. Mas sua crítica inflamada aos líderes ocidentais, a quem acusou de serem “cooptados” pelo socialismo em um discurso em Davos em janeiro, conquistou fãs no setor de tecnologia, que está cada vez mais sendo alvo de regulação por formuladores de políticas europeus e americanos. Em maio, Milei e Reidel tiveram reuniões privadas na Califórnia com executivos-chefes de grandes empresas do setor, incluindo Sam Altman, da OpenAI, e Tim Cook, da Apple, e sediaram uma cúpula com investidores e pensadores de inteligência artificial,

entre eles o investidor de risco Marc Andreessen e o sociólogo Larry Diamond. Além disso, o presidente argentino se encontrou duas vezes com o executivo-chefe da Tesla, Elon Musk. “As pessoas não percebem que, se todas essas pessoas querem se encontrar conosco, não é apenas para uma foto”, disse Reidel. “É um interesse mútuo, em termos de [investimento] e o que lhes daremos em termos de regulação e um ambiente favorável aos negócios para operar.” Reidel acrescentou que estava conversando com as empresas há meses sobre regulação e vantagens competitivas da Argentina, que incluem uma população bem educada e uma vasta oferta de terras para datacenters. Ele disse que as reuniões foram “muito amigáveis” e que Milei tinha um “relacionamento particular” com Andreessen, autor do “Manifesto do Tecnólogo-Otimista”. Outros governos latino-americanos também estão tentando se tornar o Vale do Silício da região. Analistas disseram que as empresas de tecnologia que vierem para a Argentina precisarão fazer grandes investimentos em infraestrutura, como servidores, e estar preparadas para enfrentar grandes riscos políticos e econômicos. “Eles precisariam ver a Argentina se livrar de seus controles de capital rígidos e aprovar reformas econômicas de longo prazo antes de investir”,

disse Ignacio Labaqui, analista sênior baseado em Buenos Aires na consultoria de risco Medley Global Advisors. “Esse processo está apenas começando e eu seria cauteloso.” O presidente também precisaria do apoio do Congresso para aprovar uma regulação de inteligência artificial “pró-inovação”. Reidel argumentou que as pressões regulatórias em outros lugares levariam a empresas a procurar novos locais para investir. Regras “extremamente restritivas” mataram a inteligência artificial na Europa, disse. A lei da União Europeia sobre a tecnologia, adotada em maio, é a primeira a responsabilizar as empresas pelos efeitos de sistemas de IA de grande porte e uso geral. Reidel afirma, ainda, que as discussões nos EUA, onde os legisladores da Califórnia estão considerando novas regras de segurança para a inteligência artificial, sugeriram que o país “poderia acabar seguindo o mesmo caminho”. Ele disse esperar que as empresas comecem a “retirar capital humano da Europa” e acrescentou: “sabe de uma coisa? Vamos recebê-los com bons bifes e Malbec.” “Não podemos [fazer] tudo imediatamente, mas estamos nos concentrando nas coisas que podemos fazer”, disse Reidel. “Após as reuniões, ajustamos nossos planos e saímos com planos bastante concretos para investimentos”, acrescentou o assessor de Milei.

**EDITAL DO PROCESSO SELETIVO DA ILUM 2025**  
A ILUM ESCOLA DE CIÊNCIA torna público os procedimentos, critérios e normas do Processo Seletivo de Candidatos ao seu Curso Superior de Graduação em Bacharelado em Ciência e Tecnologia para o ano de 2025.  
**1. DOS CANDIDATOS:** 1.1 Pode inscrever-se neste Processo Seletivo ao Curso Superior de Graduação em Ciência e Tecnologia o candidato que tenha concluído o Ensino Médio ou estar no último ano do ensino médio. 1.1.1 A matrícula, após classificação no Processo Seletivo, só poderá ser efetivada caso o candidato tenha concluído o ensino médio até o dia da matrícula. 1.2 O candidato é o responsável por acompanhar todas as comunicações, informações e resultados decorrentes deste Processo Seletivo no site da Ilum Escola de Ciência e no endereço eletrônico (e-mail) que indicou no Formulário de Inscrição.  
**2. DO CURSO E DAS VAGAS:** 2.1 O Curso Superior de Graduação em Ciência e Tecnologia tem duração de três anos e a admissão de alunos é feita mediante a classificação obtida neste Processo Seletivo, com aproveitamento de candidatos classificados até o limite das 40 vagas fixadas. 2.1.1 Serão reservadas no mínimo 50% das vagas (20 vagas) para alunos de escolas públicas. 2.2 As aulas e/ou atividades acadêmicas ocorrem de segunda a sexta-feira, no período integral, e aos sábados, no turno matutino e/ou vespertino.  
**3. DA INSCRIÇÃO E MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE:** 3.1 As inscrições para este Processo Seletivo devem ser feitas exclusivamente por meio do Formulário Eletrônico disponível no link – https://ilum.cnpem.br, no período de 02/09/2024 até as 18:00 horas do dia 16/12/2024. 3.2 A manifestação de interesse pelo CNPEM, conforme segue: 4.1.1 As notas do ENEM serão coletadas e utilizadas para computar uma nota com pontuação máxima de 1000 pontos. Apenas serão consideradas notas do ENEM realizados nos anos de 2022, 2023 ou 2024. 4.1.2 Os pesos adotados para a nota do ENEM serão os seguintes: 4.1.2.1 Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CN): 2; 4.1.2.2 Matemática e suas Tecnologias (M): 3; 4.1.2.3 Redação (R): 3; 4.1.2.4 Ciências Humanas e suas Tecnologias (CH): 1; 4.1.2.5 Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (LC): 1; 4.1.3 O cálculo da nota final do ENEM será realizado da seguinte maneira: 4.1.3.1 Nota do ENEM = (CN × 0,2) + (M × 0,3) + (R × 0,3) + (CH × 0,1) + (LC × 0,1). 4.2 A partir da nota do ENEM, a Comissão de Seleção pré-selecionará 250 candidatos(as) melhor classificados, que serão convidados(as) para entrevistas individuais. 4.2.1 Serão convidados(as) no mínimo os(as) 125 candidatos(as) de escolas públicas melhor classificados na nota do ENEM. 4.3 A manifestação de interesse será utilizada como subsídio para a entrevista do(a) candidato(a). 4.4 Nas entrevistas, realizadas de

forma remota com os pré-selecionados, serão avaliadas as competências e habilidades compatíveis com a proposta pedagógica do curso. 4.4.1 Será atribuída uma nota referente à entrevista (máxima pontuação: 1200 pontos). 4.5 Os candidatos(as) aprovados serão classificados na ordem decrescente das notas finais obtidas. 4.5.1 A nota final será a soma da nota do ENEM e da nota da entrevista. 4.5.2 Em caso de desempate, serão considerados os seguintes critérios: 1º: Nota da Entrevista. 2º: Nota do ENEM em Matemática e suas Tecnologias. 3º: Candidato(a) mais idoso. 4.5.3 Serão reservadas no mínimo 50% das vagas (20 vagas) para alunos de escolas públicas. 4.6 Todas as informações sobre o processo seletivo serão divulgadas no website da Ilum (https://ilum.cnpem.br).

**5. DO CRONOGRAMA**

ATIVIDADE	DATA
Abertura das inscrições no site da Ilum	02/09/2024
Encerramento das inscrições	18:00 do dia 16/12/2024
Divulgação da lista de pré-selecionados para a entrevista	A partir de 14/01/2025
Realização das entrevistas	20/01/2025 a 28/01/2025
Primeira chamada	A partir de 30/01/2025
Segunda chamada	A partir de 06/02/2025
Terceira chamada	A partir de 10/02/2025
Quarta chamada	A partir de 24/02/2025

5.1 Observada rigorosamente a ordem de classificação, a Ilum Escola de Ciência reserva-se o direito de fazer tantas convocatórias para Matrícula quantas julgar necessárias para o preenchimento das vagas deste Processo Seletivo. As novas chamadas serão divulgadas no site da Ilum. Além disso os(as) candidatos(as) serão contatados por e-mail ou telefone (caso tenham aceitado receber ligações no formulário de inscrição).  
**6 DA MATRÍCULA:** 6.1 Os resultados deste Processo Seletivo e a convocação dos candidatos classificados serão divulgados no site da Ilum Escola de Ciência, de modo que o candidato convocado para a Matrícula ou constante em Lista de Espera, autoriza a divulgação de seu nome completo, número de inscrição e ordem de classificação. 6.1.1 A Matrícula só será efetivada mediante o cumprimento dos procedimentos estabelecidos, os quais serão informados na convocação. 6.1.2 A não realização da Matrícula no prazo determinado e na forma estabelecida implicará a perda da vaga. 6.1.3 A não entrega do Certificado de Conclusão do Ensino Médio no ato da Matrícula impossibilitará sua efetivação. 6.1.3.1 No caso de a instituição de ensino não disponibilizar o Certificado de Conclusão do Ensino Médio a tempo da matrícula, será aceito provisoriamente a Declaração de Conclusão de Curso, até que o Certificado de Conclusão do Ensino Médio seja disponibilizado.  
**7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** 7.1 Em todos os procedimentos previstos neste Edital, deve haver absoluta observância das datas, horários, locais e formas estabelecidos. 7.2 O candidato será desclassificado do Processo Seletivo, invalidando-se todos os atos até então praticados, em caso de não cumprimento de qualquer das providências indicadas no procedimento de Matrícula, na data, horário e forma estabelecidos. 7.3 Recursos ou reclamações somente serão apreciados se fundamentados e interpostos formalmente, por escrito, à Ilum Escola de Ciência. 7.3.1 A Ilum Escola de Ciência somente analisará recursos ou reclamações que versem diretamente sobre a violação destas Normas. 7.4 Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Ilum Escola de Ciência.

**CNPEN**  
União Nacional de Ensino em Rede

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**GOVERNO FEDERAL**  
União e Desenvolvimento

## classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse [folha.com/classificados](https://folha.com/classificados)

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO   Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

ACOMPANHANTES

AMANDA  
Equipe nova tx 40 Av Jabaquara  
2604/MT S. Judas ac cartões seg/  
sab.F:(11)2362-8122

NEGÓCIOS

#siga a  
folha

COMUNICADOS

COMUNICADO  
Solicitamos ao senhor MARCOS  
ANDRÉ GALVÃO DAS VIRGENS  
CPTS:733031 série 7578 retor-  
no ao trabalho ou informe eventual  
motivo de impedimento. Vição  
Campo Belo Ltda.

ASSINE A FOLHA

folha.com/assine

F★★★

OS ANÚNCIOS COM ESTE SÍMBOLO TÊM FOTOS, PARA VÊ-LAS DIGITE O CÓDIGO QUE ACOMPANHA O SINAL NO SITE FOLHA.COM/CLASSIFICADOS

CLASSIFICADOS@GRUPOFOLHA.COM.BR



# FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921



UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA



SEGUNDA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2024

R\$ 6,90

MINISTÉRIO DA CULTURA, GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO,  
SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS E SANTANDER  
apresentam



Santander

APRESENTA

**Taste**  
SÃO PAULO<sup>®</sup>  
FESTIVAL

## UM BRINDE A SÃO PAULO: SOMOS O MAIOR TASTE DO MUNDO!

Com um público recorde de **72 MIL PESSOAS** em sua 8ª edição,  
o Taste São Paulo Festival é agora **O MAIOR TASTE DO MUNDO.**

**09**

DIAS

**31**

BARES E  
RESTAURANTES

**100**

EXPOSITORES

**520**

AULAS  
GRATUITAS

**65**

SHOWS

Saiba mais sobre o **MAIOR FESTIVAL GASTRONÔMICO DO MUNDO** na contracapa.



tastefestivalsbrasil



brasil.tastefestivals.com



MINISTÉRIO DA CULTURA, GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS E SANTANDER

apresentam



# Chegamos à 8ª edição com um recorde delicioso: SOMOS O MAIOR TASTE DO MUNDO!

O Taste Festivals é o maior festival gastronômico do mundo e acontece em 13 grandes capitais como Londres, Paris, Milão e Dubai.

E agora, com um público recorde de 72 mil pessoas, o **TASTE SÃO PAULO FESTIVAL** é o maior Taste do mundo.



Agradecemos ao nosso time, parceiros, patrocinadores, fornecedores e a todas as pessoas que estiveram conosco no Parque Villa-Lobos.

**OBRIGADO E ATÉ 2025.**

APRESENTADO POR

PATROCÍNIO MASTER

PATROCÍNIO

APÓIO

MEDIA PARTNERS

LOCAL

REALIZAÇÃO